----------MANDATO 2021-2025 ----------
----------ATA DA 54ª. REUNIÃO ORDINÁRIA
----------DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES,
----------REALIZADA EM 2023-11-28, NO PALÁCIO
----------DOS MARQUESES DA PRAIA E DE
----------MONFORTE, NA MEALHADA EM
----------LOURES----------

--- O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram dezasseis horas e dez minutos, com a presença inicial da Srª. Vice-Presidente, das Senhoras Vereadoras e dos Senhores Vereadores:----------

---

---- GONÇALO FILIPE VINTÉM CAROÇO----------
---- NUNO RICARDO CONCEIÇÃO DIAS----------
---- PAULA ALEXANDRA FLORA DA COSTA MAGALHÃES BERNARDO -----
---- PAULO JORGE PITEIRA LEÃO ----------
---- TIAGO FARINHA MATIAS----------

PONTO UM - Dada a circunstância da senhora Vereadora Anabela de Oliveira Feliciano e Pacheco e dos senhores Vereadores Nelson César Gonçalves Batista, Vasco António Pinhão Ramos Teles Touguinha e Bruno Miguel de Oliveira Nunes, se encontrarem impossibilitados de comparecer à reunião, estiveram presentes, em sua substituição, as senhoras Fernanda Maria Cardoso Santos e Ana Catarina Ferreira Marques e os senhores João Manuel da Silva Costa e Vítor Hugo Batista Cacito, tendo a Câmara deliberado justificar as faltas da senhora Vereadora e dos senhores Vereadores à presente reunião.

---------- **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA (MOD. T2)** ----------

--- Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2), de dois mil e vinte e três, novembro, vinte e quatro, que registava um total de disponibilidades para

o dia seguinte, no montante de dez milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e seis euro e sessenta e um cêntimo.----------

---

--- Da Ordem do Dia previamente distribuída, constavam os assuntos seguintes:----------

---

PONTO 1. ATA DA 50 ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL ----------DE LOURES, REALIZADA EM 2023.10.04----------

---

PONTO 2. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 800/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ----------RATIFICAÇÃO 13.ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ----------ORÇAMENTO 2023 E OPÇÕES DO PLANO 2023-2027 ----------

---

PONTO 3. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 801/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E ----------SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A ----------PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2024 E ----------OPÇÕES DO PLANO 2024-2028, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ----------LOURES----------

---

PONTO 4. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 802/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E ----------SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A ----------PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2024, DA CÂMARA ----------MUNICIPAL DE LOURES ----------

---

PONTO 5. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 803/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E ----------SUBMETER A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A ----------AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA ----------CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, A ----------VIGORAR NO ANO 2024; - A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO ----------DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E A DELEGAÇÃO DE

----------PODERES NO PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA ----------DESENVOLVER O PROCESSO DE CONSULTA ----------

---

PONTO 6. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 804/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E ----------SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A ----------EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA ----------FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS ----------PLURIANUAIS OU À SUA REPROGRAMAÇÃO ----------

---

PONTO 7. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 805/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ----------TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS DE ----------FANHÕES E DE LOURES, NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ----------ESCOLARES ANO LETIVO 2023/2024 (SETEMBRO DE 2023 A ----------JUNHO 2024) ----------

---

PONTO 8. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 806/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ----------TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS ENTIDADES ----------PARCEIRAS, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA ----------FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, ANO ----------LETIVO 2023/2024 (SETEMBRO A JUNHO) - ACERTOS ANO ----------LETIVO 2022/2023 ----------

---

PONTO 9. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 807/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ----------TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS ENTIDADES ----------PARCEIRAS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E ----------APOIO À FAMILIA (AAAF) E COMPONENTE DE APOIO À ----------FAMILÍA - ANO LETIVO 2023/2024 E ACERTOS ANO LETIVO ----------2022/2023 ----------

---

PONTO 10. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 808/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A

----------TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS ENTIDADES ----------PARCEIRAS, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA, ----------ACOMPANHAMENTO ÀS REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ----------ALUNOS DO 1º CICLO - ANO LETIVO 2023/2024 (SETEMBRO ----------A JUNHO) ----------

---

PONTO 11. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 809/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ----------ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE MANUTENÇÃO E ----------CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES ----------CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E OS ----------AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA ----------E A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS ----------

---

PONTO 12. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 810/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR O ----------PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ----------LOURES E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE ----------EDUCAÇÃO DO INFANTADO ----------

---

PONTO 13. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 811/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR O ----------PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, A CELEBRAR ENTRE O ----------MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, ----------CULTURAL E DESPORTIVA DE VILA DE REI E A ----------TRANSFERÊNCIA DE VERBAS - ANO LETIVO 2023/2024 ------

---

PONTO 14. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 812/2023 - SUBSCRITA ----------PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR A MINUTA ----------DE CONTRATO PROGRAMA, A CELEBRAR ENTRE O ----------MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS ----------PENSIONISTAS E IDOSOS DE SÃO JULIÃO DO TOJAL ---------

PONTO 15. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 813/2023 - SUBSCRITA ----------PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR A ----------ALTERAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DAS REFEIÇÕES ----------SERVIDAS NO REFEITÓRIO MUNICIPAL, COM EFEITOS A 1 ----------DE JANEIRO DE 2024 ----------

---

PONTO 16. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 814/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. VEREADOR NUNO DIAS, PARA APROVAR A ----------ISENÇÃO PARCIAL DO CUMPRIMENTO DE 1 (UM) LUGAR DE ----------ESTACIONAMENTO, EXIGÍVEL POR VIA DO REGULAMENTO ----------DO PDML E DO RMEU ----------
----------(PROC.º Nº 73.184/URB_IP_E/2023 – POSITIVO E PECULIAR- ----------SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.) ----------

---

PONTO 17. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 815/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. VEREADOR NUNO DIAS, PARA APROVAR; - O ----------PROJETO DE LOTEAMENTO; - A ISENÇÃO DE ----------CUMPRIMENTO DO NÚMERO DE LUGARES DE ----------ESTACIONAMENTO; - OS PROJETOS DEFINITIVOS DAS ----------OBRAS DE URBANIZAÇÃO, REFERENTE AO PROJETO DE ----------EXECUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DO EIXO NORTE ----------SUL ----------
----------(PROCº Nº 71.401/URB.RU)----------

PONTO 18. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 816/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA, PARA APROVAR O ----------PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O ----------MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL ----------PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP- ----------CCI) ----------

---

PONTO 19. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 817/2023 - SUBSCRITA ----------PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA, PARA APROVAR O ----------PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO, A CELEBRAR ENTRE O ----------MUNICÍPIO DE LOURES E A AECSCLO - ASSOCIAÇÃO

----------EMPRESARIAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DOS ----------CONCELHOS DE LOURES E ODIVELAS----------

---

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

--- Neste ponto foram proferidas as seguintes intervenções:----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, deu entrada na mesa, uma Moção apresentada pela CDU, pela urgente conclusão da negociação do acordo de empresa na GesLoures. ----------

---

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, a CDU decidiu trazer esta Moção a esta Reunião de Câmara, *pela urgente conclusão da negociação do acordo de empresa na GesLoures*. ----------

---

PONTO DOIS - PELO SR. VEREADOR PAULO PITEIRA, FOI APRESENTADA UMA MOÇÃO SUBORDINADA AO TEMA "PELA URGENTE CONCLUSÃO DA NEGOCIAÇÃO DO ACORDO DE EMPRESA NA GESLOURES", SUBSCRITA PELAS SRAS. VEREADORAS E SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, À QUAL FOI ATRIBUIDO O NÚMERO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 819/2023----------

---

----------*"MOÇÃO*----------

-----PELA URGENTE CONCLUSÃO DA NEGOCIAÇÃO DO ACORDO DE -----

----------*EMPRESA NA GESLOURES*----------

No passado dia 23 de novembro os trabalhadores da GesLoures realizaram uma greve parcial que afetou o serviço prestado aos utentes nas piscinas municipais. ----------

Esta greve foi o inevitável corolário da situação de i0mpasse a que o Conselho de Administração (CA) da GesLoures conduziu a negociação do novo Acordo de Empresa. ----------

Recorde-se que o processo inicial se iniciou em março, há 8 meses, e que se tem arrastado desde essa data sem fim à vista e com o CA a dar o dito por não dito, criando um clima de desconfiança entre as partes. ----------
O Conselho de Administração demonstrou assim, uma vez mais, a sua incapacidade de gerar consensos e em criar um clima de concórdia e normalidade na empresa. ----------
Perante a situação criada os vereadores da CDU, propõem que a Câmara Municipal de Loures, reunida a 28 de novembro de 2023, delibere: ----------
1. Exortam a Câmara Municipal de Loures a criar condições para a urgente conclusão, no quadro das suas obrigações, do processo de negociação do Acordo de Empresa na GesLoures;----------
2. Saudar os trabalhadores da empresa municipal e solidarizam-se com a sua justa luta por uma vida mais digna e justa."----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, vamos fazer um intervalo para podermos analisar este documento. ----------

---

--- **Eram dezasseis horas e treze minutos quando a reunião foi interrompida, tendo recomeçado às dezasseis horas e quinze minutos**. --

---

A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, relativamente a esta Moção que aqui hoje é apresentada pela bancada da CDU, quero transmitir em modo "*on*", no Órgão Câmara Municipal, aquilo que tive a oportunidade, na passada quinta-feira, aquando da intervenção do público, nomeadamente, da delegada do STAL, de transmitir, que, neste momento, estamos a tratar do agendamento de uma reunião para os próximos dias, com o Conselho de Administração da GesLoures, com a presente signatária e o STAL, para que possamos dar como concluída esta diligência.----------
Creio que esta Moção não era necessária, tendo em linha de conta esta afirmação que foi proferida por mim mesma e as diligências que já ocorreram até então. ----------
Como sabemos, o estabelecimento do Acordo da Empresa, resulta de uma negociação entre o Conselho de Administração da GesLoures e a estrutura

sindical, neste caso, as que estão aqui envolvidas. Portanto, esta tramitação, não é competência direta da Assembleia Geral. Contudo, tendo em linha de conta, a elevada consideração que este Executivo Municipal tem pelas diferentes estruturas sindicais e considerando que possa haver aqui alguma divergência de opinião e, nomeadamente, em relação aos "*timings*" que são alegados, quer pela senhora Presidente do Conselho de Administração, quer pelo STAL, disponibilizei-me para "mediar" esta situação e para que possamos chegar a bom porto, com um Acordo da Empresa, rapidamente, a bem de todos os trabalhadores da GesLoures, que é isso que mais nos importa.----------

---

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, apenas para corrigir algumas gralhas que o documento tem. Assim, dizer que no primeiro parágrafo, onde diz "(…) *Recorde-se que o processo inicial (…)", não é inicial, mas sim negocial.* ----------

Depois, na parte deliberativa, no ponto um, onde diz "(…) *Exortam a Câmara Municipal de Loures (…)", deve dizer "(…) Exortar a Câmara Municipal de Loures (…)".* ----------

Por fim, no segundo parágrafo, onde diz, "(…) e solidarizam-se (…)" deve dizer-se "(…) solidarizar-se (…)" e acabar em "(…) digna (…)", cortando a expressão "(…) e justa (…)".----------

É só para o contexto ficar mais correto.----------

--- APÓS A INTRODUÇÃO DAS ALTERAÇÕES REFERENCIADAS, A MOÇÃO SUBORDINADA AO TEMA "PELA URGENTE CONCLUSÃO DA NEGOCIAÇÃO DO ACORDO DE EMPRESA NA GESLOURES", SUBSCRITA PELAS SRAS. VEREADORAS E SRS. VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, À QUAL FOI ATRIBUIDO O NÚMERO DE PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 819/2023, FICOU COM A REDAÇÃO SEGUINTE:----------

---

"No passado dia 23 de novembro, os trabalhadores da GesLoures, realizaram uma greve parcial que afetou o serviço prestado aos utentes nas piscinas municipais. ----------

Esta greve foi o inevitável corolário da situação de impasse a que o Conselho de Administração (CA) da GesLoures conduziu a negociação do novo Acordo de Empresa. ----------

Recorde-se que o processo negocial, se iniciou em março, há 8 meses, e que se tem arrastado desde essa data sem fim à vista e com o CA a dar o dito por não dito, criando um clima de desconfiança entre as partes. ----------

O Conselho de Administração demonstrou assim, uma vez mais, a sua incapacidade de gerar consensos e em criar um clima de concórdia e normalidade na empresa. ----------

Perante a situação criada, os Vereadores da CDU, propõem que a Câmara Municipal de Loures, reunida a 28 de novembro de 2023, delibere: ----------

1. Exortar a Câmara Municipal de Loures a criar condições para a urgente conclusão, no quadro das suas obrigações, do processo de negociação do Acordo de Empresa na GesLoures; ----------

2. Saudar os trabalhadores da empresa municipal e solidarizar-se com a sua justa luta por uma vida mais digna."----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA MOÇÃO FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. ----------

ABSTIVERAM-SE, O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, A SRª VICE-PRESIDENTE, A SENHORA VEREADORA E O SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, O SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------

A VEREADORA, SRª ANA CATARINA FERREIRA MARQUES NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO ----------

---

----------*DECLARAÇÃO DE VOTO*----------

A SRª VICE-PRESIDENTE: A minha intervenção neste ponto, constitui a declaração de voto do Partido Socialista.----------

---

--- **Eram dezasseis horas e trinta minutos quando a Vereadora, Sra. Ana Catarina Ferreira Marques, compareceu à reunião.** ----------

A VEREADORA, SRª FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, vou colocar duas questões, de duas matérias diferentes. Uma, é um esclarecimento que tem a ver com a declaração da senhora Diretora do Departamento de Obras Municipais, em que, a propósito da escola número cinco de Camarate e relativamente ao problema de cheias constantes e recorrentes naquela zona do Bairro de São Francisco, foi aqui dito nesta sala, que iria ser construído um coletor novo para tentar minimizar, ou mesmo melhorar, aquela situação. Nessa altura não foi questionado, e o que eu gostaria de saber, é o que é que está previsto para esta zona. Se sempre vai ser construído um novo coletor, ou se vai ser feita uma intervenção no coletor existente, tendo em conta que se está a aproximar uma época de chuvas, e no Bairro de São Francisco, além das cheias de dezembro do ano passado, já houve mais uma cheia em setembro e outra em outubro, na mesma zona. ----------
Portanto, se possível, gostava de obter um esclarecimento sobre esta matéria. A outra, tem a ver com as questões da saúde, o que já começa a ser um assunto recorrente nestas Reuniões de Câmara. Mais uma vez, o Hospital Beatriz Ângelo, continua, de forma sistemática, com as urgências fechadas, por falta de profissionais.----------
Não vislumbramos qualquer solução para esta matéria, por isso, gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre essa questão, nomeadamente, em relação a uma Moção que foi aqui aprovada, a qual sugeria que fosse pedida uma reunião ao senhor Primeiro Ministro, que ainda continua em funções, sobre esta matéria, com a presença de representantes de todos os partidos políticos com assento nesta Câmara Municipal. ----------
O senhor Presidente da Câmara ficou de nos dar alguma informação quando solicitasse essa reunião, e nós só voltamos aqui a este assunto porque o Governo está em funções e, portanto, ainda tem algum poder decisório sobre esta matéria. ----------
Depois, ainda em relação à questão da saúde, colocar novamente uma questão que já colocámos anteriormente, que diz respeito às duas Unidades Locais de Saúde que se preveem para o Concelho de Loures. A Unidade ligada ao Hospital Beatriz Ângelo e a Unidade ligada ao Hospital de São José, como foi informado recentemente. Já aqui solicitámos, e voltamos a reiterar o pedido, de que nos sejam dadas informações e se existe um documento de trabalho que tenha sido distribuído ao Executivo Municipal e que esteja a ser objeto de

análise, mesmo que esse documento ainda venha a sofrer alterações, que possa ser dado conhecimento do mesmo a esta Câmara, para que todos saibamos o que é que está previsto em termos de Unidades Locais de Saúde para o concelho, dado que é algo que intervém, em muito, na vida futura de quem recorre ao Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente também através dos centros de saúde.----------

Depois, só a título de informação, não temos a certeza, mas segundo consta, que Mafra e Sobral de Monte Agraço, dois dos concelhos que neste momento são serviços pelo Hospital Beatriz Ângelo, em breve passarão a ser servidos pelo Hospital de Santa Maria. Gostaria de saber se isto se confirma e, em caso afirmativo, se está prevista alguma reorganização da população que é atendida pelo Hospital Beatriz Ângelo, no que concerne ao Concelho de Loures, dado que uma parte da Zona Oriental do concelho, não toda, mas a esmagadora maioria, não é servida pelo Hospital Beatriz Ângelo e sim pelos Hospitais de Santa Maria e São José. ----------

Portanto, gostaríamos de saber que impacto é que isto terá, com a eventual saída destes dois concelhos e com a população que é servida. Isto, ligando-se às Unidades Locais de Saúde que estão previstas. Portanto, de que forma é que isto se interliga.----------

Gostaríamos, também, de chamar aqui à atenção para o facto de termos tido nota, nomeadamente, por parte do pessoal de enfermagem adstrito aos centros de saúde, que, neste momento, para além das tarefas que já têm, já estão a ser preparados, em termos de formação, para desempenhar tarefas que, neste momento, são desempenhadas pelo Hospital Beatriz Ângelo. Ou seja, temos poucos recursos humanos, em termos de enfermagem, nos centros de saúde, como também temos no hospital, e, neste momento, poderão estar a ser desviados, quer pessoal de enfermagem - e não tivemos confirmação disto -, quer, eventualmente, também pessoal médico, dos centros de saúde para o hospital. ----------

Ou seja, "*estamos com uma manta muito curta a tentar cobrir o corpo inteiro. Destapamos os pés, tapando a cabeça, ou destapamos a cabeça, tapando os pés*". Isso é uma situação que nos preocupa, e gostaríamos de saber se existe alguma informação que nos possa dar relativamente a esta matéria. ----------

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, os eleitos da CDU, tiveram a oportunidade de visitar um conjunto de empresas que ficam na zona de Bucelas, nomeadamente, onde está a laborar a Loures Gráfica. É uma zona que recentemente teve obras de reabilitação, nomeadamente, de um grande armazém, e a zona de acesso a estas diversas empresas, por via dessas obras de conservação desse grande armazém, viram construir uma estrutura metálica nessa zona, que pensamos ser de servidão, para todas essas empresas que ali laboram, nomeadamente, a Loures Gráfica, que dou como referência. ------
Isto tem causado grandes incómodos a todas aquelas empresas que trabalham naquela zona, uma vez que houve um estreitamento concreto na via de acesso às empresas. E a pergunta que deixo, é se as obras e se essa plataforma concreta, estão licenciadas, qual é o domínio e em que termos é que essas obras foram realizadas.----------
Outra questão, tem a ver com o facto de nos termos deparado com um eventual aterro ilegal, ao que nos parece, de uma empresa de construção civil, junto à BP e à A8, por trás da empresa Transfrio. É um grande aterro, que pensamos estar em leito de cheia, e queríamos confirmar se se confirma essa irregularidade e o que é que foi feito para a reposição da legalidade.----------
Por último, reitero uma informação que pedi por escrito em junho, sobre as diversas ocupações ilegais de rent-a-car, em Camarate. Aliás, se passarmos na CRIL e olharmos para o local, o que se verifica, é que, cada vez mais, o número de carros vai aumentando. ----------
Já passaram quase seis meses, por isso, reitero essa informação, assim como a informação sobre as obras coercivas do Infantado. Havia um princípio de acordo com os eventuais proprietários, não sei se vamos ficar à espera desse acordo, para me responderem por escrito, mas pergunto novamente.----------
---
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, queria questionar se a senhora Presidente do Conselho de Administração da GesLoures está presente. Não a vejo, mas poderá estar. ----------
---
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, a informação que tenho, é que a senhora Presidente está com um problema de saúde e está no Hospital Beatriz Ângelo.----------

Depois, quanto à questão da senhora Vereadora Fernanda Santos, nomeadamente, em relação à escola de Camarate, dizer que o que está previsto, é a construção de um novo coletor na zona das instalações provisórias. No entanto, não nos podemos esquecer que ele tem que atravessar toda a pista do aeroporto, e, por isso, precisamos de mais informação.----------
Quanto à questão das construções, a senhora Vice-Presidente responderá. ---
Quanto ao Hospital Beatriz Ângelo, nomeadamente, a questão dos transportes, a senhora Vereadora Fernanda Santos hoje não colocou essa questão, mas tem-no feito diversas vezes, pese embora já tenhamos dado essa informação em privado, uma das questões que a Câmara tem colocado, e bem, assim como o senhor Vereador Tiago Matias e a própria comissão de utentes, é a impossibilidade de os autocarros poderem entrar dentro das instalações do Hospital Beatriz Ângelo. ----------
No entanto, nós tivemos uma reunião há duas semanas, com a entidade gestora do Hospital Beatriz Ângelo, com a ARS e com o senhor Presidente da Câmara de Odivelas e chegámos a uma decisão, que é importante para todos os utentes deste hospital, que é o facto de, a partir de um de dezembro, os autocarros médios poderem passar a entrar no hospital. Os miniautocarros já entravam, mas agora os médios também vão poder entrar. Foi esta a informação que a TML – Transportes Metropolitanos de Lisboa nos deu. Aliás, já reformulamos todas as carreiras com a empresa, o que vai permitir que todas as pessoas possam entrar dentro do hospital e deixem de ter que esperar pelo miniautocarro para o poder fazer.----------
Esta decisão vai ser, obviamente, acompanhada por um protocolo que irei trazer a esta Câmara, o mais brevemente possível. É um protocolo a celebrar entre a entidade gestora do Hospital Beatriz Ângelo, a ARS e os Municípios de Loures e de Odivelas. No entanto, ficou acordado que, pese embora o protocolo possa ainda não estar aprovado em sede de Reunião de Câmara, na prática, ele já estará a funcionar a partir de um de dezembro. Portanto, creio que esta é uma boa notícia para os utentes do Hospital Beatriz Ângelo. ----------
---
A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Respondendo às questões colocadas pela senhora Vereadora Fernanda Santos, no que à saúde diz respeito, nomeadamente, em relação às Unidades Locais de Saúde, dizer que a

informação formal de que dispomos, é a que consta do Decreto-Lei cento e dois, de sete de maio, de dois mil e vinte e três. ----------
É ao abrigo deste Decreto-Lei, que ficou previsto que Loures ficará abrangido por duas Unidades Locais de Saúde. Uma, com o Hospital Beatriz Ângelo e o ACES – Agrupamento de Centros de Saúde de Loures e Odivelas. Portanto, todas as unidades de saúde que neste momento estão sob o "*chapéu*" de Centro de Saúde de Loures, ficam com o Hospital Beatriz Ângelo. Todas as Unidades de Saúde que estão sob o "*chapéu*" do Centro de Saúde de Sacavém, passam para a Unidade Local de Saúde com o Hospital de São José. Designado, creio eu, por Centro Hospital Lisboa Central. ----------
Tive a oportunidade, na ausência de satisfação de pedidos de reunião, que já fizemos junto da tutela, de reunir, a passada semana, com esta unidade hospitalar, para obter aqui um conjunto de informações. Sei, também, que por parte da direção executiva, existe um documento que tinha um prazo para entrega à tutela, até ontem, e que, desejavelmente, durante o mês de dezembro, teremos informação útil, para que este novo modelo, entre em vigor a um de janeiro e possa entrar em seu pleno. ----------
Em relação à saída do Concelho de Mafra e Sobral de Monte-Agraço, da abrangência do Hospital Beatriz Ângelo, sim. É o que diz este diploma. Há uma outra Unidade Local de Saúde que contemplará estes dois concelhos, que não ficam a coberto do Hospital Beatriz Ângelo. ----------
Ainda assim, todos os utentes que estejam com acompanhamento em qualquer uma das unidades de saúde, podem ter ainda condições para aqui o continuarem a fazer. ----------
Relativamente a outras tarefas que estejam a ser preparadas para serem executadas por parte da equipa de enfermagem, não conheço. No entanto, queria deixar aqui sublinhado, que o que se pretende com as Unidades Locais de Saúde, é um serviço de prestação de cuidados primários de proximidade e colocar meios técnicos e humanos, nas diferentes Unidades de Saúde, para, assim, poder aliviar a carga de pressão sobre os estabelecimentos hospitalares. ----------
É nesse sentido, que aqui na zona de Loures e já neste conceito de colaboração, que na Unidade de Saúde da Mealhada, já está em funcionamento, uma resposta específica para a saúde da mulher e da criança até aos dois anos. Portanto, já resulta, precisamente, desta articulação. --------

Igual modo, a resposta na área da saúde mental comunitária, aqui na Unidade de Saúde de Loures. É este o caminho desejável de proximidade. ----------

---

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Tiago Matias, relativamente ao Infantado, dizer que estamos a terminar o relatório. Estamos, inclusivamente, a fechar o acordo com os proprietários, para poder imputar, efetivamente, a globalidade das obras de urbanização que faltam na quinta e sexta fase do Infantado, mas antes disso, podemos enviar o relatório daquilo que falta em relação às obras de Urbanização do Infantado, sem problema nenhum.----------

Relativamente ao relatório que já tinha solicitado, na altura fui eu que travei essa informação, porque quando ele foi pedido, eu já tinha essa informação disponibilizada, mas, entretanto, já tinham havido novos desenvolvimentos, não só no que diz respeito ao estacionamento das viaturas em Camarate, mas, também, em relação à localização dos contentores do Cabeço da Rosa e dos contentores da Apelação, por isso, ele não foi enviado, de modo a que, o mesmo, fosse mais completo. Mas, senhor Vereador Tiago Matias, garanto-lhe que amanhã será remetida essa informação que já está disponível. ----------

Em relação às obras em Bucelas e ao estaleiro junto à empresa Transfrio, de momento não tenho essa informação, mas se o senhor Vereador me fizesse chegar esse pedido de informação, agradecia, para que eu lhe possa dar essa informação mais ao pormenor. ----------

---

A VEREADORA, SRª FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, já coloquei esta questão, mas para que eu possa ter a certeza absoluta, pergunto, novamente, o seguinte: sob o "*chapéu*" da alçada do Centro de Saúde de Sacavém, estão também a Unidade de Saúde Familiar, que serve parte da Freguesia de Camarate, Apelação e Unhos. Portanto, o que eu gostava de saber, é se continuam a estar no Hospital Beatriz Ângelo, ou as pessoas vão ser mudadas para o Hospital de São José? ----------

Essa informação convém que seja dada com a maior celeridade, dado que isso altera, e muito, as rotinas de quem procura os serviços de saúde do hospital. -

---

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Na sequência das respostas do senhor Vereador Nuno Dias, relativamente à ocupação de terrenos, as quais agradeço,

solicitava, ainda que desatualizada, que me fizesse chegar, ainda esta semana, essa informação. ----------
Relativamente ao relatório que diz que estão a preparar, gostava que me desse a data prevista do Acordo. Considerando que já dura há vários meses, pelo menos há seis meses, gostava de saber qual a data prevista para o términus deste Acordo.----------
---
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, sobre as respostas da senhora Vice-Presidente, relacionadas com as questões da saúde, sabemos, porque nos foi informado, e suponho que a Câmara também saberá, que estão a ser dadas formações aos técnicos de enfermagem e outros, para passarem a fazer tarefas que, neste momento, são executadas pelo Hospital Beatriz Ângelo. Penso que saiba disto. ----------
O problema disto, como é evidente, é que os recursos existentes nos centros de saúde, são pagos. Não dão resposta ao que é necessário dar resposta no imediato. Não vai haver reforço de recursos nos centros de saúde. Ao que sabemos, não vão sair profissionais do Hospital Beatriz Ângelo, para reforçar os centros de saúde. Portanto, é evidente que isto tem tudo para correr mal. --
É porque pôr em cima dos profissionais de saúde, que já estão carregados de trabalho, mais trabalho, que tem que ser feito, não há dúvida. No entanto, não pode ser à custa do trabalho destes profissionais, que já estão no seu limite. Por isso, a questão que coloco, é se tem informação de que vai haver algum tipo de reforço de recursos humanos nos centros de saúde de modo a dar resposta a estas novas responsabilidades que passarão a ter a partir de um de janeiro, que nós ainda não sabemos quais são, mas que sabemos que já estão a preparar esses profissionais de saúde para passarem, a partir de um de janeiro, a desempenharem essas funções, que até ao momento, eram desempenhadas no Hospital Beatriz Ângelo.----------
---
A SRª VICE-PRESIDENTE: Respondendo à questão que foi colocada pela senhora Vereadora Fernanda Santos, sublinhando aquilo que disse, todas as unidades que estão sob a alçada do Centro de Saúde de Sacavém, entre as quais se incluem a Apelação, Camarate e Unhos, em situações de urgência, é o Hospital de São José. Em situações de acompanhamento, o utente pode optar. É esta a informação de que dispomos. ----------

Tudo o que está sob o Centro de Saúde de Sacavém, as cerca de onze unidades, todas elas vão ficar com a unidade de referência para serviço de urgência, o Hospital de São José. E isto já é o caminho para a construção do Hospital de Todos os Santos, que, como sabemos, a sua construção irá ter inicio, segundo informação que me foi transmitida, com fundo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, no próximo ano de dois mil e vinte e quatro. É esta a informação que foi transmitida pela Tutela. E este caminho também é já nesse sentido.----------

Relativamente à intervenção do senhor Vereador Gonçalo Caroço, altamente negativista, que eu não gosto de acompanhar. Parece a profecia da desgraça. Não é essa aquela que nós aqui fazemos. E também dizer ao senhor Vereador, que quando afirma que não vai haver reforços dos recursos humanos das Unidades Locais de Saúde, não sei quem é que lhe disse. Aquilo que sabemos e que tem estado a acontecer, a todo o tempo, é o reforço dos cuidados de saúde primários no Concelho de Loures. Isto tem estado a acontecer. Seja por via da contratação permanente, seja por via dos prestadores de serviços. Se é suficiente? Não é. Não é e está muito longe de ser suficiente.----------

Também sabemos que o bom da implementação das Unidades Locais de Saúde, é que o modelo das Unidades de Saúde, vai, finalmente, ser alterado. Portanto, como o modelo, finalmente, vai ser alterado, vai passar para modelo "*B*", que assenta, como todos sabemos, num conjunto de incentivos aos seus profissionais, acredito, e espero que possamos todos acreditar, que a situação possa vir a melhorar. ----------

Portanto, à data de hoje, é esta a informação que disponho e que partilho. Em concreto, quais são as tarefas que vão pedir às senhoras e aos senhores enfermeiros, desconheço.----------

Sei, porque ainda há oito dias atrás, estivemos reunidos, nesta mesma sala, com o Conselho Municipal de Saúde, e antecedendo a esse Conselho, reunimos, também, com todos os senhores Presidentes de Junta, e isto foi afirmado pelo Diretor Executivo do ACES. Portanto, o reforço dos profissionais e o reforço dos mecanismos de proximidade aos cidadãos, que é isso que nos interessa. ----------

---

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Tiago Matias, relativamente ao processo do Infantado, um processo que já se arrasta há mais de três

décadas, conto, até ao final do primeiro trimestre do ano que vem, ter o Acordo fechado com os proprietários.----------
Até para o Município, é uma mais valia que isso esteja fechado. Como o senhor Vereador, certamente, saberá, é um trabalho que demora mais algum tempo, uma vez que tem que ser tudo revisto, no que diz respeito às obras de urbanização. Inclusivamente, os valores, até para aferir as novas garantias bancárias que têm que ser tidas em consideração para estas mesmas obras. É esse o trabalho que estamos a fazer.----------
Gostava de ter isso terminado, assim como o Acordo, no final do primeiro trimestre, que me parece ser um tempo aceitável, considerando que o alvará é de mil novecentos e setenta e nove. ----------
Em relação ao relatório que pediu, eu estou a preparar a informação para lhe dar e não queria dar-lhe informação desatualizada, naturalmente. Está a ser atualizada pelos serviços, e será disponibilizada tão breve quanto possível. ---
Mas senhor Vereador Tiago Matias, o senhor fala em seis meses de atraso, mas eu não resisto em dizer-lhe, que eu ainda estou à espera de resposta a alguns requerimentos que fiz no início de dois mil e dezassete. ----------
---
A VEREADORA, SRª FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, voltando, novamente, à questão do Hospital Beatriz Ângelo, nomeadamente, em relação à questão dos transportes, ainda bem que nos deu essa informação. ----------
Mas o que eu queria salientar, é o facto dos autocarros que vêm, por exemplo, da zona oriental, que passavam dentro do hospital e que voltem lá a passar, tendo em conta que o seu tamanho é mais pequeno, isso implica que venham mais cheios, porque servem muita população que vem aqui para a zona de Loures. Portanto, o que esperamos, é que não voltemos a ter a situação que tínhamos anteriormente, e que a frequência dos mesmos também seja aumentada, de modo a poder responder a esta questão.----------
Recordo que do autocarro que anteriormente servia o Hospital Beatriz Ângelo, e que já era mais pequeno precisamente para poder entrar no hospital, tínhamos queixas frequentes, por parte dos seus utilizadores, de que os autocarros vinham muito cheios.----------
Aliás, no geral, os autocarros da TML que circulam, são mais pequenos do que os da antiga Rodoviária de Lisboa, por isso esperamos que esse problema não se agrave e que o número de frequências aumente.----------

Em relação ao Hospital Beatriz Ângelo, senhora Vice-Presidente, na minha opinião, parece-me que os utentes de Camarate, Unhos e Apelação, nos quais eu própria me incluo, posso estar a falar em sede de interesse próprio, indo para o Hospital de São José, não vão ficar melhor servidos. Primeiro, por uma questão de localização e da facilidade da chegada ao próprio hospital. Inclusivamente, neste momento, se não me falha a memória, há uma carreira que vai para o Hospital Beatriz Ângelo e que serve parte da Freguesia de Camarate. Pelo menos era uma carreira que estava prevista. E depois, também em termos de instalações. ----------

Relativamente ao Hospital de Todos os Santos, é como algo que fica para as "*calendas gregas*". Agora é o PRR. Anteriormente, já tinham sido outros financiamentos. E este hospital vai sempre andando, andando, e vamos ver se ele será construído, ainda durante a nossa vida.----------

E esta questão, agora, levou-me a uma lembrança. Quando o Hospital Beatriz Ângelo, há muitos anos atrás, começou a ser construído, e a população do Concelho de Loures foi informada que o hospital que estava no seu território, nos terrenos cedidos pelo seu município, que pagou uma quantia muito avultada pelos acessos a este mesmo hospital, uma parte do concelho não ia ser servida por este hospital – e eu sei que há freguesias da zona oriental que não querem o Hospital Beatriz Ângelo, porque é pior em termos de acessibilidade, apesar de, com a vinda da TML, ser resolvido aquilo que a Rodoviária de Lisboa não quis resolver, e que era melhor irem, não para o Hospital São José, mas para o Hospital de Santa Maria, que é aquele que tem melhores condições –, mas o que vemos neste momento, com a saída que se prevê dos utentes de Mafra e do Sobral de Monte Agraço, são ainda alguns milhares, por poucos milhares que sejam, saem também utentes do Concelho de Loures. ----------

O Concelho de Odivelas está, praticamente, na íntegra, com eventuais, pequenas, exceções, no Hospital Beatriz Ângelo, e o nosso hospital, que está no nosso território, e desculpem-me "*o nosso*", e sublinhar isto, não serve mais de metade da população do Concelho de Loures. E não só não serve, como ainda vai ser retirada de lá população. E a população que vai ser retirada de lá, não ganha nada com isto. Se ainda houvesse o Hospital de Todos os Santos, com boas condições e facilidade em lá chegar, se calhar não estaríamos aqui a levantar esta questão. Mas continuamos sempre com o mesmo problema.

Então o Hospital Beatriz Ângelo vai ficar com menos utentes para ser servido e ainda vão ser retirados utentes do Concelho de Loures? Podem dizer que isto não é uma decisão vossa, que é do Governo. E então nós, Município, não dizemos nada quanto a isto? É que vão ser os nossos utentes que vão ser prejudicados. Por muitos problemas de funcionamento que tenha o Hospital Beatriz Ângelo, que sempre teve desde que está em funções, e continua a ter, eu, pessoalmente, como utente, prefiro ir para este hospital, do que para o de São José. Por todas as razões que já aqui foram ditas. E, se calhar, se perguntar a alguns destes utentes que vão ser agora transferidos, compulsivamente, pelo Ministério da Saúde, para o Hospital de São José, e que vinham para o Hospital Beatriz Ângelo, se calhar vão hesitar, mas depois vão dizer que o Hospital Beatriz Ângelo tem melhores condições do que o Hospital de São José.----------

E o que eu pergunto é, face a esta publicação do Decreto-Lei, de sete de novembro, que, de facto apresenta isto como um facto consumado, é o que é que este Município pode fazer, para que esta solução que, no nosso entender, não se afigura a melhor, possa ser alterada. ----------

Digo isto desde o princípio que se discutiu o Hospital Beatriz Ângelo, nos órgãos em que participei. Não faz sentido, que um hospital, no nosso território, e para o qual este Município investiu muitos milhões de euros, não sirva a população deste concelho na sua totalidade. E menos agora se aplica, com a saída de utentes, que poderiam ser lá atendidos. ----------

Portanto, o que pergunto, é o que é que está a ser feito, para que esta situação possa ser tida em atenção? E não venham outra vez com a promessa que vem aí o Hospital de Todos os Santos. Porque eu não sei se, ainda em vida, vou ver esse hospital construído. Provavelmente não. ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhora Vereadora, quero relembrá-la, que houve uma ação, no Pavilhão do Sacavenense, na qual eu participei enquanto Vereador da oposição, onde a Câmara, na altura presidida pelo Presidente Bernardino Soares, entendeu, e bem, auscultar a população da zona oriental, para saber o que é que queriam fazer. ----------

Não sei se a senhora Vereadora lá esteve, mas eu estive, e recordo bem, que a opinião de boa parte da população que foi àquele pavilhão manifestar-se, grande parte deles, não queria vir para o Hospital Beatriz Ângelo.----------

A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, queria deixar aqui umas notas breves, relativamente a este assunto. Primeiro, o plano de negócios das Unidades Locais de Saúde, não foi, nem elaborado, nem partilhado, com a Câmara Municipal de Loures.----------
Em relação à afirmação da senhora Vereadora Fernanda Santos, quando diz que prefere ir para o Hospital Beatriz Ângelo, eu respondo-lhe que pode continuar a ir para este hospital. No modelo que está definido, de acordo com aquilo que li na Lei e de acordo com as pessoas com quem estive e que tiveram a oportunidade de estar envolvidas neste processo, como o diretor executivo do ACES, a senhora Presidente do Conselho de Administração do HBA e a senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Lisboa Central, o que eles me transmitiram, foi que o utente tem opção de escolha.---
Também me foi dito nesta reunião que tive na passada semana, que neste momento, cento e quatro mil habitantes do Concelho de Loures, já são utentes do Hospital de São José. ----------
---
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, eu acho que a questão que tem que ser respondida, em particular por quem tem a responsabilidade de decidir neste momento, é se, na sua opinião, é positivo ou é negativo, que a população de Camarate, Unhos e Apelação, para ser atendido nas urgências, tenha que ir para o Hospital de São José, em vez de ir para o Hospital Beatriz Ângelo.----------
Portanto, é importante perceber, o que é que o atual Executivo pensa desta decisão do Governo, que foi tomada sem ouvir o Município. ----------
---
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, essa resposta já foi dada. Se não é a que lhe agrada, isso já é outra coisa.----------
---
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, peço desculpa, mas não percebi qual foi a resposta. Essa é que é a questão. Não é que me agrade ou não. A questão é que não percebi qual é a resposta a esta questão concreta, de que a urgência que vai servir a população de Camarate, Unhos e Apelação, passa a ser o Hospital de São José e não o Hospital Beatriz Ângelo.

Portanto, o que queremos saber, é qual é a opinião que o Executivo Municipal tem relativamente a esta alteração. Peço desculpa, a resposta pode ter sido dada, mas não percebi.----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, a resposta foi dada, mas a decisão se a repetimos é nossa. Mas quanto à compreensão, pode sempre ler as atas e compreender. ----------

---

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Portanto, regista-se que o Executivo Municipal não tem opinião sobre o assunto e nada disse sobre este assunto. Diz que não tem nada a ver com este assunto e também não tem opinião sobre ele. De facto, não foi aqui dito nesta Reunião de Câmara, se o Executivo Municipal concorda ou não com a alteração que está a ser vinculada, de que a população de Camarate, Unhos e Apelação, passa a ser atendida nas urgências do Hospital de São José, em vez das urgências do Hospital Beatriz Ângelo. Esta é a questão. Os senhores não foram ouvidos e até agradecem não terem sido ouvidos, porque, assim, dizem que não têm nada a ver com o assunto. Mas qual é a opinião sobre isso. Zero.----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, não. Não ficou registado isso. Aliás, a senhora Vice-Presidente da Câmara foi bastante clara. O senhor Vereador é que pode ter estado distraído. ----------

Volto a referir, que a posição da Câmara ficou plenamente registada, através da senhora Vice-Presidente da Câmara e para boa leitura, depois poderá consultar a ata. Isso é que fica, obviamente, registado.----------

Senhores Vereadores, temos seis requerimentos da Coligação Democrática Unitária, os quais carecem de votação, que tem a ver com as suspensões de mandato.----------

---

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------

PONTO TRÊS - REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELA SENHORA VEREADORA ANABELA DE OLIVEIRA

FELICIANO E PACHECO, VEREADORA ELEITA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021, COM O REGISTO DE ENTRADA E/190753/2023----------

---

"*Exmo. Sr.* ----------

Presidente da Câmara Municipal de Loures ----------

Anabela de Oliveira Feliciano e Pacheco, vereadora eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária, nas Eleições Autárquicas de 2021, vem, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação em vigor, requerer a suspensão do mandato, por motivos de ordem profissional, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2023 e até 29 de maio de 2024, inclusivé. ---------

Mais se solicita, que se proceda à convocação do membro substituto, conforme estabelecido no referido diploma. (…)" ----------

---

DEFERIDO----------

PONTO QUATRO - REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO SENHOR VEREADOR SÉRGIO MANUEL PRATAS, VEREADOR ELEITO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021, COM O REGISTO DE ENTRADA E/190766/2023----------

---

"*Exmo. Sr.* ----------

Presidente da Câmara Municipal de Loures ----------

Sérgio Manuel Pratas, vereador eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária, nas Eleições Autárquicas de 2021, vem, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação em vigor, requerer a suspensão do mandato, por motivos de ordem profissional, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2023 e até 29 de maio de 2024, inclusivé.----------

Mais se solicita, que se proceda à convocação do membro substituto, conforme estabelecido no referido diploma. (…)" ----------

---

DEFERIDO----------

PONTO CINCO - REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO SENHOR VEREADOR PAULO RUI LUÍS AMADO, VEREADOR ELEITO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021, COM O REGISTO DE ENTRADA E/190776/2023----------

---

"*Exmo. Sr.* ----------

Presidente da Câmara Municipal de Loures ----------

Paulo Rui Luís Amado, vereador eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária, nas Eleições Autárquicas de 2021, vem, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação em vigor, requerer a suspensão do mandato, por motivos de ordem profissional, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2023 e até 29 de maio de 2024, inclusivé. ----------

Mais se solicita, que se proceda à convocação do membro substituto, conforme estabelecido no referido diploma. (…)" ----------

---

DEFERIDO----------

PONTO SEIS - REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELA SENHORA VEREADORA ERMITA FERREIRA DE CASTRO, VEREADORA ELEITA DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021, COM O REGISTO DE ENTRADA E/190786/2023----------

---

"*Exmo. Sr.* ----------

Presidente da Câmara Municipal de Loures ----------

Ermita Maria Ferreira de Castro, vereadora eleita da CDU – Coligação Democrática Unitária, nas Eleições Autárquicas de 2021, vem, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação em vigor, requerer a suspensão do mandato, por motivos de ordem profissional, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2023 e até 29 de maio de 2024, inclusive. ---------

Mais se solicita, que se proceda à convocação do membro substituto, conforme estabelecido no referido diploma. (…)" ----------

---

DEFERIDO----------

PONTO SETE - REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO SENHOR VEREADOR CARLOS MANUEL DO CARMO GOMES, VEREADOR ELEITO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021, COM O REGISTO DE ENTRADA E/190796/2023----------

---

"*Exmo. Sr.* ----------

Presidente da Câmara Municipal de Loures ----------

Carlos Manuel do Carmo Gomes, vereador eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária, nas Eleições Autárquicas de 2021, vem, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação em vigor, requerer a suspensão do mandato, por motivos de ordem profissional, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2023 e até 29 de maio de 2024, inclusive. ---------

Mais se solicita, que se proceda à convocação do membro substituto, conforme estabelecido no referido diploma. (…)" ----------

---

DEFERIDO----------

PONTO OITO - REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE MANDATO APRESENTADO PELO SENHOR VEREADOR MÁRIO RUI PEDROSO PINA, VEREADOR ELEITO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, NAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2021, COM O REGISTO DE ENTRADA E/190803/2023----------

---

"*Exmo. Sr.* ----------

Presidente da Câmara Municipal de Loures ----------

Mário Rui Pedroso Pina, vereador eleito da CDU – Coligação Democrática Unitária, nas Eleições Autárquicas de 2021, vem, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação em vigor, requerer a suspensão do mandato, por motivos de ordem profissional, com efeitos a partir de 30 de novembro de 2023 e até 29 de maio de 2024, inclusive.----------
Mais se solicita, que se proceda à convocação do membro substituto, conforme estabelecido no referido diploma. (…)" ----------

---

DEFERIDO----------

--- Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi solicitada a admissão na presente Ordem do Dia da Reunião, das Propostas seguintes: ----------

---

PONTO NOVE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 8202023 - SUBSCRITA PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE VERBA, DE CARÁTER EXCECIONAL E ÚNICO, À CREVIDE – CRECHE POPULAR DE MOSCAVIDE, ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, IPSS

ADMITIDA POR UNANIMIDADE----------

PONTO DEZ - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 821/2023 - SUBSCRITA PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR: - A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO; - A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A AMUA – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DA APELAÇÃO----------

---

ADMITIDA POR UNANIMIDADE----------

PONTO ONZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 822/2023 - PROPOSTA SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E

SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTE À EMPREITADA "VARIANTE A LOURES - VIA URBANA INTERIOR"----------

---

ADMITIDA POR UNANIMIDADE----------

PONTO DOZE - ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 2023.10.04 ----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. ----------

OS VEREADORES, SRS. JOÃO MANUEL DA SILVA COSTA, VITOR HUGO BATISTA CACITO E A VEREADORA, SRª ANA CATARINA FERREIRA MARQUES, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO, POR NÃO TEREM ESTADO PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A ATA.----------

---

PONTO TREZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 800/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A RATIFICAÇÃO DA 13.ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO 2023 E OPÇÕES DO PLANO 2023-2027 ----------

---

"Considerando que: ----------

A. *É necessário dar início aos procedimentos para o desenvolvimento da iniciativa "Natal em Loures";* ----------
B. *Existe a necessidade de dotar as rubricas de pessoal por forma a viabilizar o seu processamento;* ----------
C. *Os reforços das dotações orçamentais aqui versadas implicam uma alteração permutativa ao Orçamento Municipal de 2023, cuja competência para a sua aprovação é da Câmara Municipal de Loures, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.* ----------
D. *Face à urgência da situação aqui identificada não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal de Loures.* ----------

E. Face ao plasmado nos pontos anteriores, os reforços das dotações orçamentais constantes da 13.ª Alteração Permutativa ao Orçamento Municipal de 2023, (…), foram por mim aprovados. ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e do n.º 3 do artigo 35.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação por mim efetuada da 13.ª Alteração Permutativa ao Orçamento Municipal de 2023, (…)" ----------

---

--- Neste ponto foi proferida a seguinte intervenção: ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta Proposta, visa alterações de rúbricas, em particular, uma importante, que é para dar dotação ao pagamento da faturação à Água do Tejo Atlântico. ----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ----------

ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. ----------

VOTOU CONTRA O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------

PONTO CATORZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 801/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2024 E OPÇÕES DO PLANO 2024-2028, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES ----------

---

"Considerando que: ----------

A. Atendendo ao princípio da autonomia financeira, consagrado no artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o

regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios têm património e finanças próprios; podendo elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, os orçamentos e outros documentos previsionais. ----------

B. *Ao abrigo do princípio da anualidade, plasmado no artigo 9.º-A da Lei supra identificada, os orçamentos das autarquias locais são anuais; coincidindo ao ano económico com o ano civil.----------*
C. *Face ao princípio da unidade e universalidade, previsto no artigo 9.º-B da Lei até então invocada, os orçamentos municipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira e apresentam o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, cuja natureza impeça a contabilização direta do respetivo montante total no ano em que os compromissos são assumidos. ----------*
D. *As autarquias locais estão sujeitas na aprovação, tal como na execução, dos seus orçamentos ao princípio da estabilidade orçamental, contido no artigo 5.º das Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro; ou seja, à sustentabilidade financeira e a uma gestão orçamental equilibrada, devendo o orçamento prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.----------*
E. *No âmbito do calendário orçamental legalmente estabelecido, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte e a sua aprovação deve ser efetuada, pelo órgão deliberativo, na sua sessão ordinária de novembro ou dezembro. ----------*
F. *Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, compete à câmara municipal elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento e da a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I daquela mesma Lei, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento; não podendo, ao abrigo do n.º 3 deste último preceito legal, a proposta ser alterada na assembleia municipal, sem prejuízo de poderem ser acolhidas em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pelo órgão deliberativo.----------*

G. *O orçamento municipal ora proposto foi elaborado de acordo com as regras previsionais estabelecidas quer na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, supra melhor identificada, quer no ponto 3.3. do DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), quer na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 "Contabilidade e Relato Orçamental" vertida no DL n.º 192/2015, de 1 de setembro, na sua versão atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.* ----------

H. *Nos termos do disposto no n.º 46 do ponto 11 da NCP supra identificada, as entidades do subsetor local preparam as demonstrações orçamentais previsionais constituídas pelo orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e pelo plano plurianual de investimentos.* ----------

I. *Por sua vez, o n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, estipula que o orçamento municipal inclui, nomeadamente os seguintes elementos: relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta; mapa resumo das receitas e despesas; mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; articulado que contenha as medidas orientadoras da execução orçamental; proposta das Grandes Opções do Plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que a fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão.* ----------

J. *O n.º 2 do preceito legal mencionado na alínea antecedente estabelece que o orçamento municipal, inclui, em anexo, os orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira, os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo município, e o mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.*

K. *Nos trabalhos preparatórios, desenvolvidos no âmbito da elaboração da proposta de Orçamento Municipal para 2024 e Grandes Opções do Plano*

para 2024-2028 que ora se apresenta, foram auscultados, nomeadamente, os serviços municipais e as Freguesias do Concelho de Loures. ----------

L. *Foi cumprido o estabelecido no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, tendo sido ouvidos, sobre a proposta mencionada no ponto anterior, os partidos políticos representados no órgão deliberativo e que não fazem parte do órgão executivo, ou que nele não assumem pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas.* ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Loures, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, supra identificadas, a proposta de Orçamento Municipal para 2024 e Grandes Opções do Plano para 2024-2028, conforme documento (…). ----------

(…)" ----------

--- Neste ponto foram proferidas as seguintes intervenções:----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, fazendo uma breve apresentação do documento, dizer que, decorrido metade do atual mandato, apresentamos o Orçamento Municipal para dois mil e vinte e quatro, que reflete a nossa visão estratégica para o Concelho de Loures. ----------

Este documento foi elaborado num contexto económico, mundial e, também, recentemente nacional, de enormes incertezas, que implicam uma abordagem cuidadosa, em que uma gestão rigorosa, se torna determinante. ----------

Ainda que com alguns impactos resultantes da crise pandémica que todos vivemos, estamos agora confrontados com as consequências, quer da guerra da Ucrânia, quer da recente guerra no médio oriente. O aumento dos preços dos recursos naturais, a volatilidade nos mercados financeiros e o aumento dos preços das empreitadas públicas, são algumas dessas consequências. ---------

Mesmo com estas adversidades, a que acrescem os impactos negativos resultantes das cheias de dezembro do ano passado, o nosso foco sempre

esteve e sempre estará no cumprimento dos compromissos assumidos com a população do Concelho de Loures. ----------
Nesse sentido, este Orçamento para dois mil e vinte e quatro, reflete um processo prévio de estudos, planeamento e de execuções, e agora de concretizações, que aliás, se diga de forma justa, só foi possível, com um quadro de estabilidade governativa municipal, em resultado do acordo de gestão, entre o PS e o PSD. ----------
A recuperação de anos de ausência de investimentos, a necessidade de aproveitamento das oportunidades de financiamento externo, como o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, ou mesmo o Orçamento de Estado, implicou a contração de um conjunto de empréstimos bancários. ----------
O Orçamento Municipal para dois mil e vinte e quatro, reflete um compromisso robusto e abrangente no desenvolvimento sustentável do Concelho de Loures. Por isso, o Orçamento para dois mil e vinte e quatro, apresenta um total de trezentos e vinte e oito milhões de euros, muito alavancados pelo PRR, por empréstimos bancários, pelo aumento das transferências financeiras, em resultado das competências assumidas, como também, o Programa "*Repor Loures*". ----------
A habitação municipal, surge como a principal prioridade, com um investimento de sessenta e seis milhões de euros, quer na construção de nova habitação, quer na requalificação do atual parque habitacional municipal, dando assim dignidade a quem, atualmente, ali vive, mas também na aquisição de fogos já existentes ou a construir. ----------
De realçar, os resultados, já notórios, do programa de recuperação da dívida da habitação social. Em dois mil e vinte e três, já arrecadamos mais vinte e quatro por cento da receita, no valor das rendas, comparado com período homologo em dois mil e vinte e dois. ----------
Queria, também, destacar, o programa de apoio à renda aos munícipes do Concelho, até aos trinta e cinco anos, com um importante apoio a mais de trezentas famílias, programa que queremos alargar. Relembrar, que todo este programa, é suportado, a cem por cento, pela Câmara Municipal. ----------
Na área da educação, destaca-se a melhoria do parque escolar existente, mas também na construção de novos equipamentos escolares. ----------
Assim, serão vinte e três, ponto cinco, milhões de euros, na construção e requalificação do parque escolar, dando como exemplo, a escola do Infantado

em Loures. A escola da Covina, em Santa Iria da Azóia, a nova escola da Portela da Azóia, em Santa Iria da Azóia, ou a escola do Zambujal. A escola número dois de Camarate e a escola número cinco, também em Camarate. ---
Sem esquecer a previsível admissão de um conjunto de escolas secundárias e básicas dois/três, do concelho, em aviso de candidatura, cuja abertura se prevê ainda este ano, com um investimento estimado de cerca de quarenta milhões de euros, nomeadamente, a escola secundária José Afonso em Loures, a escola secundária de Sacavém, a escola secundária de São João Talha, a básica Maria Veleda, em Santo António dos Cavaleiros, a escola Gaspar Correia, na Portela, a Mário Sá Carneiro, em Camarate, a Luis Sttau Monteiro em Loures e a escola básica de Santa Iria da Azóia. ----------
Na área da saúde, os cerca de dezassete milhões de euros, com o novo centro de saúde do Catujal, o do Tojal, o da Bobadela e o de Camarate. ----------
Mas também se destaca, os três milhões de euros em obras de requalificação e melhoramentos, dos atuais centros de saúde do Concelho de Loures. --------
Ainda na área da saúde, saúda-se o início do projeto "*Bata branca*", no sentido de minimizar a ausência de médicos de família no nosso Concelho. ----------
No que diz respeito aos espaços verdes e lazer, destaco o investimento de vinte e quatro milhões de euros, nomeadamente, no novo jardim de Moscavide, a requalificação do Parque Adão Barata, a requalificação e melhoramentos no Parque do Cabeço de Montachique e o mesmo, também, no Parque Urbano de Santa Iria da Azóia. ----------
Também o recente investimento do novo percurso ribeirinho, o início da construção do novo Parque Tejo Trancão, futuro Parque Papa Francisco. ------
Também a construção de uma nova ponte pedonal sobre o IC2, de forma a existir mais uma ligação ao percurso ribeirinho, mas também o novo Parque Urbano da Portela Norte. Ainda nesta área de espaços verdes e ambiente, não esquecer o início dos procedimentos necessários à implementação do novo sistema de contentorização, compromisso assumido com a população em muitas das urbanizações do nosso concelho, passando a haver ilhas ecológicas de contentorização em subsolo mais amiga do ambiente, sem o impacto visual negativo que hoje assistimos com o atual modelo de contentorização. ----------
Na área das infraestruturas, em mobilidade e acessibilidades, destaque para o investimento de vinte milhões de euros, nomeadamente, a saída da autoestrada A1, em São João da Talha. A nova rotunda da Quinta do

Património, em Sacavém. As melhorias de acessibilidade, em passeios no Infantado em Loures. Novas pavimentações e arruamentos em diversas vias do Concelho. A variante a Loures e a construção do jardim e da nova Praça da República em Sacavém.----------
Ainda neste domínio, não esquecer a recente conquista de Loures, uma decisão do atual Governo, na expansão da rede do metropolitano a Loures, por via da linha violeta. Resolvendo, assim, de vez, a indefinição, quanto ao financiamento deste determinante investimento. Um investimento de quinhentos e vinte e sete milhões de euros, totalmente suportado pelo PRR e pelo Orçamento de Estado.----------
Quanto ao desporto e vida ativa, um investimento de oito, ponto, cinco milhões de euros, onde se destaca a construção do novo estádio municipal, bem como a cobertura de dez polidesportivos, permitindo, assim, uma maior utilização desses equipamentos. ----------
Na área da segurança e proteção civil, destaco a continuação do investimento, quer da nossa proteção civil, quer da nossa polícia municipal, mas também um aumento em mais de quinhentos mil euros nas transferências às nossas corporações de bombeiros, chegando agora pela primeira vez aos três, ponto, dois milhões de euros, para dois mil e vinte e quatro.----------
Reflita-se, que quando chegámos em dois mil e vinte e dois, não passava dos dois milhões de euros. ----------
Realço, ainda, a construção do novo quartel da GNR em Bucelas. Um investimento previsível de dois, ponto, cinco, milhões de euros. ----------
Já no "*Repor Loures*", uma dotação de vinte milhões de euros, em resultado dos prejuízos causados, em consequências das últimas cheias de dezembro. Intervenções em equipamentos municipais, como escolas, pavilhões desportivos e mesmo o museu de cerâmica de Sacavém, que foi bastante fustigado com essas cheias. ----------
Também no espaço público, em vias e taludes, e aqui destaco a construção da nova ponte de Palhais, uma importante infraestrutura na fluidez do trânsito de toda aquela zona. ----------
Na área da cultura, o apoio ao Movimento Associativo no contínuo apoio, que, para além dos outros apoios pontuais, está inscrito no Orçamento para dois mil e vinte e quatro, quer no RMAA – Regulamento Municipal de Apoio ao

Associativismo, quer no RMAIS – Regulamento Municipal de Apoio às Instituições Sociais, cerca de setecentos mil euros.----------
Também, o reforço na qualidade que o atual Executivo Municipal tem dado às comemorações do aniversário do concelho. Aliás, reconhecido por toda a população. Sendo que para o ano, acresce os cinquenta anos do vinte e cinco de abril de setenta e cinco, em que queremos registar esse momento com elevação e muita dignidade. ----------
Também na área do bem-estar animal, com a construção do novo Centro Oficial de Recolha. Um investimento de dois milhões de euros. ----------
Termino, com uma área de governação que, para o atual Executivo, se reveste de enorme importância, que são as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, de forma a complementar todo o esforço, na legalização que temos vindo a fazer, e iremos agora concretizar um investimento municipal, de três milhões de euros, para que, até ao final do atual mandato, consigamos legalizar o maior número possível de bairros de génese ilegal, dando, desta forma, um importante contributo, para a dignidade e tranquilidade, de todos aqueles moradores que há muito já mereciam.----------
Este documento, responde, assim, às necessidades do concelho e apresenta investimentos em áreas determinantes para a qualidade de vida da população. Também diminui a carga fiscal, quer no IMI, quer no IRS, em mais de meio milhão de euros, face ao atual ano de dois mil e vinte e três, em benefício das famílias do concelho. ----------
Este Orçamento, é fruto de uma abordagem abrangente e responsável, que responde aos desafios presentes, mas, também, na construção de um futuro próspero e equitativo para os munícipes de Loures. ----------
Por fim, uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores do município, que, com o seu profissionalismo e dedicação, contribuíram para o desenvolvimento do nosso Concelho, como também, ao Departamento Financeiro de Controle e de Gestão, pelo trabalho e qualidade na formulação deste documento hoje aqui apresentado. A todos o meu muito obrigado. -------
---
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, da análise que fizemos à Proposta de Orçamento que aqui hoje nos é apresentada, aquilo que concluímos, é que, de facto, chegámos a meio do mandato, e já não mais é

possível, fazer de conta que tudo vai acontecer e que tudo vai ser feito, para dar resposta às promessas que foram feitas pelo PS, a tudo e a todos.----------
Começa a ficar clarificado, que muitas dessas promessas, não vão ser cumpridas.----------
Embora ainda haja aqui alguma margem de empolamento e de valor fictício que, evidentemente, durante o ano de dois mil e vinte e quatro, fará com que alguns dos investimentos previstos não venham a acontecer. ----------
Este Orçamento que nos é apresentado, permite, também, já, concluir, sobre algumas prioridades que, no nosso entender, deixaram de, efetivamente, serem encaradas como prioridades por parte do atual Executivo Municipal e a melhoria ter acontecido. ----------
Falo-vos, em concreto, na área da habitação, onde aquilo que temos neste Orçamento, é a concretização de uma desistência de grande parte dos fogos que iriam ser construídos neste concelho por troca por uma OPA que terá ou não, resposta por parte do mercado especulativo.----------
Na área da educação, onde é preciso, e questionamos se, de facto, aquilo que está previsto ao longo deste mandato, e por aquilo que nos é dado a conhecer pelos números que estão neste Orçamento, num Concelho desta dimensão, e onde todos os anos surge o aumento do número de alunos para o jardim de infância e para o primeiro ciclo, se se confirma ou não, que ao longo de quatro anos e até dois mil e vinte e cinco, se se concretizarem as obras que estão previstas para dois mil e vinte e cinco, que serão criadas três novas salas de Jardim de Infância e seis novas salas de primeiro ciclo deste concelho? É isto que vai acontecer nestes quatro anos. E dessas seis novas salas de primeiro ciclo, quatro delas, são em Santa Iria da Azóia. ----------
Estes números têm a dimensão de todos percebermos, que esta competência exclusiva do município, porque ninguém a vai fazer por nós, ao longo destes dois anos, e agora a perspetiva de quatro anos, não foi bem tratada. E isso vai ter custos para as nossas escolas. E cá estaremos, quando no próximo ano letivo, em particular na zona norte do Concelho, mas não só, formos confrontados, novamente, com a necessidade de colocação de monoblocos ou a criação de horários duplos no concelho. ----------
Depois, ainda sobre as questões da habitação, gostaria de questionar relativamente à OPA – Oferta Pública de Aquisição, que já foi aprovada na Assembleia Municipal na semana passada, nomeadamente, qual é a perspetiva

da mesma? Ou seja, quando se espera que seja lançada e quando se espera ter respostas e se ficou com alguma candidatura ou não. ----------
Importa, também, nesta Reunião de Câmara, que todos saibam que OPAS, idênticas na Amadora e em Sintra, ficaram vazias. Portanto, que ficaram sem qualquer concorrente. ----------
Questionamos, também, se o município tem ou não, a ideia de lançar OPAS, não sobre edifícios ou sobre fogos, mas sobre terrenos com capacidade de edificação. É uma questão que queremos também aqui deixar. ----------
Uma outra questão, tem a ver com a parte social e da resposta do PARES e do PRR, onde não constam verbas neste Orçamento que nos foi apresentado, nem para o ano dois mil e vinte e cinco, nem para o ano dois mil e vinte e seis, nem para o ano dois mil e vinte e sete. E as verbas que constam para dois mil e vinte e quatro, estão, a sua grande maioria, como verbas a definir e não como definidas. ----------
Por isso, queremos perceber o que se passa, porque ainda hoje vem uma Proposta a Reunião de Câmara, que vai levar a que haja encargos em anos futuros, sobre esta matéria. Portanto, não nos parece razoável, que o Orçamento para esta área, nos seja apresentado desta forma.----------
Depois, dizer que ouvi com atenção o senhor Presidente, e tive uma sensação de "*déjà-vu*". Parece que estávamos aqui há um ano atrás. Eu vou ler aquilo que o senhor Presidente disse aqui há um ano atrás e depois podemos fazer a diferença entre aquilo que se ia fazer este ano e que foi o ano passado explanado pelo senhor Presidente, e que agora voltou a dizer que vai ser feito em dois mil e vinte e quatro.----------
E o senhor Presidente dizia assim em dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e três: "*(…) na saúde, temos a concretização de novos centros de saúde como o do Catujal, que está já em construção, mas também o início da construção de novos centros de saúde como o de Santo Antão do Tojal, o novo centro de saúde da Bobadela e o novo centro de saúde de Camarate.*----------
Na educação, com a requalificação e beneficiação de um conjunto de escolas, como a escola básica da Covina, mas também escolas novas, como a Portela da Azóia e número cinco de Camarate, mas também por via das excelentes negociações do Município com o Governo a inclusão de oito escolas básicas de segundo e terceiro ciclo. (…)" ----------

Também dizia, a dado passo, que, e dava como exemplo "*(…) a requalificação da escola Mário de Sá Carneiro, em Camarate (…)*". Era um dos exemplos que dava nesta listagem de obras que iriam acontecer no ano seguinte, ou seja, dois mil e vinte e três. ----------

"*(…) Depois, na mobilidade e acessibilidade, destaco a reabilitação da rua Avelar Brotero, na Estrada Nacional 8 (…)*". Esta obra está congelada, aí num sítio qualquer, à espera de melhores dias. Mas era isto que era afirmado pelo senhor Presidente da Câmara. ----------

"*(…) Recuperação do muro exterior do edifício da Rua Domingos José de Morais, em Sacavém (…)*". Até ao momento, que se saiba, nada aconteceu. --

"*(…) requalificação da Praça da República e jardim em Sacavém (…)*". Também já em dois mil e vinte e dois, o senhor Presidente dizia que em dois mil e vinte e três esta requalificação iria avançar. ----------

Também em dois mil e vinte e três, o senhor Presidente dizia, que "*(…) iniciar-se-á a construção do novo parque urbano e o auditório na Portela Norte, a construção do novo estádio municipal no Infantado em Loures, assim como a construção do novo CRO – Centro de Recolha Oficial de animais, no Parque Urbano de Santa Iria da Azóia. (…)*" ----------

Era isto que o senhor Presidente dizia há um ano atrás. Mas já percebi que a sua intervenção hoje está muito facilitada, porque, de facto, foi pegar na intervenção do ano passado, acrescentar uma ou outra coisa, tirar coisas importantes que já desistiram de fazer, lançar umas ideias do que vão fazer, daquilo que as pessoas podem sentir mais, daquilo que der mais parangonas e daquilo que tiver mais efeito, mas depois, na prática, senhor Presidente, o problema, é que muito daquilo que é afirmado pelo senhor nestas reuniões, depois não se concretiza, como se viu nesta intervenção do ano passado e como cá estaremos para ver em dois mil e vinte e quatro. ----------

Portanto, vamos ver, de toda essa lista de investimentos, alguns deles "*requentados*", de dois mil e vinte e dois, de facto, o que é que vai acontecer. Porque nós sabemos, como é evidente, que nem tudo tem condições de avançar em dois mil e quatro. E há coisas que não vão ser feitas. Mas cá estaremos para fazer essa análise. ----------

---

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, começava por notar a ausência dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata, com

pelouros, nesta reunião, o que não deixa de ter uma leitura política, para o momento que estamos aqui a viver. Ou seja, nós estamos a discutir hoje, o mais importante dos documentos para a Gestão Municipal. Estamos a discutir o Plano de Atividades e Orçamento do Município para dois mil e vinte e quatro e anos seguintes, e noto, com estranheza, devo confessar, que nem o Vereador Nelson Batista, nem o Vereador Vasco Touguinha, se encontram presentes na nossa reunião. Sem qualquer demérito para os senhores Vereadores que estão aqui, naturalmente, e que saúdo, desde já, a Vereadora Ana Catarina e o Vereador João Costa. Mas isto, no mínimo, parece-me uma situação anómala, tendo em conta que estamos aqui a sustentar aquilo que são as opções futuras para a gestão deste município. E Vereadores com pelouros, deveriam de entender este momento, como um momento, de facto, importante da vida municipal.----------

Haverá, com certeza, razões ponderosas, mas como elas não foram aqui explicitadas, isso permite-me fazer este comentário. A não ser que aquela sólida amizade e acordo para a governação do município, esteja agora em perigo, face à alteração da situação política nacional, nomeadamente, com a convocação de eleições antecipadas e com uma nova liderança em perspetiva do lado do Partido Socialista, e digamos um afinco grande de oposição que tem uma expressão grande no plano nacional conduzida pelo Luis Montenegro, mas que aqui no plano local, é, exatamente, ao contrário. Ou seja, é uma eterna amizade e uma eterna aliança, entre PS e PSD.----------

Portanto, alguma coisa se passará e não podia deixar de notar, nesta fase, este assunto.----------

Depois, senhor Presidente, dizer o seguinte: nós ouvimos, com muita atenção, a sua intervenção, como o senhor Vereador Gonçalo Caroço já aqui fez referência. E, de facto, há aqui contradições no seu discurso, que são difíceis de explicar. O senhor Presidente alude à necessidade de darmos estabilidade às finanças municipais, e de enfrentarmos os desafios, presentes e futuros, com base na estabilidade das finanças municipais, e que este é um Orçamento sustentável, a longo prazo, isto está escrito no preâmbulo do documento que temos hoje aqui em apreciação, e o senhor Presidente confirmou, de alguma forma, essas palavras, na sua intervenção inicial, e nós não podemos deixar de notar que, pela leitura do documento, nós estamos perante um documento que, muito claramente, é o maior orçamento de sempre do Município de Loures, são

trezentos e vinte e oito milhões de euros, uma parte deles sustentados em fundos externos ao Município, é a captação de fundos comunitários, etc., o aproveitamento de recursos, naturalmente que sim, mas uma outra parte, e há uma contrapartida, que é a contrapartida de investimento do Município, não deixará de afetar, de forma significativa, as finanças municipais, porque, obviamente, é preciso pôr a nossa parte nos investimentos que são comparticipados.----------

E isso traduz-se no nível de endividamento, que eu diria que também será o maior de sempre. Portanto, muito claramente, nós estamos perante o maior Orçamento de sempre, que conduz ao maior endividamento de sempre e, provavelmente, a caminho do maior problema de gestão financeira de sempre, deste Município. ----------

Nós já conhecíamos a situação anterior que herdámos, em dois mil e treze, da gestão do Partido Socialista, durante doze anos, à frente dos destinos do Município de Loures e, naturalmente, a CDU está, seriamente, preocupada, com aquilo que se perspetiva para o futuro próximo, naquilo que tem que ver com o nível de endividamento e com a responsabilidade em relação ao serviço da dívida que estamos a contrair para o futuro próximo. ----------

Senhor Presidente, esta é, naturalmente, uma questão que nos preocupa. Mas há uma outra que nos preocupa ainda mais do que esta. E aquilo que nos preocupa a nós, e bastante, é aquilo que parece ser uma falta de visão estratégica, em relação ao futuro deste município. ----------

O senhor Presidente disse que havia uma sólida visão estratégica para o futuro, mas nós permitimo-nos duvidar disso. Passando o Orçamento e o Plano de Atividades em revista, gostaria de perguntar onde é que estão os programas e ações destinados à atração de investimento para o concelho, em áreas capazes de valorizar o território e de garantir o crescimento económico e com qualidade, nomeadamente, através da fixação de novas atividades económicas, comerciais e de serviços industriais no território do Concelho de Loures. ----------

Passa-se o documento em revista e, sinceramente, não se consegue vislumbrar onde é que isto possa estar.----------

Depois, cabe-me, também, perguntar, qual é o papel que áreas como, por exemplo, o turismo, na visão estratégica que o Partido Socialista tem para a governação deste Município, têm no futuro deste Concelho. O turismo está

dotado de trezentos mil euros, grosso modo, neste Orçamento Municipal. Nós entrámos numa fase diferente, fruto de um conjunto de investimentos que têm vindo a ser realizados nos últimos anos, nomeadamente, valorização do território, em relação às potencialidades naturais, por exemplo, da zona norte do concelho. Valorização dos produtos endógenos, como é o caso do vinho. Mas também valorização do rio Trancão, reabilitação das linhas de água e uma maior acessibilidade da população às linhas de água, assim como a construção do passeio ribeirinho, que é um fator de atração em relação à zona oriental, de um conjunto de visitantes, e temos hoje acessibilidades, de facto, que são bem melhores do que aquelas que dispúnhamos há umas décadas atrás. Isso perante um quadro que é um quadro de crescimento significativo da atividade turística na Área Metropolitana de Lisboa e, em particular, na cidade de Lisboa, conduz a oportunidades naquilo que tem que ver com a captação de visitantes/turistas para o nosso concelho, que deveriam de levar este município, a equacionar, com grande clareza, um plano de desenvolvimento da atividade turística, um Plano Diretor para este domínio de atividade, capaz de fixar objetivos, metas e criar ações concretas para desenvolver a atividade turística na área do concelho. E isso, infelizmente, não está aqui de forma visível e não é com trezentos mil euros, seguramente, que se vai repetindo aliás, muito daquilo que têm sido as ações corriqueiras e normais, que têm vindo a ser desenvolvidas nos últimos anos.----------
Portanto, não será, com certeza, com esta verba, que nós iremos desenvolver esse sector, que, na nossa opinião, tem uma importância muito grande. --------
A par disto, está a área da cultura. Relativamente à cultura, no preâmbulo, a determinada altura, há uma expressão curiosa, onde é afirmado que se quer devolver a Loures, o fulgor cultural perdido. Não sei o que é que se pretende dizer com isto, porque esta é uma expressão enigmática. Agora há uma coisa que nós temos a certeza, senhor Presidente. O Partido Socialista, deita borda fora, mete numa gaveta, tal como no passado meteu o socialismo também numa gaveta, o projeto do Centro Cultural de Loures, que é uma peça que nós continuamos a achar, ser uma peça estrutural para o desenvolvimento equilibrado deste território. E a existência de uma infraestrutura com estas características, pode constituir um fator de atração muito significativo, para a nossa área territorial.----------

O Partido Socialista foi dizendo que havia de apresentar um projeto diferente daquele que a CDU tinha deixado, porque não era bom. Mas nós não conseguimos vislumbrar qual é o do Partido Socialista, porque não há neste Orçamento, um cêntimo, sequer, que se perceba que é para o Centro Cultural. E para nós, o Centro Cultural, não é um ornamento. Não é uma questão de vaidade. Não é um equipamento que se queira ter, só para se dizer que já o temos. O Centro Cultural, como foi concebido, e foi feito um trabalho com um forte pendor técnico e que ocupou muitos técnicos de vários Departamentos deste Município, durante bastante tempo, anos mesmo, de estudo sobre esta matéria, preconizava, muito claramente, que Loures precisava de ter este equipamento, porque ele vinha ocupar um vazio que existe na Área Metropolitana, em relação a salas de espetáculo de uma determinada dimensão, e permitiria competir com a cidade de Lisboa, nalguns segmentos, para trazer para aqui atividade cultural que, por sua vez, traz visitantes que desenvolvem a gastronomia, que se interessam pelo território, pela oferta que temos, do ponto de vista natural e que, obviamente, voltarão, se tiverem a oportunidade de conhecer, a propósito de um evento cultural. E o Centro Cultural, entre muitas outras dimensões, estou a falar apenas de uma das suas dimensões, vinha, claramente, preencher esta lacuna.----------

O Partido Socialista, a isto, "*manda tudo às urtigas*", não quer saber do Centro Cultural para nada, acha que isto é um luxo, é perfeitamente dispensável, mas gastou mais do que isto noutras iniciativas de carácter completamente efémero, gastou, volto a repetir, mais do que se gastaria com o Centro Cultural, em iniciativas de caráter completamente efémero e não escreve uma palavra, uma linha, para dizer que este projeto, é um projeto importante.----------

Senhor Presidente, um outro domínio relativamente ao qual eu acho que falta visão estratégica, passa, muito claramente, por uma questão, que talvez seja a questão central do nosso tempo, em termos de preocupação para as populações e para as pessoas que habitam nesta parte do mundo, ou mesmo do mundo, que é a questão das alterações climáticas. As alterações climáticas, são um aspeto central que hoje está presente, e tem que estar presente nas preocupações de todos nós. E uma autarquia local não pode passar ao lado desta preocupação. ----------

O Município dispõe de um Plano Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que tem um conjunto de dezenas de ações que foram identificadas e que estão completamente descritas sobre quais devem de ser.----------
Sobre isso, senhor Presidente, o senhor não escreveu uma palavra. Uma linha. Não tem uma ação que se perceba, relativamente a este domínio de atividade. E eu creio que isto diz muito sobre o papel que se atribui, ou não, às questões de ordem ambiental, em particular, ao domínio das alterações climáticas, nas preocupações de quem, neste momento, governa os destinos do Concelho de Loures. ----------
Senhor Presidente, relativamente ao Parque da Várzea, esta é uma peça estrutural, neste domínio que tem que ver com as alterações climáticas, nomeadamente, na valorização do território, no combate às cheias no território do nosso concelho, na renaturalização do nosso concelho e no reequilíbrio natural. E sobre isso, também, nem uma linha, nem uma palavra, que se consiga entender. ----------
Senhor Presidente, não menos importante do que isto, há a questão da modernização dos serviços públicos, nomeadamente, naquilo que tem que ver com o serviço à população. Também não se consegue perceber, que medidas é que vão existir, no sentido de uma maior proximidade, de uma maior facilidade de contacto entre os municípios e a sua autarquia e que medidas é que o Partido Socialista defende, para o futuro próximo, na relação dos munícipes com a sua autarquia e também não se consegue compreender, como é que se vai estimular a participação das populações, porque nada se diz sobre mecanismos que podiam estimular, desde as discussões e visitas a freguesias sobre os investimentos municipais até aos orçamentos participativos, que no passado eram tão importantes para algumas forças políticas, mas que, de repente, foram metidos na gaveta e completamente esquecidos. ----------
Senhor Presidente, estes são alguns exemplos que, na nossa opinião, atestam a falta de visão estratégica de que este documento enferme. Mas há também um problema estrutural que não está aqui colocado e que tem que ver com o funcionamento da autarquia e que nós gostávamos de ouvir o senhor Presidente dizer o que é que pensa fazer, que é a questão dos SIMAR. Parece-nos absolutamente evidente, que não é possível salvaguardar a existência dos SIMAR, enquanto serviço público, geridos municipalmente, sem que haja uma recapitalização dos SIMAR. ----------

E desse ponto de vista, os desafios que temos pela frente são enormes. Aquilo que vem aí, é a necessidade de se investir, nomeadamente, no domínio dos bio resíduos, que estão aí à porta, em dois mil e vinte e quatro, temos todos responsabilidades relativamente a esta matéria, com um acréscimo significativo das despesas, perante um quadro em que não param de se agravar as despesas com os resíduos sólidos urbanos, nomeadamente, ao nível da operação e também da deposição – e aproveito para agradecer os dados que nos foram enviados, que tínhamos solicitado através de requerimento –, mas que ilustram, exatamente, aquilo que têm sido as nossas preocupações ao longo do tempo, e para nós é, absolutamente, claro, que os SIMAR só podem vir a ser "*salvos*", de uma situação muito complicada do ponto de vista económico, se, de facto, tiverem uma injeção de capital, em moldes a definir.-
E isso não está contido em lado nenhum do documento, por isso, gostávamos de ouvir qual é a perspetiva que o senhor Presidente tem, relativamente a esta matéria. Porque aquilo que nós encontramos relativamente aos SIMAR, são duas verbas. Uma de quinhentos mil euros e outra de duzentos e cinquenta mil euros, o que perfaz setecentos e cinquenta mil euros. Presumimos que uma das verbas, seja para a cobertura de prejuízo de exercício anterior, porque, provavelmente, é aí que iremos ter no final das contas feitas, relativamente ao exercício que estamos a ter, e a outra não sabemos exatamente para quê, mas o senhor Presidente há de nos esclarecer.----------
---
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, algumas questões relativamente a alguns temas mais concretos, nomeadamente, mobilidade e reabilitação urbana. E começaria por uma questão concreta, que tem a ver com a segunda fase da Via T7, cujo concurso teria ficado deserto em setembro.----
Uma vez que está novamente no Orçamento para executar em dois mil e vinte e quatro, saber qual a razão deste atraso e gostaríamos de ter a confiança de que, efetivamente, esta questão, que não se trata só da realização da reabilitação de uma via, mas também da reabilitação de descargas residuais de todo o centro de Camarate, que possa vir a ser resolvido. Portanto, se podemos ter a confiança que, efetivamente, esta obra será executada no próximo ano.----------
Relativamente às questões relacionadas com a mobilidade suave, saber quais são as ciclovias que se pretendem executar durante o próximo mandato, se há

algum plano de mobilidade suave e também a ciclovias em concreto. Retirando a questão do passadiço ribeirinho, não vislumbrei quaisquer outras. Até recordo que haviam algumas que estavam candidatadas a fundos comunitários, que desapareceram do Plano de Atividades. Portanto, saber o que é que está previsto nesta área concreta da mobilidade suave para o nosso concelho. -----
Senhor Presidente, o senhor, há uns tempos, insurgiu-se contra mim, de uma forma bastante exasperada, bastante nervosa, quando lhe disse que não tinha coragem para executar a reabilitação da Estrada Nacional 8, a Rua Avelar Brotero, relativamente à qual já tínhamos deixado o projeto de execução pronto. Insurgiu-se para mim, dizendo que tinha coragem e que estaria, de certeza, nos próximos investimentos do Município. Pois bem, "*empurrou-se com a barriga*" para dois mil e vinte e seis. Afinal a coragem política para fazer uma obra difícil como esta, que tem constrangimentos graves, faltou-lhe, como é fácil verificar. Aliás, não será neste mandato, conforme está no Plano de Atividades. Assim se vê a palavra do senhor Presidente. ----------
Depois, e porque é uma questão de critério, gostaria de saber, em concreto, porque é que a rotunda da Rua Estado da Índia, é mais importante que esta requalificação. Porque desta rotunda, segundo sei, nem projeto há. ----------
Portanto, o que é que esta obra tem de maior importância para as populações? Sendo uma obra na zona oriental e outra na zona de Loures, o que é que esta obra da rotunda tem de mais importante? Será que esta rotunda da Estado da Índia, é mais importante que a requalificação da Estrada Nacional 8, que serve milhares de pessoas que passam nesta via? Nós achamos que não. Mas gostaríamos de conhecer qual foi o critério que este Executivo teve, na Proposta apresentada, em que retirou uma que tinha o projeto pronto, para pôr numa obra de duvidosa necessidade, para não lhe dar outro nome, para o nosso concelho.----------
Gostava, também, de saber, porque é que o términus da Variante de Á-das-Lebres, também desapareceu do Plano de Atividades. Algo que foi assumido aqui, pelos Vereadores com responsabilidades, considerando que tem um conjunto de unidades de execução aprovadas, que vão cativar verbas para este fim. Estando, também, o projeto executado, qual a razão para também ter desaparecido do Plano de Atividades, uma vez que pensamos que tem importância estratégica, não só no términus de uma rede fundamental para o

concelho, mas também, naturalmente, para servir toda uma zona de importância vital, de atividades económicas para o nosso concelho.----------
Portanto, saber o que é que se passa com o troço dezassete, e se há vontade de plasmar neste Orçamento, o que foi dito aqui, em várias Reuniões de Câmara, nomeadamente, que as verbas estão cativas para essa obra e o que será feito do troço dezassete, vulgo, variante de À-das-Lebres, que ficou por terminar, após a rotunda que já fizemos. ----------
Depois, também sobre a Variante do Infantado, apesar de o senhor Vereador Nuno Dias já ter aqui adiantado que estão em negociações, saber se há perspetivas de resolução. Ou seja, se a Variante do Infantado está aí prevista. Portanto, requerer essa confirmação. ----------
Sobre a saída da A1, saber se já há data para a discussão pública sobre este processo. Foi-nos dito que seria no final do ano, ou princípio do próximo, saber se há data concreta para podermos debater com a população, este importante projeto para o nosso concelho. ----------
Relativamente ao metro, uma vez que a verba necessária para este importante projeto está consolidada, saber se o lançamento de tão importante projeto, está para breve. ----------
Depois, senhor Presidente, no âmbito da reabilitação urbana, não consegui perceber se, além do Jardim de Moscavide, há mais alguns espaços públicos que vão ser objeto de intervenção. Também fiquei com dívidas relativamente a esta área. Portanto, o que é que nos pode dizer relativamente às obras em espaço público, que potencie a valorização do território, é isso que queremos, e que devolvam as pessoas aos centros urbanos das cidades.----------
Por fim, o senhor Presidente falou de um parque na Portela Norte. Saber, em concreto, se este projeto já está pronto e se compromete, ou não, os lotes de habitação que o município tem, no seu património, naquela zona.----------
---
O VEREADOR, SR. JOÃO COSTA: Senhor Presidente, eu pedi a palavra, apenas para responder ao senhor Vereador Paulo Piteira, uma vez que fez aqui uma intervenção sobre a composição da nossa bancada. Assim, dizer ao senhor Vereador Paulo Piteira, que a nossa bancada está composta. E tal como nas outras bancadas, a nossa bancada trabalha em equipa. Hoje, de facto, é um dia muito importante, uma vez que estamos a discutir o Orçamento para o próximo ano, mas o Orçamento não se esgota no dia de hoje. Aliás, o

Orçamento é um exercício amplamente desenvolvido, para trás, feito com os técnicos do Município, feito com os seus responsáveis, dentro da política que o Partido Socialista e o Partido social Democrata definiram nos seus cadernos eleitorais. ----------

Portanto, melhor do que nós, falará por nós, todo o conteúdo do próprio Orçamento, que teve a nossa colaboração intensa, e relativamente ao qual estamos em perfeita sintonia com o Partido Socialista, porque há aqui um trabalho de parceria que está a ser desenvolvido e que continuará a ser feito daqui para a frente. ----------

Depois, também acho que não vale a pena confundirmos aqui os níveis políticos. Uma coisa é a gestão nacional, como a Assembleia da República, outra coisa é este nível onde estamos. Portanto, não há aqui fluidez de um lado para o outro. Estamos muito bem ao nível municipal, naturalmente preocupados com o Concelho de Loures, e que a evolução do país poderá ditar alguma orientação diferente ou não, para a nossa gestão. Mas, para já, estamos aqui a trabalhar em prole dos lourenses e é isso que nos interessa. Aliás, estamos aqui em condições de responder a tudo o que seja necessário e respaldados, também, pelos técnicos municipais, que estão aqui disponíveis para fazer alguma explanação mais efetiva, que não tenhamos presentes. ----------

---

A VEREADORA, SRª FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, para dizer que depois desta declaração do senhor Vereador João Costa, fiquei muito tranquila, porque alguma questão que haja de qualquer uma das bancadas, sobre os pelouros que os senhores Vereadores do Partido Social Democrata tenham sobre a sua alçada, certamente, será respondida pelos seus substitutos legais.----------

E pegando um pouco nas questões que foram levantadas pelo meu camarada Paulo Piteira, vou falar de um assunto que já levantámos outras vezes, que é a questão dos equipamentos culturais, nomeadamente, as questões relativas à conservação, manutenção e requalificação destes mesmos equipamentos culturais. ----------

Não vislumbramos dentro do Orçamento, certamente falha nossa, um plano, uma estratégia, uma ideia, verbas orçamentadas, para a requalificação destes equipamentos. E vou destacar aqui três pela sua urgência. O Museu Municipal

de Loures, na Quinta do Conventinho. A única coisa que aqui aparece, é uma verba para requalificação do parque de estacionamento.----------
Quem conhece o Museu Municipal de Loures, sabe que as intervenções que são urgentes lá fazer, não são, certamente, a nível do parque de estacionamento, mas sim no próprio edificado, que, como sabemos, é uma construção muito antiga e que tem especificidades de conservação e manutenção que implicam que haja uma intervenção mais aprofundada. -------
Por outro lado, o Museu de Cerâmica de Sacavém, já aqui bastas vezes falado, mais conhecido, infelizmente, não pela cerâmica, mas pelos baldes que lá estão a apanhar a água que lá cai dentro, tem uma verba no Programa "*Repor Loures*", e bem. No entanto, o que nos consta, é que essa verba não será suficiente. Por isso, gostaríamos de obter aqui confirmação, sobre quando é que serão essas obras e que obras é que vão exatamente ser feitas, para resolver os problemas deste Museu, e também em relação ao Museu Municipal da Quinta do Conventinho, que, como disse, não vislumbramos aqui nenhuma verba. ----------
Mas a mesma coisa poderia ser dita em relação à galeria do Castelo de Pirescoxe, a qual também necessita de uma intervenção urgente e que não está aqui mencionada. Também numa outra fase, não tão urgente, mas também prioritário, em que momento é que está o projeto de requalificação da Biblioteca Municipal José Saramago que, ao que parece, tinha sido posto na gaveta pelo Partido Social Democrata, que é quem gere a parte das bibliotecas e que dizia que iria ser reformulado, mas que, até ao momento, não conhecemos qualquer medida tomada nesse sentido.----------
É um equipamento que fará vinte e dois anos da sua abertura, na próxima quinta-feira, dia trinta, e que carece já há algum tempo, não que esteja em mau estado, mas que carece de uma modernização, chamemos-lhe assim, dos seus espaços, de forma a tornar-se ainda mais atrativo para as pessoas que o frequentam. ----------
Mas a mesma coisa poderia ser dita em relação aos dois pavilhões municipais, nomeadamente, o Pavilhão Paz e Amizade e o Pavilhão José Gouveia, que, já em dois mil e vinte e três, teriam verbas para a sua modernização em dois mil e vinte e quatro, e que, mais uma vez, são empurrados mais para a frente, não se vislumbrando quando será a sua requalificação. ----------

Portanto, as questões que eu aqui deixo, em relação a estes equipamentos culturais e, nomeadamente, a estes dois equipamentos desportivos que acabei de mencionar, é se, efetivamente, em dois mil e vinte e quatro, vamos ter ou não, o avanço dos processos necessários para a sua requalificação, tornando-os ainda mais atrativos, porque estes equipamentos culturais atraem público ao Concelho de Loures, e fazem parte, também, da estratégia, para que, julgo eu, ou pelo menos pela estratégia que o senhor Presidente diz que tem para o Concelho de Loures e a estratégia que, ao que parece, existe para a cultura, também para atrair públicos e pessoas ao concelho e que possam mostrar que Loures é mais do que aquilo que aparece nas notícias e que Loures é mais do que cheias, desacatos e outras coisas que, infelizmente, tornam o nosso Concelho mais conhecido fora de portas, mas que não espelham, de forma nenhuma, o que é a sua diversidade cultural e que tanta gente que aqui vive, usufrui e que lá fora também era bom que fosse conhecido. ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, dando aqui algumas respostas às questões levantadas, dizer o seguinte: em relação à questão do senhor Vereador Gonçalo Caroço, não esperaria de si outra coisa, que a falta de confiança quanto à gestão do PS. Mas o que me importa a mim é a confiança da população e não a sua.----------

Quanto à confiança na concretização do investimento por parte da população, essa é notória, basta andar na rua. Quanto à sua confiança na nossa concretização, é uma opinião que lhe assiste. ----------

Por isso, dizer que o senhor Vereador Gonçalo Caroço e os restantes Vereadores da CDU, hoje, de facto, fizeram aqui um atestado de incompetência aos oito anos de gestão CDU. Então se está tanta coisa por fazer, os senhores não foram capazes de as fazer em oito anos. Por isso, eu diria que, exigir a quem está aqui há dois anos, que concretize o investimento que não foi feito em oito anos de gestão da CDU, é preciso ter, verdadeiramente, um grande topete. Mas isso já se viu que o têm. Porque o que se verifica, é que foram perdidos oito anos neste Concelho. Repito, foram perdidos oito anos neste Concelho.----------

As intervenções dos senhores Vereadores da CDU, hoje, na abordagem do Orçamento Municipal para dois mil e vinte e quatro, que é um documento que, obviamente, tem implicação para dois mil e vinte e quatro, mas também para

os anos seguintes, foi, de facto, um atestado de incompetência e de não concretização, que os próprios Vereadores da CDU deram, nos oito anos que cá estiveram. ----------
Por isso, senhor Vereador Gonçalo Caroço, terei todo o prazer, no final dos nossos quatro anos de mandato, de apresentar à população do Concelho de Loures, os resultados e compará-los com os primeiros quatro anos do vosso mandato.----------
E estou certo, que, com a confiança e com o trabalho que estamos a fazer, ainda cá estarei para fazer os oito anos de comparação com os oito anos de gestão da CDU. Mas agora faremos com os vossos primeiros quatro anos. E a população irá ver. Como já viu. E esse é o vosso receio.----------
Por isso, digo com franqueza, que essa abordagem política que os senhores Vereadores da CDU aqui hoje fizeram, não me surpreende. Apenas me entristece. Porque, pelos vistos, não aprenderam nada com a derrota eleitoral que tiveram há dois anos atrás. Mas esse é um problema que é vosso. Eu, daqui a quatro anos, terei todo o prazer em fazer a comparação entre o que nós investimos, por exemplo, na educação e na mobilidade e acessibilidades, com o que os senhores fizeram nos vossos primeiros quatro anos. Iremos fazer essa comparação.----------
Quanto a questões concretas, nomeadamente, em relação ao PARES - Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, há verbas que vão ser reforçadas ao longo do ano. Eu não tinha dito, na reunião que tivemos do direito de oposição, com os Vereadores da CDU, mas digo-o agora, que este Orçamento foi feito com base, até do ponto de vista daquilo que é feito habitualmente, que é aproveitar-se o máximo de receitas para poder meter despesa. No nosso caso em concreto, nós não fizemos com base naquilo que está previsto nos mapas do Orçamento de Estado. Não fizemos os mapas no que diz respeito às transferências do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro. Da estabilização está lá. Está tudo igual. Mas no que diz respeito às transferências, dos fundos sociais e de financiamento, para aquilo que apresentámos no Orçamento, havia aqui uma diferença de cinco a seis milhões de euros. --------
Nós podíamos fazer o Orçamento, houve várias Câmaras que o fizeram, com aquilo que está explicitado nos mapas do Orçamento de Estado. Mas nós, por uma questão de prudência, porque à época deu-se o que se deu, e nós não sabíamos como é que este Orçamento de Estado se iria comportar, decidimos

fazer à mesma medida que o Orçamento de Estado também formulou, que são os três por cento de atualização. Foi com base nesses três por cento, que a diferença com aquilo que está nos mapas do Orçamento de Estado, são cinco a seis milhões de euros, que hão de vir a mais e nós iremos fazer uma Revisão Orçamental em janeiro e iremos reforçar um conjunto de rúbricas, onde essa, certamente, irá ser reforçada.----------

Senhor Vereador Tiago Matias, quanto à questão da Rua Avelar Brotero, isso não tem a ver com uma questão de coragem. A questão, é que a obra da Rua Avelar Brotero ficou suspensa. Foi uma decisão que tomámos, que, aliás, já foi explicada à população da Freguesia de Loures, em conversa que tive com ela, que teve a ver com a obra do metro, porque não queremos que Loures se torne intransitável. É porque vamos ter a obra da Variante. Vamos ter a obra do metro e iríamos ter a obra da Rua Avelar Brotero. Por isso decidimos não fazer esta obra. No entanto, cá estarei no próximo mandato para ver obra da Rua Avelar Brotero pronta. ----------

Agora, há coisas que nós não fazemos. Nós não fazemos coisas como as que os senhores fizeram, que foi fazerem a requalificação da Rua da República, sem estar a variante pronta, pondo em causa, por exemplo, a circulação de ambulâncias, que, mesmo que digam, que não, aliás, senhor Vereador Tiago Matias, o senhor falou em coragem, tenha agora a coragem, de dizer que os veículos de socorro dos bombeiros, circulam perfeitamente bem, na rua principal de Loures. Tenha essa coragem. Já que falou de coragem.----------

Dizer, também, que se houvesse essa visão estratégica que os senhores não tiveram, mas que nós temos, os senhores, primeiro, tinham feito a variante e depois é que faziam as obras na Rua da República. Mas não. Quiseram fazer primeiro a rua principal, e deu naquilo que deu. ----------

Portanto, senhor Vereador Tiago Matias, erros como esse, nós não os queremos cometer. Por isso, teremos a obra da variante, aliás, temos nesta ordem de trabalhos, a resposta a uma solicitação do Tribunal de Contas, e se for aprovada e o tribunal de Contas der como certa, a obra iniciar-se-á no início do próximo ano. Em janeiro ou fevereiro, haverá condições para se avançar com essa obra.----------

Por isso, as obras da variante e a construção do metro, são, de facto, infraestruturas necessárias, mas se lhe juntássemos a Rua Avelar Brotero,

faríamos com que Loures ficasse intransitável e isso, nós, obviamente, não queremos. ----------
Por isso, comparar isto, com a nova rotunda da Quinta do Património em Sacavém, é, de facto, de quem ainda não conseguiu "*engolir*", neste caso, o senhor Vereador Tiago Matias, o facto de, numa Assembleia Municipal, dizer que, tecnicamente, essa obra era impossível. Mas, afinal, tecnicamente, é possível. ----------
Eu sei que é difícil dizer que não, como disse no passado, a uma obra, só porque era apresentada pelo Partido Socialista, através da Junta da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho. E o senhor Vereador disse que não, só por causa disso. Então agora custa-lhe. Portanto, não faça esse tipo de comparações, porque uma coisa não tem nada a ver com a outra e isso fica-lhe mal.----------
Eu sei que os senhores Vereadores da CDU ficam preocupados quando eu estou a cumprir o meu programa eleitoral. E se for ver no meu programa eleitoral, verá que está lá a rotunda da Quinta do Património.----------
Portanto, eu sei que o senhor Vereador Tiago Matias está preocupado com o cumprimento do nosso programa eleitoral, mas a vida é assim. ----------
Quanto às outras questões que foram aqui colocadas, nomeadamente, a questão colocada pelo senhor Vereador Paulo Piteira, quanto aos SIMAR, isso já foi debatido. O senhor Vereador não esteve presente, mas também, certamente, terá uma justificação para não ter estado presente nessa reunião, para debater um assunto tão importante como este. Portanto, não vou repetir aquilo que já disse aquando da discussão dos SIMAR. Quem esteve ouviu, quem não esteve, pode consultar as atas e ver a discussão que houve sobre os SIMAR. Mas, com certeza, o senhor Vereador Paulo Piteira, terá uma justificação, para não ter estado presente num momento tão importante na vida dos SIMAR. Assim como os Vereadores do Partido Social Democrata também têm uma justificação para não estarem hoje presentes. Um, por motivos de trabalho, encontrando-se fora, a representar a Câmara, e muito bem. O outro, por motivos de férias já agendadas. Por isso, a sua ausência está, devidamente, justificada e estão bem representados e muito agradeço o contributo que, quer o senhor Vereador Nelson Batista, quer o senhor Vereador Vasco Touguinha, têm dado. Portanto, não vale a pena criar aqui "*entraves*", entre o PS e o PSD. ----------

Quanto à questão do turismo, o senhor Vereador Paulo Piteira falou que nós não apoiamos o turismo. Mas eu relembro-o, que no Orçamento Municipal apresentado pela gestão CDU, para dois mil e vinte e um, a rúbrica para o turismo, era de cento e oitenta e seis mil euros. A "*tal*" visão estratégica para a o turismo, a rúbrica que estava no Orçamento elaborado pela CDU, portanto, responsabilidade CDU, para dois mil e vinte e um, era de cento e oitenta e seis mil euros. Para dois mil e vinte e quatro, estão trezentos mil euros. É quase o dobro. É essa ausência de visão estratégica, que o PS e o PSD não têm. ------
Quanto aos SIMAR, dizer que temos inscritos duzentos e cinquenta mil euros para a tarifa social, como o senhor Vereador Paulo Piteira bem sabe. Quem paga a tarifa social é a Câmara. Agora. Agora. Agora paga a Câmara, porque na altura não era a Câmara que pagava. Era a "*tal*" proteção que se dava aos SIMAR, pela gestão CDU. Foi connosco que a Câmara passou a pagar a tarifa social. E depois temos quinhentos mil euros, que é para a previsão, de acordo com a nossa percentagem, no capital social dos SIMAR, para cobrir os prejuízos previsíveis no resultado financeiro dos SIMAR, do corrente ano.------
Depois, quanto ao facto de a visitas às Freguesias não estar lá inscrito nenhum programa, dizer ao senhor Vereador que não é necessário, porque todos os dias nos deslocamos às freguesias e falamos com as pessoas, por isso não há essa necessidade de se estar a inscrever, o que quer que seja, no Orçamento Municipal. E, para nós, este contacto com as pessoas tem sido muito agradável.
Relativamente ao Centro Cultural de Loures, senhores Vereadores, os senhores estiveram oito anos para o construir e não o fizeram. Mas agora vêm exigir a quem está cá há dois anos, para fazer o Centro Cultural. Portanto, esta questão está respondida. ----------
Quanto às alterações climáticas. Muito está naquilo que é o PRR, e o senhor Vereador Nuno Dias, irá falar sobre essa matéria, mas vou dar aqui duas notas, que são muito importantes e que também contribuem para a alteração climática, que é o combate que temos vindo a fazer, em relação às perdas de água. Aquilo que nós já fizemos de recuperação de perdas de água, é um combate muito grande, àquilo que são as alterações climáticas. Portanto, comparado com o que os senhores fizeram, aquilo que já recuperámos de perdas de água, é um grande combate às alterações climáticas. ----------
Depois, projetos pioneiros, relativamente àquilo que vai ser todo o abastecimento do futuro Estádio Municipal do Infantado, assim como também

do Parque Verde do Infantado, através de um "*Pipeline*" que irá sair da fábrica de água de Frielas, para vir abastecer todo o espaço do Infantado e que vai estar em sintonia com a construção do novo estádio municipal, quer para abastecimento do estádio, quer para abastecer toda aquela zona verde do Infantado, através de água reutilizada, uma vez que hoje em dia, é um crime ambiental, regarem-se os espaços verdes com água potável. ----------
Portanto, estamos com projetos pioneiros naquilo que é o abastecimento de água ao Infantado, através de água reutilizada, o que, do ponto de vista ambiental, é melhor, e do ponto de vista financeiro, também. Portanto, dessa forma, estamos a contribuir para as alterações climáticas. ----------
Mas quero dizer, ainda, que esse projeto também contempla, por exemplo, aquilo que é a continuação do "*Pipeline*" que já existe da fábrica de água de Beirolas, e que irá abastecer de água, o nosso parque verde do Parque Tejo Trancão. Portanto, também aí, vamos contribuir, do ponto de vista ambiental, em vez de regar aquele espaço com água potável. ----------
Por isso, muito já tem sido feito, naquilo que é o combate às alterações climáticas. ----------
Quanto à questão colocada pelo senhor Vereador Tiago Matias sobre a saída da A1, dizer que prevemos que no final deste ano ou no início do próximo, consigamos fazer uma discussão aqui em sede de Câmara, para depois se fazer uma apresentação pública do projeto, antes de se iniciar o concurso público, como, aliás, se tem feito habitualmente em todas as empreitadas que temos vindo a lançar.----------
Depois, também foi questionado, o que é que vamos fazer em termos de requalificação do espaço público. Mas isso estava no nosso programa eleitoral. No entanto, posso dizer que vamos fazer o novo jardim de Moscavide. Um importante investimento para toda aquela Freguesia. Sei que não é da vossa opinião, mas é na opinião da maioria da população da Freguesia de Moscavide. Iremos construir, também, nos primeiros meses do próximo ano, o Parque Urbano da Portela Norte. Um espaço verde com equipamentos e com um auditório, que irá servir toda aquela população. Este Parque Urbano na Portela Norte, é um importante investimento de requalificação do espaço público, que vai criar condições de lazer às pessoas.----------
Também no início do próximo ano, iremos iniciar a requalificação de um espaço público tão importante, como é a construção do novo jardim da Praça da

República em Sacavém, não só do ponto de vista da requalificação do espaço público, como também na fluidez de trânsito que vai obviamente ali provocar. Aliás, eu sei por experiência própria, os constrangimentos que existem ali em hora de ponta.----------

Também a requalificação da Avenida Luís de Camões, em Santo António dos Cavaleiros, dotando-a de mais estacionamento e arvoredo.----------

Falemos também, por exemplo, daquele que irá ser o futuro Parque Papa Francisco. O senhor Vereador Tiago Matias pode dizer que não é um investimento da Câmara. Mas é investimento daqueles que o senhor dizia que nós não tínhamos força para negociar. Os senhores diziam que nós não tínhamos a força nem o peso para negociar com o Governo, investimentos aqui para o concelho. Pois bem, mas este Parque Verde, futuro Parque Papa Francisco que vai ser construído, no valor de quatro milhões de euros, vai ser financiado na totalidade pelo atual Governo, fruto da negociação deste Executivo Municipal. Aliás, como o metro. ----------

Este investimento do Parque Papa Francisco, provavelmente, será a maior intervenção de sempre no Concelho e Loures, com uma área de trinta hectares de reabilitação para espaço verde. Para fruição das pessoas. E isto foi uma conquista do atual Executivo Municipal. Aliás, vamos também concretizar um investimento que vai ser uma ponte sobre o IC2, para fazer aquilo que não estava previsto no vosso projeto inicial do percurso ribeirinho. Porque no vosso projeto, para ter acesso ao percurso ribeirinho, ou ia a Santa Iria ou ia a Sacavém. Para não falar da falta de saídas de emergência, porque se alguém precisasse de socorro, não o podia ter. ----------

Por isso, estamos a fazer uma ponte pedonal sobre o IC2, em parceria com o Governo, para dar mais uma hipótese às pessoas de poderem aceder a esse percurso ribeirinho.----------

Depois, relativamente ao metro, o senhor Vereador dizia que nós não o conseguíamos trazer. De facto, havia uma indefinição quanto à linha do metro, na altura do ex-Presidente de Câmara Bernardino Soares, porque nada estava escrito. No entanto, foi devido à pressão do atual Executivo Municipal, que se conseguiu resolver a questão da linha do metro para o Concelho de Loures, porque estavam a exigir ao Município de Loures, cinquenta milhões de euros, por via da indefinição causada em que o atual Primeiro Ministro em gestão, com o ex-Presidente da Câmara, com a pressa de apresentarem o projeto da linha

violeta, dois meses antes das eleições autárquicas, vieram aqui apresentar esse projeto. E, aí, nada dizia sobre o financiamento, o que gerou esta indefinição. No entanto, nós tivemos a força e o peso, junto do Governo, para conseguir não imputar esse custo aos munícipes do Concelho de Loures. Portanto, foi o Governo, por pressão do atual Executivo Municipal, que colocou toda essa verba no Orçamento de Estado, não imputando esses custos aos munícipes do nosso Concelho. ----------

Depois, a senhora Vereadora Fernanda Santos, fala sobre as melhorias nas redes de museus. Senhora Vereadora, nem sempre as intervenções de melhoria na rede de museus e bibliotecas do concelho, têm que estar explicadas em rúbrica, individualmente. Existe uma rúbrica de mais de meio milhão de euros, aliás, existem duas, para requalificação e intervenção em edifícios municipais. E essas melhorias inserem-se aí, nessa rúbrica generalista. ----------

Mais, no Programa "*Repor Loures*", conseguimos fazer um investimento de um milhão de euros, no Museu de Cerâmica de Sacavém. Um museu que, aliás, já no vosso tempo carecia de intervenção. E o que os senhores fizeram foi "*bola*". Não fizeram nada. Nada. Por isso, somos nós que vamos fazer essa obra no Museu da Cerâmica em Sacavém. Uma obra de grande importância, no valor de um milhão de euros. E a senhora Vereadora Fernanda Santos, com certeza, estará de acordo, com essa importante intervenção que vamos ali fazer. -------

---

A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, relativamente às questões da habitação, nomeadamente, em relação à OPA, dizer ao senhor Vereador Gonçalo Caroço, que aquilo que nós fizemos, e o senhor Vereador, por certo, compreenderá, foi alargar ao máximo, todas as possibilidades que estão previstas e que não estavam inseridas na Estratégia Municipal de Habitação, que os senhores aprovaram. Portanto, aquilo quem fizemos, foi desenvolver esta oferta pública, para poder obter fogos que estejam construídos ou a construir e que estejam em condições de serem entregues às famílias, até ao final do primeiro semestre de dois mil e vinte e seis. ----------

Quanto aos terrenos da OPA, senhor Vereador Gonçalo Caroço, eu diria que foi aquela probabilidade da OPA que o senhor deixou traçada. Mas não, o senhor não deixou isso previsto na Estratégia Municipal de Habitação. Assim como aquele receio que o senhor Vereador está aqui a referir, que nós

desistimos de algumas opções. Senhor Vereador, o senhor poderá dizer isso, a quem não for detentor de informação, relativamente à Estratégia Municipal de Habitação. Porque aquilo que o senhor deixou na Estratégia Municipal de Habitação, no que à construção diz respeito, foi zero. Não deixaram um único projeto elaborado. ----------

Neste momento, aquilo que eu posso dizer aos senhores Vereadores, e com certeza que ficarão satisfeitos, porque se há matéria que eu creio que todos ficamos satisfeitos com a sua concretização, é a da habitação. E, neste momento, estão, ou submetidas, ou em via de serem submetidos, portanto, já praticamente na reta final, para serem apresentadas, no máximo, até ao dia trinta e um de março de dois mil e vinte e quatro, qualquer coisa como quatrocentos e trinta fogos, para construir.----------

Estamos a falar de um investimento na ordem dos sessenta milhões de euros em habitação nova, que pretendemos disponibilizar às pessoas que cumpram os requisitos que estão previstos no Regulamento, que também nós, Partido Socialista, aprovámos nesta Câmara. Fomos nós que aprovámos este Regulamento e que os senhores estavam obrigados a fazê-lo, desde dois mil e catorze. E o que é que os senhores fizeram? Nada. ----------

Portanto, relativamente à matéria da habitação, temos muito para falar, assim, os senhores coloquem mais questões. Tenho todo o gosto em responder quanto àquelas que têm sido as nossas opções.----------

Dizer, ainda, ao senhor Vereador, por exemplo, que a nossa opção, não passa por construir mais habitação na Quinta da Fonte, que é um bairro, como sabemos, que tem mais de quinhentos e cinquenta fogos e, por isso, não iríamos acrescentar mais, como, aliás, os senhores queriam fazer e colocaram na grelha que fizeram aprovar para o IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. ----------

Que colocaram na grelha, porque, depois, comprar terrenos, não compraram nenhuns. Terreno municipal na Quinta da Fonte, também não existe nenhum. Portanto, tudo a ir ao encontro da concretização e da "*tal*" visão estratégica que os senhores teriam, presumo, que na gaveta. ----------

Quanto às questões do apoio às candidaturas PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, creio que o senhor Presidente já respondeu, mas dizer que, neste momento, estão previstos no Orçamento para dois mil e vinte

e quatro, cerca de dois milhões de euros, para apoiar as instituições que estejam em condições de ter autos de concretização das obras no ano de dois mil e vinte e quatro, portanto, à medida que esses autos vão sendo apresentados à Câmara, cá teremos as condições para poder efetuar o pagamento. ----------

Quanto à questão que a senhora Vereadora Fernanda Santos colocou, em relação a obras nos pavilhões desportivos, o senhor Presidente respondeu naquilo que diz respeito ao que está previsto no Departamento de Obras Municipais, para as intervenções nos equipamentos, de um modo geral, mas eu gostava de sublinhar uma preocupação que este Executivo tem, e que ao contrário daquilo que foi o percurso que os senhores fizeram ao longo dos últimos oito anos, a nossa preocupação, relativamente aos equipamentos, quer desportivos, quer culturais, mas, sobretudo, desportivos, tem a ver com uma tónica muito importante, que é a tónica da segurança. E relativamente à tónica da segurança, dizer que, neste momento, está em curso, e em grande perspetiva de evolução, a elaboração das medidas de autoproteção para todos os pavilhões desportivos, e o Pavilhão Paz e Amizade, é um dos que já tem, bem como um programa de desfibrilhação que também os nossos equipamentos já têm, fruto de uma preocupação que este Executivo Municipal tem e que não é de somenos importância e cuja legislação obriga que também não é de há um ou dois anos a esta parte. É de há mais, e que, mais uma vez, os senhores não tiveram a oportunidade de ouvir. ----------

Por último, queria deixar um comentário à intervenção do senhor Vereador Paulo Piteira. Com todo o respeito que tenho pelo senhor Vereador, e como diz o senhor Presidente, todos nós gostávamos de ter um centro cultural no Concelho de Loures. Ninguém diz que não é importante ter um espaço dedicado à cultura. Mas senhor Vereador, quando temos que optar por ter, no nosso horizonte de concretização, ainda tantos e tantos investimentos, como na área da educação, na área da saúde e na área da habitação, é natural que tenhamos que colocar à frente de cada uma destas prioridades, primeiro, segundo, terceiro, quarto, e hierarquizá-las, de acordo com o grau de importância que têm, para o dia a dia das nossas populações. ----------

Portanto, como disse o senhor Presidente, cá estaremos, para levar a cabo a prossecução deste grande objetivo, que é um centro cultural. Mas, paralelamente, não deixámos de apoiar e valorizar os agentes culturais do

Concelho, e de continuar a ter e a aumentar a programação cultural do nosso concelho e a diversificá-la, e a colocar, efetivamente, as nossas efemérides, com uma projeção maior, ao longo dos últimos anos e isto é uma concretização que temos que deixar. ----------

Quanto à modernização dos serviços públicos, senhor Vereador, eu vou dar-lhe um exemplo daquela que é a nossa preocupação. Para nós, a modernização dos serviços públicos, faz com que, por exemplo, um munícipe que resida numa habitação camarária, possa tratar de um qualquer assunto com a autarquia local, em qualquer balcão, e não nos gabinetes de bairro, como era até este Executivo Municipal entrar em funções. Isto é modernização administrativa. ----------

Modernização administrativa, é aquela que também queremos colocar no próximo ano, em que todas as candidaturas que são feitas aos programas de apoio municipal, sejam feitas através do balcão único. Isso é modernização administrativa. Se não vem espelhado numa determinada rúbrica no Orçamento Municipal. Pode não vir. Mas que há energia suficiente e visão estratégica nesta área, há.----------

---

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Começando pela questão colocada pelo senhor Vereador Tiago Matias, no que diz respeito às obras de urbanização do Infantado, naturalmente, que está previsto, como vinha desde início. Não houve qualquer tipo de alteração relativamente a isso e não me parece que tenha que estar espelhado no Orçamento Municipal. Mas quero descansá-lo que, de facto, está incluído.----------

No que diz respeito ao lote na Portela Norte, senhor Vereador, o lote urbanizado que temos na Portela Norte, continua como lote urbanizado. Não vamos utilizar a Unidade de Execução desenhada, à data, porque não havia legitimidade da proposta aprovada, como o senhor vereador sabe, mas temos outros mecanismos.----------

Já foi resolvido esse problema a montante, e vamos avançar com uma alteração ao Alvará de Loteamento, naquela área para fazer uma redistribuição mais efetiva, mas, naturalmente, a edificabilidade não vai ser perdida, porque não me parece que faça sentido perder a edificabilidade daquele lote.----------

Depois, dizer que depois de ouvir as intervenções dos senhores Vereadores, fico … é que muitas das intervenções que foram aqui tidas por parte da CDU,

eu diria que, a nível médico, têm aqui uma designação e uma conotação de quase bipolaridade esquizofrénica. E vão me desculpar, porque isto que eu disse é sem sentido pejorativo algum. É só em sentido figurativo. É porque, em dois anos, estão-nos a exigir que façamos o mesmo que foi ter seis anos para planear e fazer só nos últimos dois anos. Nós, o PS e o PSD, na gestão municipal, conseguimos reunir, planear, fazer um plano de atuação para o desinvestimento que foi feito, ou a falta de investimento que houve em determinadas matérias e estamos aqui a apresentar um Orçamento que, de facto, é um Orçamento pesado, com conquistas para todos, e essas mesmas conquistas traduzem-se nas obras que temos para fazer. ----------

E quando falo da bipolaridade, eu explico porquê. Porque, quando as obras são aquelas que a CDU achava que ia fazer, estamos a fazer tarde. Já deviam de ter sido feitas há mais tempo. E bipolar porquê? Porque a CDU esteve cá e não as fez e agora diz que são urgentes. ----------

E depois esquizofrénico porquê? Porque eu acho que ainda não se aperceberam que, de facto, as vossas opções foram avaliadas num ato eleitoral e que vocês perderam. E continuamos aqui a debater, que parece que as opções políticas da CDU são aquelas que ainda deveriam de estar a ser atuadas. Claro que não. perderam as eleições, há que assumi-lo. ----------

Enquanto não o assumirem, tal como nós, que enquanto não assumimos o porquê de termos perdido as eleições, não conseguimos montar um programa suficientemente sólido para as ganharmos. Portanto, o conselho que eu vos dou, é assumirem que perderam as eleições. ----------

No que diz respeito às alterações climáticas, senhor Vereador, dizer que nós já estamos um passo à frente. Porque nós não estamos só num plano de adaptação. Estamos no plano de adaptação e de mitigação. Aliás, das oitenta e cinco medidas, trinta e seis por cento delas, já estão implementadas. E temos uma rúbrica no Orçamento, com mais de meio milhão de euros para esta matéria. ----------

Dizer, igualmente, que estamos a trabalhar na mitigação, nomeadamente, numa série de iniciativas, como, por exemplo, o projeto de reutilização das águas das piscinas. ----------

Estamos a fazer investimentos e a trabalhar, e sabe que é uma área que não se trabalha de uma forma desligada das outras áreas do Município, estamos a trabalhar com todas as áreas do Município, e todas estão imbuídas do mesmo

espírito, para fazermos valer uma das grandes preocupações da nossa era e uma preocupação que tem que ser, efetivamente, atacada, com as nossas possibilidades e com a capacidade que nós temos de fazer com as ações locais, diferenças globais. E é isso que estamos a tentar fazer e é gratificante ver o trabalho que está a ser desenvolvido nesta área, quer com o empenho das equipas, quer com o trabalho que é desenvolvido, quer com o alcance que tem em toda uma comunidade. E o reflexo disto, pode não estar em texto, mas está em trabalho e está refletido no Orçamento Municipal ----------

---

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, de facto, nós estamos aqui a assistir nesta reunião a uma esquizofrenia. É um facto. Porém, não é da nossa parte. Relativamente àquilo que eu disse sobre a educação, nem sequer respondeu se era verdade ou não. Mas quando as coisas não começam a correr muito bem, dizem que a CDU esteve cá oito anos, não fizeram e os senhores que estão cá há dois, também não conseguiram fazer. Parece aqueles meninos que dizem que a culpa não é deles, que é sempre dos outros. É exatamente a mesma coisa.----------

Aquilo que eu acho que o PS tem que meter na cabeça, é que ganhou as eleições. Portanto, tem que fazer aquilo que prometeu às pessoas. Deixe lá a CDU, senhor Presidente. Nós já fizemos a nossa cura. ----------

Agora o que se passa aqui, é que o senhor Presidente e o Partido Socialista, continuam a responsabilizar a CDU, por coisas que não são da sua responsabilidade, e daquilo que não vão fazer. Mas que se comprometeram, junto das pessoas, que iriam fazer. Em todo o lado. E foi assim que ganharam as eleições. Porque prometeram tudo a todos. Portanto, aquilo que o senhor Presidente vai ter que fazer, no final do mandato, não é comparar com aquilo que nós fizemos. Não. Aquilo que o senhor Presidente e o PS vão ter que fazer no final do mandato, é justificar às pessoas, porque é que aquilo que andaram a prometer que iam fazer, não o fizeram.----------

E aquilo que nós dizemos, com este Orçamento que aqui está, é que os senhores vão ter muito trabalho nesse aspeto. Vão mesmo ter muito trabalhinho. Não só por aquilo que não está cá, que não vai estar, mas também por aquilo que dizem que vão fazer, mas que não vão conseguir fazer em dois mil e vinte e quatro. ----------

Portanto, deixe de se justificar com a CDU, porque vai valer-lhe de pouco, quando, daqui a dois anos, tiver que explicar às pessoas, porque é que se comprometeu a fazer coisas que depois não aconteceram.----------
De facto, este Orçamento, sendo o maior Orçamento de sempre, logo à partida, tem um problema enorme, que é a maior dívida de sempre e que vai comprometer o futuro de Município. Porque aquilo que rege as opções do PS e do PSD, não é o futuro do Município. Aquilo que rege as opções do PS e do PSD é o calendário eleitoral. São as eleições de dois mil e vinte e cinco. É isso que vos rege. E isto é muito perigoso. E é muito perigoso, porque vai colocar o Município, depois desse ano de dois mil e vinte e cinco, numa situação muito difícil. Aliás, situação igual àquela que nós encontrámos em dois mil e treze. Aliás, respondendo à senhora Vice-Presidente, dizer que quem nos dera a nós, chegar à Câmara em dois mil e treze com uma estratégia local de habitação aprovada e poder utilizá-la e levá-la para a frente. Quem nos dera a nós. Porque o que encontrámos cá, foi zero. Estratégia Local de Habitação em Loures, não havia. Mas quando os senhores chegaram, havia. Se não está bem, isso já é um problema que o PS e o PSD têm que resolver. Mas o que é facto, é que havia. E se não foi concretizada, foi porque os senhores não a quiseram concretizar. Mais de seiscentos fogos de habitação que estariam disponíveis para a população que já não vão existir. Estão postos de lado.----------
Quanto à OPA? Mas o que é que a OPA vai resolver? Eu fiz uma pergunta concreta. Mas essa pergunta não teve resposta e foi novamente atirada para cima da CDU. Mas eu fiz uma pergunta concreta, que foi porque é que não se faz a OPA sob terrenos. Isso pode dar algum resultado e talvez possibilitasse uma resposta diferente, em termos de habitação pública municipal. ----------
Portanto, foi uma pergunta concreta, mas que, infelizmente, não obteve resposta. ----------
De facto, esta ideia de que é para já e não pensar no futuro do Concelho, faz com que o maior Orçamento de sempre, com a maior dívida de sempre, não resolva os problemas. Pelo contrário. Agrava-os. E agrava-os, como na área da habitação, na área social, na área da educação e na da cultura. Este Orçamento, nestas áreas, é uma oportunidade perdida, E é uma oportunidade perdida, por opção do PS e do PSD. ----------
Aquilo que nós entendemos, é que este Orçamento clarifica já muita coisa. E isso é bom, para que não continuemos aqui a navegar no pântano, de que é

tudo para todos. Porque não é. Não é. Aliás, começam a ficar muito claras, as opções daquilo que é prioritário e daquilo que não é prioritário. E a população avaliará, como é evidente, daqui a dois anos. Mas aquilo que a população vai avaliar, é aquilo com o que o PS andou a prometer e que não fez. Não é a CDU que, daqui a dois anos, vai ser avaliada. ----------
Portanto, aquilo que vos peço, é que deixem essa vossa "*esquizofrenia*" com a CDU e, de uma vez por todas, assumam, que ganharam as eleições e que têm que fazer aquilo que prometeram à população.----------
---
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, algumas questões concretas e, acima de tudo, evidenciar que, de facto, as bancadas são diferentes. Sobre isso, não há dúvidas sobre isso. E as intervenções que aqui tivemos, demostram isso, nomeadamente, o senhor Presidente, que quando não gosta das perguntas que lhe fazem, baixa o nível, com ofensas e ao nível da linguagem. Isso salta logo para cima da mesa. No entanto, garanto-lhe uma coisa. Desta bancada, hoje, não terá exaltações. ----------
Agora, uma coisa lhe digo. Custa muito, custa mesmo muito, pessoalmente, a quantidade de desonestidade intelectual e política e a mentira que o senhor aqui apresenta. Isso custa-me. Não tenha dúvidas. Mas temos que respeitar o resultado das eleições, naturalmente. ----------
Mas quero referir aqui alguns pontos concretos. Senhor Presidente, acha sério dizer para compararmos os primeiros quatro anos da CDU, com os quatro anos do PS? Acha que é sério comparar coisas que são completamente incomparáveis? Acha que é honesto comparar uma Câmara que o senhor tinha tido com doze anos de trabalho, e que nos deixou, do ponto de vista financeiro, completamente comprometidos. Aliás, bastava ir às oficinas municipais, onde os trabalhadores nem sequer tinham ferramentas, já para não falar do parque de viaturas que estava inoperacional. ----------
Acha sério estar a comparar coisas incomparáveis? É preciso ter uma grande desonestidade política para falar assim. ----------
De forma sincera e honesta, diga se se pode comparar as condições de trabalho que os senhores têm neste mandato, com aquela que nós tivemos. Desonestidade política, é o que eu lhe chamo. ----------
Outra questão, tem a ver com o seguinte: o senhor Vereador Nuno Dias, diz com grande "*música*", chamemos-lhe assim, que não vão fazer a requalificação

da Estrada Nacional oito, porque vem o metro e vem a variante a Loures. Então mas isso já estava no vosso programa! Ou não sabiam quer isso estava previsto? Mais, a variante a Loures e a requalificação da Avelar Brotero já tinham os projetos prontos. Então agora é que se lembraram que as duas obras se colidem? Ao final de dois anos, é que se lembraram que colidem? Que grande "*esquizofrenia*" e que grande bipolaridade. ----------
Então se é assim, porque é que "*meterem*" estas duas obras no vosso programa eleitoral? Se calhar, tem que ir ver o que é que prometeram às pessoas, porque estas duas propostas estavam no vosso programa eleitoral. E eram em simultâneo. Ou o programa era para vinte anos? ----------
Até poderia dizer que os programas não estavam prontos. Mas nem isso podia dizer, porque os projetos, efetivamente, quando os senhores entraram, estavam prontos. Mais, já passaram dois anos e os senhores ainda não os concretizaram. Mas agora, arranjaram uma desculpa e uma falta de coragem política, ao virem dizer que como vão ter as outras obras, é para não criar problemas. Mas o que os senhores não tiveram, foi a capacidade para resolver em tempo, porque os projetos os senhores tinham-nos. E a disponibilidade política também. ----------
Depois, senhor Presidente, quanto à rotunda da Estado da Índia em Sacavém, há aqui alguma coisa que não está bem. Que aquilo já não é uma rotunda, não é. O que está ali é uma aberração geométrica. Permita-me que lhe diga isto com toda a frontalidade. Geométrica e urbanística, porque rebenta passeios, rebenta espaços verdes, para já não falar do principal, que é a sua utilidade para as gentes de Sacavém, que isso, eu discordo. Mas nós não tínhamos isso no nosso programa eleitoral, a execução dessa rotunda, uma vez que não a consideramos prioritária. ----------
Mas o que eu lhe perguntei, foi porque é que priorizou essa proposta. Foi esta a pergunta que eu lhe fiz. Porque para o senhor pode ser muito importante, mas para nós não era, por isso é que não a tínhamos no nosso programa. ----------
Relativamente ao Parque Trancão, mais uma demagogia. Então o projeto do Parque Trancão, nomeadamente, o que está a ser feito por iniciativa governamental, já não estava previsto na Resolução de Conselho de Ministros? Vá lá ver bem. E ainda bem que estava, porque foi previsto à data. Vá lá ver se as verbas já não estavam previstas. Agora vir dizer que foi decidido no seu mandato. Não foi, senhor Presidente. Fale a verdade às pessoas. O que o

senhor tem que dizer, é que durante doze anos não fez uma única coisa para se aproximar do Tejo. Isso é que tem que dizer. O que cá deixou, foram oitocentos fogos em frente a Santa Iria da Azóia para construir na zona de pântanos. É sobre isso é que o senhor é responsável. Mas disso o senhor já se esqueceu. ----------

Quanto à linha violeta do metro, bem me recordo de ter levantado essa questão aqui, relativamente à diferenciação sobre os custos que em outros municípios se estava a ter com o metro e em Loures estava a ser descriminado. Ainda bem que os senhores tiveram a capacidade de defender a inversão dessa linha que estava a ser seguida. Ainda bem. E isso dou como positivo, porque todos conseguimos trabalhar nesse sentido e houve uma mudança de política, que fez com que se tivesse conseguido o financiamento para essa obra. ----------

Agora, vir dizer que o anterior executivo não previu essa verba? Não previu essa, nem previu outra. Porque não era isso que estava em cima da mesa. Portanto, vir com esse argumento político, desonesto, mais uma vez, porque senhor Presidente, o senhor sabe tão bem como eu, que, à data, as verbas necessárias para a obra eram aquelas. Portanto, não se podia prever nem mais, nem menos. Portanto, deixar mais uma injúria, mais uma desonestidade em cima da mesa, é muito baixo. ----------

Por fim e para terminar, em relação à senhora Vice-Presidente, dizer o seguinte: Senhora Vice-Presidente, aqui, não há damas nem meias damas, porque sempre trabalhamos em equipa. Aliás, ainda hoje, nesta Câmara, vamos aprovar um loteamento para habitação, que foi iniciado pelo executivo da CDU. Portanto, quando a senhora diz que não houve projetos, peço-lhe que seja mais séria e rompa com os níveis que o PS nos apresenta. Porque a senhora sabe tão bem quanto eu, que aquele projeto em concreto, já tinha sido iniciado. Até poderá dizer que não era um projeto de execução, mas sim um estudo prévio. Sim, de facto era um estudo prévio. Mas tanto esse, como dos Galeões, como o do Eixo Norte-Sul, que hoje trazemos, já tinha sido iniciado por nós. E ainda bem que a senhora o tinha. Agora, vir dizer, com a tamanha desfaçatez, que nada havia, é mau. Por isso era bom que pudesse subir um bocadinho o nível e se falasse verdade. É isso que eu lhe peço.----------

---

A VEREADORA, SRª FERNANDA SANTOS: Senhor Vereador Nuno Dias, não me ofende a terminologia que o utilizou de doenças mentais. Mas como,

infelizmente, conheço pessoas que têm essa doença, pedia-lhe que se abstivesse de a usar, por respeito a essas mesmas pessoas. ----------
Mas posso dizer-lhe que, de certeza absoluta, há uma coisa de que esta bancada não sofre. Não sofre dessa doença, nem sofre de dupla personalidade. Porque aquilo que nós defendemos na oposição, é aquilo que nós defendemos enquanto estamos no poder e temos nas nossas mãos a governação do território.----------
Portanto, não nos verá a defender coisas diferentes. Mudanças de opinião são saudáveis em qualquer altura. Porque as circunstâncias, por vezes, nos levam a que algo que defendemos, possa não ser exequível, possam ser alteradas as condições que levariam à sua execução, e podemos alterar. Mudanças de opiniã, são perfeitamente válidas. Agora, isto não nos verá aqui. E o vosso papel enquanto poder, tal como foi o nosso enquanto poder, é responder às perguntas da oposição. Gostemos mais ou gostemos menos, isso faz parte do "*jogo*" político. Chateia-vos que nós coloquemos questões? Paciência! A nós também nos podia chatear, mas estávamos cá para responder. E não havia questões que ficassem por ser respondidas. Mais ou menos acaloradas, isso faz parte do debate político. ----------
Senhor Presidente da Câmara e senhora Vice-Presidente, não está cá o senhor Vereador Vasco Touguinha para responder à questão, mas as questões que eu aqui coloquei, foram concretas. Eu sou de letras, sou bibliotecária, nem sequer sou de matemática, muito menos de economia. Mas ainda consigo interpretar, minimamente, um Orçamento Municipal, e sei perfeitamente que existem rúbricas gerais que contemplam intervenções gerais, como por exemplo, nos equipamentos municipais.----------
E a pergunta muito concreta que eu aqui coloquei, em relação aos equipamentos culturais, foi que, não estando previstas verbas específicas no Orçamento, com exceção, volto a repetir, do parque de estacionamento da Quinta do Conventinho, que não é, na nossa opinião, a obra mais prioritária para este equipamento, sublinho, e para quem o conhece, nomeadamente, quem lá trabalha, a pergunta concreta que coloquei, assim como coloquei em relação aos pavilhões desportivos, é o que é que está, exatamente, previsto e para quando.----------
Porque do Museu da Cerâmica, sabemos. Está uma verba de um milhão de euros, no Programa "*Repor Loures*". Aí sabemos. Também sabemos que esta

verba poderá não chegar para as obras do Museu da Cerâmica. Depois, quanto é que está previsto para o Museu do Vinho e da Vinha? Quanto é que está previsto para o Museu Municipal de Loures? Quanto é que está previsto para a Galeria Municipal de Pirescoxe? O que é que aconteceu ao projeto de requalificação do espaço da Biblioteca Municipal José Saramago? E senhora Vice-Presidente, ficamos muito contentes por saber que as medidas de autoproteção e os programas de desfibrilhação, estão a ser implementados. São fundamentais e importantes. Mas para quando uma intervenção de requalificação destes dois pavilhões, dado que já o ano passado estas obras estavam previstas no Orçamento para dois mil e vinte e três e foram empurradas para dois mil e vinte e quatro. Provavelmente, no final de dois mil e vinte e quatro, vamos discutir o Orçamento para dois mil e vinte e cinco e foram, outra vez, empurradas para dois mil e vinte e cinco, ou quem sabe para dois mil e vinte seis ou mais. ----------

Portanto, faço duas perguntas concretas. O que é que está previsto especificamente, em termos de intervenção, nos equipamentos culturais, e nestes dois equipamentos desportivos que aqui referi? ----------

---

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, começava por responder ao senhor Vereador João Costa, que há pouco fez uma intervenção dando conta que no PSD trabalhavam em equipa e que estavam aqui para dar resposta àquilo que fosse necessário, em relação às questões que tivéssemos para colocar. E eu, de facto, tenho questões para colocar. E as questões que tenho para colocar têm a ver com o seguinte: gostava que o senhor Vereador João Costa, que diz estar habilitado para dar essas respostas, ou o senhor Presidente, por substituição do senhor Vereador João Costa, me pudessem esclarecer aqui sobre alguns aspetos. ----------

E o primeiro, tem a ver com o facto de haver um conjunto de intervenções previstas em espaços verdes e na criação de parques na área do Concelho, quando a CDU deixou de estar na governação dos destinos do Município, relativamente aos quais gostávamos de saber, porque é que não foram acolhidos em sede de Plano de Atividades e Orçamento. Este que aqui estamos a discutir, para o ano de dois mil e vinte quatro. Estou-me a referir a projetos como a segunda fase da Quinta da Areeira. Não sei porque é que não aparece

mencionada aqui. Não sei se entra nessas rúbricas genéricas a que há pouco o senhor Presidente da Câmara fez alusão. ----------
Gostávamos de saber, também, se vai acontecer alguma coisa em torno do parque urbano do Prior Velho, que era uma intervenção em que se vinha trabalhando no programa de intervenção e num procedimento para lançar, em termos de futuro, de modo a reabilitar aquele espaço verde, ajardinada, que fica nos limites de uma linha de água importante, e que interessava tratar nas suas margens.----------
Gostávamos de saber, também, em relação ao Parque das Oliveiras em Camarate, um parque urbano que tinha o projeto de execução concluído e que a sua revisão, ia ser lançada em dois mil e vinte e um, quais as razões que conduzem a que ele não seja contemplado neste Orçamento. ----------
Gostávamos ainda de saber, em relação ao Parque Municipal do Cabeço de Montachique, que tem contemplada uma verba, para intervenção em dois mil e vinte e quatro, de setecentos mil euros, porque é que só se avança com esta verba, uma vez que o projeto estava feito e tinha um volume, em termos de investimento, bastante mais elevado. Portanto, alguma coisa se passará, para que só uma pequena parte do que estava ensejado inicialmente, é que vai ser concretizada, com esta intervenção de apenas setecentos mil euros. ----------
Este parque tem a importância que tem, e, por isso, era importante para nós, sabermos o que é que se está a passar. ----------
Mais podíamos perguntar, nomeadamente, qual o ponto de situação em relação à terceira fase do Parque Urbano de Santo António dos Cavaleiros. O que se passa em relação à ampliação do Parque Adão Barata, porque está uma intervenção prevista para este parque, mas não passa pela sua ampliação. E podíamos, ainda, perguntar, o que é que está, afinal, previsto para o PUSIA – Parque Urbano de Santa Iria da Azóia e qual é o projeto de revitalização que ali vai ter lugar, uma vez que estava em preparação nos serviços, também, uma intervenção, que haveria de trazer alguma revitalização àquele espaço.---------
Portanto, são algumas perguntas concretas que eu gostava de obter resposta. Mas tenho mais questões. E uma delas tem a ver com o seguinte: O Município tem um documento com uma estratégia para a reabilitação das linhas de água, na área de intervenção do Município. Esse Plano Estratégico de Reabilitação das Linhas de Água, o PERLA, contribui, a vários níveis, para objetivos municipais. Em primeiro lugar, ele é importante, do ponto de vista da

renaturalização das margens das linhas de água. É importante do ponto de vista do controle das cheias e, naturalmente, tem um plano de investimentos associado. A primeira fase, passou, exatamente, pela intervenção no rio de Loures e Ribeira da Póvoa. Está prevista uma segunda fase que completa esse investimento, mas havia mais investimentos, nomeadamente, nas linhas de água de cabeceira, como é o caso da Ribeira de Fanhões, ou do próprio Rio Trancão, que teriam outros desenvolvimentos e outros investimentos. ----------
Relativamente a essa matéria, nada consta no Plano de Atividades e Orçamento que hoje estamos aqui a discutir. E gostávamos de saber, se, para além daquilo que está previsto para a segunda fase da intervenção do Rio de Loures e da Rio da Costa, se há para o ano dois mil e vinte e quatro e seguintes, outras intervenções previstas, onde é que elas vão ter lugar e como é que vão ser financiadas. ----------
Outra questão que queria colocar, tem a ver com o Paul das Caniceiras. O Paul das Caniceiras, é um valor, do ponto de vista natural, que existe na área do Concelho, de qualidade ímpar. Muitas vezes temos trazido este assunto aqui à colação, na discussão das questões que têm a ver com o Município e não conseguimos vislumbrar neste documento, qualquer intervenção relativamente ao mesmo. Não se vai fazer nada? Vamos deixar como está? Não se vai reabilitar? Não se vai criar condições para que haja a recarga de água, indispensável à sobrevivência, nomeadamente, da boga de boca arqueada, que é um endemismo que só existe no Paul das Caniceiras? O que é que se passa relativamente a esta matéria? Não conseguimos entender. ----------
Outra questão, ainda no domínio do ambiente, tem a ver com o ecocentro. Eu conheci um projeto de ecocentro, no qual vínhamos trabalhando com os serviços. Mas este ecocentro que está aqui mencionado, eu presumo que não seja a mesma coisa. Ele tem previsto, no Plano de Atividades, um investimento de cinco mil, trezentos e treze euros, e este valor, seguramente, não dá para fazer nenhum ecocentro. Porque um ecocentro, é uma coisa complexa, e eu diria que se somássemos umas centenas de milhares de euros àquilo que aqui está previsto, provavelmente, não chegaria. ----------
Portanto, a questão que se coloca, é o que é este ecocentro. O ecocentro é importante por uma razão bastante compreensível. É que o ecocentro permite fazer a triagem de um conjunto de materiais para reciclagem, que são levados pelos próprios municípios a este espaço, não sobrecarregando a rede de

contentorização existente, ou contribuindo para uma dispersão no território, de materiais que podem, perfeitamente, ser reciclados. E a questão que aqui se coloca, é o que é que se passa relativamente a esta matéria.----------
Não se vai fazer nada? É com cinco mil euros que se vai fazer um ecocentro? É que todos os que eu conheço, custam centenas de milhares de euros, quando não, meio milhão de euros. Portanto, gostávamos de perceber, exatamente, o que é que vai acontecer. ----------
Uma outra questão, é que não conseguimos vislumbrar, se, em relação à AMEAL – Agência Municipal de Energia e Ambiente de Loures, ela está dada como extinta, ou qual é o seu verdadeiro estado, porque fala-se aqui em projetos da AMEAL, não se sabendo nada sobre esta agência, que presumimos que continua a existir. E gostávamos de saber se assim é. ----------
Senhor Presidente, era este o lote de questões, relativamente às que têm que ver com a área do ambiente.----------
Agora em relação a outras questões concretas colocadas aqui, senhor Presidente, o senhor não se irrite, quando os Vereadores das CDU colocam aqui questões sobre estratégia municipal. Porque aquilo que gostávamos muito, era de ouvir o senhor Presidente, com um discurso que fosse coerente e que fosse claro e compreensível para nós e para os munícipes, sobre o que é que o Município, governado por si e pela sua equipa e o indefetível apoio do Partido Social Democrata, que não lhe faltará, seguramente, com o seu apoio, já percebemos isso, aliás, o Partido Social Democrata, há pouco, deu-nos aqui explicações sobre as razões que conduzem a que no plano local, se entendam com o Partido Socialista, no plano nacional nem tanto, e agradeço as explicações, mas vão ter que explicar isso é à população, quando aparecerem, daqui a pouco mais de quatro meses, a dizer que são a alternativa ao Partido Socialista, com quem governam o concelho de Loures.----------
Mas isso é um problema que não é nosso e no qual não nos queremos meter. Mas saltando por cima e voltando àquilo que estava a dizer, senhor Presidente, o que gostávamos de ouvir, era o senhor Presidente, que em vez de rapidamente saltar daquilo que lhe está a ser questionado, para uma explicação, ou para um ataque, que é falar daquilo que a CDU devia de ter feito e não fez, de uma série de argumentos que vão sendo sempre na mesma senda, que é que nós é que devíamos de ter feito, o que queremos saber é outra coisa, senhor Presidente, porque o veredito da população sobre a

governação do anterior mandato autárquico, foi em setembro de dois mil e vinte e um, e agora, como o meu camarada Gonçalo Caroço já teve a oportunidade de dizer, quem governa os destinos do Município, é o Partido Socialista. E é ao Partido Socialista que cabe apresentar uma visão coerente e integrada, de como é que vai atacar problemas, de como é que vai desenvolver o concelho, que estratégia é que tem para governar este território e que estratégia é que tem para o afirmar, no quadro da Área Metropolitana de Lisboa e no todo nacional. ----------

E é isso que nós nunca conseguimos perceber das intervenções do senhor Presidente. Porque o senhor Presidente, refugia-se sempre no ataque particular neste ou naquele aspeto, em vez de falar da ideia que tem para a governação do concelho. E isso não deixará de ser levado em linha de conta pela população. Nós já sabemos o que é que se passa, mas a população vai compreendendo aos poucos. ----------

E senhor Presidente, quando nós, há pouco, colocámos questões, por exemplo, como em relação ao turismo, à cultura, como o cerne de um modelo de desenvolvimento para o território, à necessidade de captar investimentos para esta área, desenvolvendo a economia, criando emprego, criando uma estratégia, que vai no sentido do desenvolvimento económico, foi porque estamos verdadeiramente preocupados com o futuro. Não está agora já em causa, os oito anos de governação da CDU, senhor Presidente. O Partido Socialista governa este Concelho há dois anos, tem mais dois anos de mandato, para continuar a governar e nós não conseguimos perceber qual é o rumo que afinal têm, para conseguir atacar problemas que são muito importantes para que este concelho seja diferente e melhor no futuro. ----------

E quando nós colocámos aqui questões, é isso que nos traz preocupados, senhor Presidente, e o contributo que aqui troucemos, foi muito na perspetiva de, em conjunto, refletirmos sobre coisas que não estão aqui contidas e deviam de estar. É isso que é o debate político democrático. ----------

Nós não viemos aqui atacar este ou aquele Vereador, este ou aquele problema em concreto. O que nós queremos, é elevar o debate e que, o mesmo, tivesse outra lógica completamente diferente, em termos de debate político. Mas, pelos vistos não é essa a opção que o Partido Socialista decidiu assumir, nem no documento, nem tão pouco neste debate.----------

Senhor Presidente, já que trouce o debate para aquele patamar, não posso deixar de relembrar duas ou três coisas. Uma primeira, é que falar da falta de investimento no Museu da Cerâmica de Sacavém, nesta Câmara Municipal, é a mesma coisa, como diz o povo, "*de falar de corda em casa de enforcado*". Porque o senhor Presidente sabe tão bem quanto eu sei, e sabemos todos os que estamos nesta Câmara Municipal, que foi, exatamente, o Partido Socialista e o PSD, que inviabilizaram a possibilidade da CDU contrair um empréstimo, para que este investimento e outros, como a variante a Loures, pudessem ver a luz do dia. ----------

No entanto, agora vêm com enorme desfaçatez, dizer que nós é que devíamos de ter feito. Devíamos de ter feito como, se os senhores negaram a possibilidade de se contrair um empréstimo e haver uma alavancagem financeira para fazer estes investimentos? Ou já se esqueceram disso? Mas nós não nos esquecemos. E não nos cansamos de dizer, que há muitos problemas neste concelho que podiam estar resolvidos há imenso tempo e que não estão, porque os senhores decidiram obstaculizar o desenvolvimento do concelho, criando dificuldades onde elas não existiam. E isso nós vamos continuar a lembrar em todas as circunstâncias. ----------

Senhor Presidente, depois, dizer, que o senhor vir falar de coisas como o facto de que o Parque Urbano do Trancão já podia estar feito há imenso tempo. Eu podia ir para a analogia com as questões de ordem clínica, que o senhor Vereador Nuno Dias aqui falou. parece-me, a páginas tantas, que haverá bancadas que estão tomadas de um problema de alzheimer. ----------

É tão simples como isto. Aliás, o senhor Vereador, provavelmente, nessa altura, nem acompanhava essas lides, mas na altura, um candidato a Primeiro Ministro, que é agora Secretário Geral da ONU – Organização das Nações Unidas, chamado António Guterres, veio aqui ao Concelho de Loures, numa campanha eleitoral, criticar o Governo, que na altura era do PSD, dizendo que colocar a central de tratamento de resíduos sólidos urbanos e a estação de triagem de contentores, vulgo a infraestrutura ferroviária que está na plataforma da Bobadela, era a mesma coisa que colocar o caixote do lixo, na sala das visitas. ----------

O Partido Socialista, imediatamente a seguir, ganhou as eleições, o António Guterres foi Primeiro Ministro, e nada fez para resolver esse problema. Ou seja, tirar dali, como exigia, na altura à CDU, que, na altura, estava à frente dos

destinos deste Concelho, a estação de triagem de contentores e a infraestrutura ferroviária, isso não fez. ----------
Depois, mais tarde, vieram governos do PSD, e veio também o engenheiro José Sócrates, que fez parte do Partido Socialista, aliás, foi Primeiro Ministro em nome do partido socialista, que também não resolveu este problema. Este problema só foi resolvido, pela persistência da CDU, que nunca "*deitou a toalha ao chão*", no sentido de reaver aquele espaço para a população do Concelho. E se não fosse o empenhamento da CDU, na oposição, que muitas vezes confrontou o Partido Socialista, que tinha maioria absoluta no Governo e também na Câmara Municipal, esta questão teria caído, completamente, no abandono e no esquecimento de toda a gente. Mas nós nunca "*deitámos a toalha ao chão*" e batalhámos, batalhámos, e foi com uma gestão da CDU, que se conseguiram compromissos sérios do Governo. Honra seja feita ao doutor António Costa, que também teve a coragem de assumir. Mas se não fosse a CDU que governava aqui, de facto, não teria havido a plataforma da Bobadela, para poder ser agora utilizada como parque urbano e termos lá a infraestrutura que, entretanto, foi contruída, também, com os votos contra do Partido Socialista.----------
O passadiço que hoje é a coroa de glória para alguns, que até conseguem trazer cá o Presidente da República para fazer a inauguração e fazem daquilo, obra sua. Aliás, foi a mesma obra contra a qual votaram. Repito, contra a qual votaram. É preciso dizê-lo com toda a clareza. ----------
Portanto, muito claramente, dizer que nós não nos esquecemos, sabemos fazer a história e temos memória daquilo que se passou neste Concelho. E, de facto, quer o Museu da Cerâmica, quer o Parque Urbano Tejo Trancão, não estariam no estado que estão hoje, se não fosse a persistência da CDU.----------
Sobre a questão do Centro Cultural, dizer, muito claramente, o seguinte: senhor Presidente, quando cá chegámos, os senhores nem sequer tinham projeto para reabilitar o cineteatro de Loures, que, por acaso, nem é propriedade municipal. É dos Bombeiros Voluntários de Loures. Portanto, a CDU começou a trabalhar num projeto para a criação de um Centro Cultural, cujo programa, como eu disse, demorou anos a ser desenvolvido. E demorou anos, porque foi estudado a sério. E se os senhores quiserem conhecer e perceber qual é a filosofia que está subjacente ao Centro Cultural e porque é que é preciso um Centro Cultural

em Loures, vão estudar e perceberão porque é que demorou esse tempo a fazer.----------
Mas hoje há um projeto. Aliás, houve um estudo prévio, houve um concurso de ideias, lançado com a Ordem dos Arquitetos e ao qual concorreram dezenas de projetistas de grande qualidade nacional. Os projetos foram selecionados, pagou-se o estudo prévio e estava tudo em condições de poder ser lançado o procedimento para se poder fazer o projeto. Mas hoje não fazem porque não querem. E é isso que é preciso ficar muito claro. ----------
Hoje, o Partido Socialista, tem instrumentos financeiros, capazes de financiar esta intervenção. Hoje, o Partido Socialista, tem instrumentos financeiros capazes de financiar esta intervenção. Hoje, o Partido Socialista, tem, com o apoio do PSD, a maioria política necessária para conseguir fazer passar este investimento. Hoje, o Partido Socialista, tem, no Governo do país, por enquanto, o mesmo Partido Socialista, que pode ajudar a financiar e encontrar mecanismos de financiamento. Não fazem o Centro Cultural porquê? Porque não querem. Pura e simplesmente, porque não atribuem prioridade a isso. Porque não é importante para o Partido Socialista. Não querem fazer. Se não faziam. Este ou outro qualquer. É que não têm ideia rigorosamente nenhuma. Porque esta não é uma questão que seja verdadeiramente importante para vocês.----------
Aliás, a senhora Vice-Presidente perguntou onde é que se ia buscar o dinheiro. Senhora Vice-Presidente, onde é que se ia buscar o dinheiro? Senhora Vice-Presidente, eu acabei de identificar, como, por exemplo, os mecanismos de financiamento a que poderiam recorrer. Ou então, por exemplo, não façam o quartel da GNR, que é uma obra da Administração Central. Não façam a rotunda de Sacavém, que é uma promessa eleitoral do senhor Presidente da Câmara, mas não é uma prioridade para a população de Sacavém. Não criem condições, para que no IRS, sejam poupados aqueles que podem pagar o imposto, prescindindo o Município de receitas que podiam ser suas, para resolver problemas, para entregar àqueles que mais têm. ----------
Mais, não tivessem gasto treze milhões de euros nas Jornadas Mundiais da Juventude. Treze milhões de euros, num acontecimento completamente efémero. Se foi importante. Foi. Mas não era preciso gastar tanto dinheiro. É tão simples quanto isto e era assim que se financiava o Centro Cultural. Para

aqueles que têm dúvidas. A senhora Vice-Presidente disse que tem dúvidas. Era assim que se financiava.----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, pode dizer-me onde é que viu esses treze milhões de euros, relativamente às Jornadas?----------

---

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, das discussões que temos tido aqui. ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, o senhor afirma aqui, que foi dito numa reunião, que nós gastámos treze milhões de euros. Foi isso?

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, ao longo do tempo, aquilo que foi dito, em relação áquilo que era a participação financeira do Município, relativamente a esta matéria, sob vários pontos de vista, em financiamento direto e, também, em financiamentos indiretos, tudo isto, somava treze milhões de euros. ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, em momento algum isso foi dito. O que gastámos, foi oito milhões … senhora Vice-Presidente, quanto é que gastámos exatamente? ----------

---

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, cerca de sete milhões e seiscentos mil euros.----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: É importante fazerem-se aqui estas correções. Não quero dizer que o senhor Vereador Paulo Piteira tenha feito de propósito, mas é bom que fique esclarecido. ----------

Portanto, não chegou a oito milhões, o valor gasto com as Jornadas Mundiais da Juventude, o que contradiz o valor de treze milhões de euros, que o senhor Vereador Paulo Piteira aqui referiu. ----------

Feita esta correção, que é importante, dizer o seguinte: em relação ao Centro Cultural de Loures, o senhor Vereador Paulo Piteira disse que se não tivéssemos feito as obras que mencionou. Mas senhor Vereador, eu, entre fazer obras na escola da Portela da Azóia, que chove lá dentro e que não tem

condições nenhumas, para a qual os senhores, durante oito anos, olharam para o lado, que vai custar sete milhões de euros, e fazer o Centro Cultural, prefiro fazer uma escola nova na Portela da Azóia.----------
Entre ter uma escola do Zambujal, com condições indignas para quem lá estuda e trabalha e fazer o Centro Cultural, eu prefiro a escola.----------
Se me diz que entre deixar de fazer as obras da escola número cinco de Camarate, que ainda está em condições de funcionar mais uns anos, e fazer o Centro Cultural, digo-lhe que não.----------
Portanto, quando temos escolas a precisar de obras, porque chove lá dentro e com falta de condições mínimas, a tal educação em que a CDU tanto apostou nos últimos oito anos, é curioso virem aqui falar em construir um Centro Cultural em Loures. Acho que a dignidade do ser humano, em particular dos alunos e dos professores que estão na nossa escola pública, mereciam melhor tratamento, por parte dos senhores Vereadores. Nesse sentido, entre colocar dignidade naquilo que é o ensino público, e dotar todos os recursos financeiros, em detrimento de um hipotético Centro Cultural, não tenho dúvida alguma. ----
E eu só estou a fazer estas comparações, porque estou a fazer o raciocínio do senhor Vereador Paulo Piteira, também nas comparações que fez.----------
Depois, quanto à falta de visão estratégica que foi aqui falada, dizer que, se há Orçamento Municipal que me lembre de ter visão estratégica e coragem no investimento, é este. Digo mais, este Orçamento para dois mil e vinte quatro, aponta, finalmente, soluções, na área da habitação. E não é, apenas, a construção de novos fogos, que é importante, porque temos uma lista de espera enorme, de pessoas que precisam de habitação, mas, também, naquilo que é a requalificação do parque habitacional. ----------
Aliás, eu estive, recentemente, com a senhora Vice-Presidente da Câmara, numa reunião pública, no Bairro Municipal dos Terraços da Ponte, com um auditório completamente cheio, com os nossos moradores e munícipes deste bairro, que perceberam quem é quem. É porque eu entrei nalgumas casas e chovia lá dentro. Mas não vi a CDU, nos últimos oito anos, preocupada em dar dignidade à habitação dessas pessoas. ----------
E vamos nós, com esta visão estratégica, requalificar esses fogos, no sentido de dar dignidade a quem ali habita. Isto é ter visão estratégica. Mas não ficamos por aqui. É ter a visão estratégica de criar, como disse na minha introdução

sobre o Orçamento, equidade e um sentimento de justiça, para todos os munícipes do Concelho de Loures.----------
E é por isso que nós, ao contrário daquilo que vocês fizeram durante os oito anos, estamos a agarrar, com coragem, a questão do pagamento das dívidas das rendas da habitação social. Aliás, já recuperámos vinte e quatro por cento. E este programa tem poucos meses ainda. Nós, em janeiro, vamos ter a oportunidade de dar a conhecer, de forma pública, os resultados deste programa, com esta visão estratégica, que é dar dignidade às pessoas que moram nos bairros municipais, mas também exigir enquanto senhorio, o cumprimento da sua parte, que é o pagamento da mesma.----------
Isto é visão estratégica, em que todos temos que contribuir, para vivermos numa equidade entre todos. E foi por isso que nós, ao contrário do que os senhores fizeram nos últimos oito anos, reforçámos, em muito, aquilo que é o apoio nas rendas ás famílias jovens. Dotámos, em meio milhão de euros, pela primeira vez, este programa, de modo a que possamos apoiar mais de trezentas famílias, porque com o aumento das taxas de juro, estavam numa taxa de esforço que lhes impossibilitava o pagamento dessas mesmas rendas. E foi com a nossa visão estratégica, com a visão estratégica que este Orçamento Municipal aponta, que vamos dar resposta a essas questões. ------
Diz o senhor Vereador Paulo Piteira, que não há visão estratégica. Então não é visão estratégica, ter no Orçamento Municipal, para requalificação e investimento no parque escolar, vinte e três milhões e meio de euros? Não é visão estratégica, o Município de Loures, e eu faço parte da Direção da Associação Nacional de Municípios, ser dos municípios que mais vai usufruir do apoio para requalificação das escolas básicas dois/três e secundárias do Concelho? Aliás, se tudo correr bem, ainda este ano, irá abrir, por parte da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, o aviso da candidatura, estando nós, hoje, em condições de candidatar as oito escolas do nosso concelho, num investimento de perto de quarenta milhões de euros? ---
Isto foi trabalho de planeamento, senhor Vereador. Foi visão estratégica. Foi um trabalho, que contradiz anos e anos de desinvestimento, por parte de sucessivos governos, no ensino básico dois/três e secundário.----------
Não estou aqui a atribuir a culpa à Câmara. Não. É ter visão estratégica e trabalhar no sítio certo, para poder incluir estas escolas nestas candidaturas. E

isto foi trabalho do atual Executivo Municipal. Isto foi trabalho do esforço, do planeamento e da visão estratégica do atual Executivo Municipal.----------
Então não há visão estratégica, quando nós estamos a investir dezassete milhões de euros, na construção de centros de saúde no nosso Concelho? Um investimento nunca antes feito num mandato só. Isto é não ter visão estratégica?----------
É não ter visão estratégica, aproveitarmos o facto de termos recebido as competências da saúde e, por via disso, estarmos habilitados a candidatarmo-nos, já aprovado, a três milhões de euros para recuperar os centros de saúde do nosso Concelho, como, por exemplo, o de Sacavém, onde chove lá dentro? Isto não é ter visão estratégica? Se fosse ma vossa, estes três milhões de euros já não vinham. Isso sim, é falta de visão estratégica. ----------
Mas nós, como tivemos visão estratégica, assumimos as competências na área da saúde, e soubemos aproveitar esta oportunidade, para nos candidatarmos e recuperarmos três milhões de euros, para recuperar os centros de saúde. Aliás, penso que até os senhores Vereadores da CDU se sentirão envergonhados, pelo facto de, no Centro de Saúde de Sacavém, chover lá dentro.----------
É falta de visão estratégica, nós, pela primeira vez, iniciarmos um projeto que não é da nossa competência? Mas nós temos a plena consciência da ausência de médicos de família no nosso concelho e, com sequentemente, do elevado número de utentes sem médico de família. Por isso, nós, dentro das nossas possibilidades, vamos contribuir para que, no próximo ano, com a entrada do projeto "*Bata branca*", consigamos atrair médicos para a população. Isto é falta de visão estratégica?----------
É falta de visão estratégica, estarmos a investir em espaços verdes e de laser, cerca de vinte e quatro milhões de euros? Isto é falta de visão estratégica?!---
Senhor Vereador, eu não vi em Orçamentos passados, fazer-se tanto investimento quanto este. Por isso, dizer-se que é falta de visão estratégica, é algo que a mim … vamos tentar ver a realidade, senhor Vereador. É só isso que eu lhe peço.----------
Fazer um investimento de reformulação no parque do Cabeço de Montachique, que há anos está naquele estado de abandono, e que vai possibilitar que nós possamos, por exemplo, receber equipas de todas as áreas, desde o desporto, da cultura, ranchos folclóricos, da música. Loures não tem um espaço para os

poder acolher, em termos de dormida, com dignidade. Mas agora vamos passar a ter, em benefício das nossas coletividades, que irão ter enorme prazer em receber outras delegações de coletividades desportivas, de outros sítios do país, porque, neste momento, a oferta que existe, é "*bola*".----------

Depois, senhor Vereador, eu não disse que o Parque Urbano do Tejo Trancão, devia de ter sido feito há mais tempo. Eu não disse isso. O que eu disse, foi que conseguimos, por pressão do atual Executivo Municipal, e minha muito em particular, que o Governo procedesse às obras de requalificação daqueles trinta e cinco hectares, no valor de quatro milhões de euros, dotando o maior parque verde e de laser que iremos ter no nosso Concelho. ----------

Eram quatro milhões de euros, ao contrário do que o senhor Vereador Tiago Matias diz, que está na Deliberação do Conselho de Ministros, que eu tive o cuidado de ir ver. Nesta Deliberação do Conselho de Ministros que o senhor Vereador aqui falou, onde o Governo se compromete a pagar o futuro Parque Verde naqueles terrenos. ----------

O que eu vejo aqui, é na Deliberação do Conselho de Ministros, de dois mil e vinte e um, e a única coisa que diz parecida, é na alínea f) "*(…) colaborar na definição das traves mestras do projeto de requalificação, valorização ambiental e fruição pública da zona ribeirinha, progressivamente libertada pela relocalização definitiva do complexo logístico da Bobadela (…)*". Aqui nada fala em termos financeiros, ou algo do género. É como a nuvem que se deixou na questão do metro. Uma nuvem aberta porque não havia poder para poder exigir. Portanto, deixaram esta nuvem, tal como foi a do metro. Esta indefinição de quem paga o quê. E se não fosse o PS e o PSD a fazer pressão, dificilmente este projeto do metro avançava e iríamos onerar os municípios em cinquenta milhões de euros para a vinda do metro. ----------

Portanto, senhor Vereador, o mesmo aconteceu aqui. E se eu estiver errado, diga-me onde é que na Deliberação do Conselho de Ministros, se pode ler que havia aqui um compromisso do Governo, no pagamento daquele espaço. No pagamento. ----------

Por isso, senhor Vereador, falta de visão estratégica, quando nós, o que fizemos, foi trabalhar em parceria com o Governo, para requalificar todo aquele espaço? ----------

De facto, no passado, foi importante a intervenção da CDU, juntamente com o Governo do PS, na retirada dos contentores, por via do grande evento da

Jornada Mundial da Juventude. E todos nós reconhecemos, que se não fosse a Jornada Mundial da Juventude, hoje, os contentores ainda lá estariam. E eu bem sei as intervenções que o senhor Vereador teve, em dois mil e nove, quando falava daquela contentorização. Sei bem as intervenções que fez sobre aqueles contentores. Mas o senhor vereador, também tem que reconhecer com a mesma justiça, que se não fosse a Jornada Mundial da Juventude, dificilmente se tiravam aqueles contentores dali. E digo-o aqui com toda a frontalidade. E o que nós fizemos, foi aproveitar este evento, relativamente ao qual não se gastaram treze milhões, mas sim oito milhões, para dignificar o evento e para Loures conseguir aproveitar, ao máximo, as oportunidades que daí vinham. E esta é uma delas. ----------

A requalificação deste Parque Verde, é uma oportunidade única, suportada, inteiramente, pelo Governo. Foi uma conquista do atual Executivo Municipal. E não é ser desonesto intelectualmente. Desonesto intelectualmente, é dizer que na Deliberação do Conselho de Ministros, estava lá a dizer que o Governo se comprometia a pagar esta obra. ----------

Depois, relativamente aos parques verdes, e falou-se aqui do Percurso Ribeirinho, dizer que eu bem sei que na pressa da CDU na visão estratégica do Percurso Ribeirinho, levou, a que, por exemplo, eu e muitos de nós, em dois mil e dezassete, tivéssemos assistido à inauguração do Percurso Ribeirinho. Em dois mil e dezassete, a gestão CDU, em vésperas das eleições autárquicas, fez um vídeo promocional do Percurso Ribeirinho, para quem lá estava, pensar que a obra iria ter início. E passaram-se os anos, desde dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, e quem iniciou a obra fomos nós, com alterações ao projeto. ----------

Mas toda a gente erra. Todos nós erramos. Admitam que erraram. Os senhores fizeram um projeto do Percurso Ribeirinho que, por exemplo, nem saídas de emergência tinha. Foi um erro. Mas acontece. E não é ser-se humilde reconhecer que se errou? Então reconheçam que erraram, ao não colocar saídas de emergência no Percurso Ribeirinho, daí eu ter dito que se fossemos aplicar na íntegra e não fizéssemos as alterações que fizemos, nomeadamente, colocar saídas de emergência ao longo da IC2, se alguém tivesse problemas de saúde a meio do percurso, era complicado. Por isso foi importante fazer essas saídas de emergência. Tal como foi preciso fazer esta alteração, também importante, que é a construção de um percurso pedonal sobre o IC2, para dar

a possibilidade, às pessoas da Bobadela e São João da Talha, de poderem ter acesso ao Percurso Ribeirinho. É porque na vossa visão estratégica, só quem tinha acesso era Sacavém e Santa Iria da Azóia. Mas a nossa visão estratégica é mais abrangente. Por isso, vamos dar a possibilidade que a Baobadela também possa ter uma entrada direta no Percurso ribeirinho.----------
São visões estratégicas diferentes, e que eu estou a tentar explicar. ----------
Depois, é falta de visão estratégica, nós apostarmos vinte milhões de euros, em infraestruturas de vias e acessibilidades? Finalmente temos a saída da A1, que é uma aspiração de toda aquela população da zona oriental do Concelho. E que não é só para São João da Talha ou para a Bobadela. É, também, para quem vive em Santa Iria de Azóia e Sacavém. É que quem vive em Sacavém, às seis da tarde, não consegue lá chegar, porque as pessoas não vão a Santa Iria e dar a volta para voltar atrás para a Bobadela. Vão por Sacavém. ----------
Por isso, esta saída da A1 em São João da Talha, é determinante. E senhor Vereador, digo-lhe com toda a frontalidade, que vai ser concretizada, doa o que doer, porque já foram demasiados anos de atrasos e de estudos da CDU. Foram muitos estudos, muitos atrasos. Mas concretização, "*bola*". ----------
Depois, outra matéria importante é a requalificação e coberturas, que vamos fazer nos polidesportivos do nosso Concelho, dando possibilidade às crianças das nossas escolas de praticar desporto quando chove. Esta é a nossa visão estratégica. É dar condições às crianças do nosso parque escolar. Potencializar o desporto informal nos equipamentos, porque vamos abri-los, ao final do horário escolar, a toda a população. ----------
Falta de visão estratégica, em apoiar as corporações de bombeiros, como nós estamos a fazer e como este Orçamento contempla? Falta de visão estratégica?! Senhor vereador, quando nós chegámos à Câmara em dois mil e vinte dois, o Orçamento para dois mil e vinte e um, feito pelos senhores, a verba para as corporações de bombeiros, não chegava a dois milhões de euros. Sabe quanto é que está inscrito agora? Três, ponto, dois milhões de euros, para as sete corporações de bombeiros. Acha que dotar as nossas corporações de bombeiros, com todas as condições para poderem fazer aquilo que deve ser um desidrato de qualquer autarca neste Concelho, e, em particular, o do Presidente de Câmara, que é a segurança da população, isto é falta de visão estratégica? Falta de visão estratégica é isto? Eu acho que não. ----------

Tal como não é falta de visão estratégica, termos conseguido ser dos municípios, quando ocorreram as cheias de dezembro, com o maior apoio financeiro. Diga-me um município, que tenha recebido mais apoio do Governo, em resultado das cheias do ano passado. Não houve nenhum. ----------
Aliás, relativamente ao apoio dado pelas Câmaras que estão dentro da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nós, de todas, fomos aquela que recebemos mais do dobro. Isto foi devido a um trabalho técnico dos serviços da Câmara, nomeadamente, o Serviço Municipal de Proteção Civil, o Departamento de Obras Municipais e a todos os Departamentos que diretamente se envolveram na elaboração das candidaturas, aos quais eu agradeço muito, e que permitiu que, dos prejuízos no montante de vinte milhões de euros, tivéssemos um apoio de cerca de nove milhões. ----------
Por isso, isto não foi falta de visão estratégica. Pelo contrário. Foi visão estratégica. Isto chama-se visão estratégica. Por isso, a visão estratégica, senhor Vereador, é nós conseguirmos, por um lado, apresentar um Orçamento que permite diminuir o IMI e o IRS, em benefício das famílias do Concelho, em mais de seiscentos mil euros. Um Orçamento que recupera anos de atraso de investimento e um Orçamento que tem a visão estratégica, de aproveitar as oportunidades que hoje existem.----------
O pior que nos podia acontecer, era chegarmos a dois mil e vinte e seis, e termos a sensação que não conseguimos aproveitar todos os mecanismos europeus que estão ao nosso alcance, em benefício da população do Concelho de Loures. ----------
Isso é algo que eu não quero e é algo que esta visão estratégica que está refletida neste Orçamento, também não quer. ----------
---
A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, acho que o senhor, nesta intervenção, já respondeu a todas as questões que foram colocadas pela bancada da CDU. No entanto, posso acrescentar, relativamente à intervenção do senhor Vereador Gonçalo Caroço, no que diz respeito àquilo que nós deixámos ou ao que o senhor vereador deixou, senhor Vereador, uma coisa deixámos. Deixámos uma concretização do Programa Especial de Realojamento, coisa que o senhor Vereador praticamente não fez, porque não realojou, praticamente, nenhuma família.----------

Não teve a capacidade de executar nada daquilo que eram os montantes da dívida da habitação social. Nem teve a oportunidade, inclusivamente, de utilizar os instrumentos legais que estavam à sua disposição. ----------
Noutra vertente, sobre as OPAS e à OPA dos terrenos, senhor Vereador, eu pergunto-lhe se o senhor Vereador já na altura andava à procura de terrenos municipais. É porque, de acordo com aquilo que tivemos a oportunidade de verificar, nenhum. ----------
O senhor fez estudos preliminares, para terrenos que não eram propriedade da Câmara, mas não tomou qualquer diligência para essa concretização. Perdeu tempo. Mas, por exemplo, não encontrei nenhum estudo preliminar para o Zambujal e para a Quinta da Fonte, para aqueles que os terrenos não eram nossos. ----------
Senhor Vereador Tiago Matias, em relação ao Parque Verde, nomeadamente, ao apoio que este Executivo Municipal teve para a sua concretização e que o senhor desvalorizou, para complementar o que o senhor Presidente referiu, dizer que não está nem na primeira Resolução do Conselho de Ministros da Jornada Mundial da Juventude, nem na segunda. O senhor Presidente citou a primeira. Eu cito-lhe a sessenta e dois, de dois mil e vinte e dois. Também não está lá nada. ----------
Na Resolução do Conselho de Ministros, não estava mencionada a execução da obra. Não estava prevista a concretização da obra. O que estava era "*(…) Colaborar com o Município no encontro de uma solução de estudo (…)*". Não era custear. ----------
Senhores vereadores, o senhor Presidente já aqui demonstrou bem, com a resenha que fez a todas as áreas de atividade municipal, a falta de visão estratégica que os senhores, de facto, tinham. É obvio que os senhores ficam aborrecidos, por estarem a aprovar um Orçamento Municipal, que vai ter obra. E a meio do mandato. É que os senhores estiveram cá oito anos, oito anos, e nem estudos prévios, nem desenhos prévios, nem nada. Projeto em concreto que era bom, chegar cá, "*carregar no botão*" e utilizar os instrumentos financeiros que temos à disposição, nenhum. Mas é na habitação, é na saúde, é num conjunto de áreas. Não é mentira o que estou a dizer. ----------
Relembro que os senhores, na vossa cabeça, deixaram um dossier imaginário. E depois deixaram outro em papel ao Executivo. Curiosamente. Eu hei de chegar ao final do mandato e os senhores vão pôr sobre as nossas bancadas

o “tal” dossier imaginário que, certamente, já tiveram oportunidade de o imprimir. ----------

---

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhora Vereadora Fernanda Santos, eu, no início da minha intervenção, utilizei aquela expressão, mas sem ser de forma pejorativa. ----------

No que diz respeito ao Orçamento Municipal, quero dar nota, que uma das áreas, de facto, não é falada. Mas tal como o senhor Presidente disse, é complicado que seja puxado para esta discussão, mas dou o exemplo das AUGIS. Estamos a planear um investimento que diz respeito à sua reabilitação, nunca visto, por esforço municipal, neste Concelho. Isso também é uma visão estratégica para resolvermos um problema muito concreto, com mais de quarenta anos de existência. Não será possível, com a verba que está inscrita, quer no empréstimo, quer no Orçamento, resolvê-lo de todo, mas estrategicamente, é um passo de gigante comparativamente àquilo que tínhamos aqui em mãos. Basta dizer que conseguimos criar mecanismos financeiros para, pelo menos, aquelas AUGIS que são por iniciativa municipal, possam ter uma solução mais rápida, mais atempada, para podermos, também, libertar corpos técnicos, para assumirmos mais AUGIS de iniciativa municipal. Portanto, isto parece-me que é, também, uma estratégia de intervenção no território e uma estratégia nunca vista numa administração municipal, até à data.----------

Portanto, todos nós padecemos do mesmo mal, queremos todos resolver os problemas, e nós, de facto, fomos eleitos agora, para sermos nós a liderar, a definir e a capacitar o município, para resolver muitos dos problemas que ficaram nas nossas mãos. E, naturalmente, estamos cá, com o acordo da população, para resolvê-los. ----------

---

O VEREADOR, SR. JOÃO COSTA: Dando resposta à senhora Vereadora Fernanda Santos, dizer que, de facto, o exercício de fazer um Orçamento, é sempre um exercício que tem muito de balanço, entre aquilo que é possível fazer, o dinheiro que existe e a vontade política. E, de facto, aqui, a decisão, foi não dar seguimento ao vosso projeto, para a Biblioteca Municipal José Saramago, por não concordarmos com o projeto em si. Essa sim, foi uma decisão política.----------

Em relação ao senhor Vereador Paulo Piteira, e ao leque bastante vasto de questões, vou tentar responder. Em relação ao Ecocentro, de facto, cinco mil euros, não daria para grande intervenção. Os cinco mil euros são para fazer a revisão do respetivo projeto. ----------
Quanto ao Paul das Caniceiras, esta é, de facto, uma zona de interesse para a conservação da natureza. É de facto, uma zona, como referiu e muito bem, que tem os níveis freáticos a baixar e, portanto, é preciso fazer qualquer coisa. Mas fundamentalmente e antes de tudo, considerou-se que era preciso validade todo o processo. Há muitas ideias, muita conversa, muita coisa escrita, mas não há um projeto concreto, sobre o que é preciso e possível fazer, para salvaguardar aquela zona. Portanto, foi previsto, e está neste momento a ser ultimado, um contrato com a Universidade Nova de Lisboa, para fazer um estudo abrangente ao Paul das Caniceiras. ----------
Depois, quanto ao PUSIA, dizer que o programa de intervenção está a ser finalizado.----------
Em relação aos parques urbanos, temos aqui duas situações distintas. Temos previstos dois milhões de euros para fazer a reabilitação dos equipamentos existentes. Mas ainda não está prevista a intervenção na Quinta da Areeira e no Parque das Oliveiras. Para esses dois, de facto, ainda não está prevista qualquer intervenção, que se estima na ordem dos três milhões de euros.------
Três milhões é muito dinheiro, portanto, esperamos poder candidatar estas duas intervenções, assim que se descortinar uma linha possível para o fazer, uma vez que estamos a falar de valores bastante significativos. ----------
A pérola dos nossos parques, é, de facto, o parque do cabeço de Montachique. Estamos todos de acordo, que, de facto, é uma zona importante, temos setecentos mil euros, o que não é muito, mas vai dar para fazer a reabilitação do edifício mais degradado e, também, uma infraestrutura fundamental para toda aquela zona, que é uma pequena ETAR, para se poder tratar os efluentes que lá são gerados, equipamento que, neste momento, não existe.----------
Quanto à reabilitação das linhas de água, o PERLA – Plano Estratégico de Reabilitação das Linhas de Água, é para ter continuidade, naturalmente, estão previstas intervenções no valor de um milhão de euros para as linhas de água, mas senhor Vereador, eu acho, aliás, recordo, que o senhor Vereador Tiago Matias quando estava aqui a fazer as obras da Ribeira da Póvoa, ele dizia que

este projeto era nosso. Mas uma coisa é haver ideias, conceitos, bases, e outra coisa é fazer-se. ----------
Aliás, eu próprio pus em causa, a possibilidade de se conseguirem executar as obras que o Departamento do Ambiente executou em dois mil e vinte e três. De facto, uma equipa técnica excelente, uma dedicação enorme dos técnicos do Município, no caso concreto, deste Departamento, mas também só foi possível, porque houve um apoio muito grande, da parte deste Executivo. De facto, o Vereador responsável pelo pelouro e todo o apoio que deu, permitiu que se fizesse algo, que, na minha opinião, anteriormente não se tinha feito, pelo menos, com tanta intensidade. ----------
Da minha experiência pessoal, acho que as obras que foram feitas, o que se conseguiu executar, foi, de facto, imenso, para os meios que tínhamos e é uma obra que está a dar resultados nas últimas cheias que ocorreram, em que, nomeadamente, o troço principal aguentou. ----------
Têm-se feito umas obras extraordinárias. Tem-se mostrado que se conseguem fazer coisas, e a única coisa que eu posso afirmar, em nome da vereação e de toda a equipa, é que, de facto, estamos aqui para fazer coisas. Portanto, a intervenção nas linhas de água, vai ser feita. E estamos cá há dois anos. Agora, não nos peçam mais do que aquilo que nós conseguimos fazer. ----------
Se se conseguia fazer mais, do ponto de vista físico, acho que não. Porque fazer obras, não é só ter dinheiro. É preciso ter dinheiro, mas também ter capacidade para as conduzir, pessoas para as acompanhar e fazer as coisas bem feitas. Porque fazer trabalho nas linhas de água, não é só gastar o dinheiro. É fazer bem feito. E isso nós já demos provas de que o estamos a fazer. E este Orçamento, dentro dessa área, é bom e estou convicto que o vamos executar e fazer mais coisas no ano de dois mil e vinte e quatro e ainda teremos o dois mil e vinte e cinco. ----------
Agora, duvido que para trás, tenham conseguido fazer tanta coisa. ----------
---
A VEREADORA, SRª ANA MARQUES: Senhor Presidente, respondendo à senhora Vereadora Fernanda Santos, queria dizer-lhe que a maioria das questões que colocou, já tinham sido feitas ao senhor Vereador Vasco Touguinha em reuniões anteriores. ----------

Em relação aos equipamentos municipais degradados, dizer que os equipamentos não se degradaram no espaço de dois anos. Já têm vindo a degradar-se desde há alguns anos. Portanto, não é agora, só porque a CDU se lembra de vir falar deles, que nós temos que os resolver imediatamente. -------
Quanto à questão do PSD ter inviabilizado o empréstimo para as obras do Museu da Cerâmica, essa questão também já foi respondida. ----------
Quanto à biblioteca o senhor Vereador Vasco touguinha também já respondeu a essa questão. Portanto, creio que o facto de se ter dirigido à minha pessoa e ao meu companheiro de bancada, foi, nitidamente, um ataque ou uma tentativa de nos fazer passar por menos, do que os nossos vereadores que costumam estar presentes e que têm pelouros. ----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ----------
VOTARAM CONTRA, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------

---

----------*DECLARAÇÕES DE VOTO*----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: O maior Orçamento de sempre, com a maior dívida de sempre, é uma oportunidade perdida para Loures. ------
Este é um Orçamento, com mais de trezentos e vinte e oito milhões de euros de receita. O valor mais alto de sempre e que possibilitaria ao Executivo Municipal, resolver muitos dos problemas do nosso Concelho. ----------
Este é, também, o Orçamento com a maior dívida de sempre, a qual ascenderá a cento e noventa e cinco milhões de euros e que não acautela nem pensa no futuro, mas apenas no eleitoralismo imediato, com vista às autárquicas de dois mil e vinte e cinco, confundindo visão estratégica, com investimento com fins eleitorais, que colocam em causa o futuro de Loures. ----------
Este é um Orçamento com um investimento com receitas próprias do município, de apenas quinze milhões de euros, o que só vem confirmar as preocupações

da CDU, de que, com o maior endividamento de sempre da responsabilidade do PS e do PSD, Loures, voltará à situação de dois mil e treze, em que teve que ser a CDU, a garantir o pagamento das dívidas e o equilíbrio financeiro que agora PS e PSD desbarataram em dois anos. No fundo, quem vier a seguir, que feche a porta. ----------

É necessário, ainda, não esquecer, que este Orçamento tem mais de vinte milhões de euros em verbas a definir, que não têm, até ao momento, qualquer fonte de financiamento. ----------

Este Orçamento, tem, também, trinta milhões de euros de empolamento em rúbricas que, ano após ano, apresentam uma real entrada de receita de valores irrisórios, sempre que se fecham as contas municipais.----------

Este é o Orçamento que confirma, por um lado, que o atual Executivo Municipal continua, no essencial, a apresentar projetos e obras que já estavam previstas pela CDU, mas que, dois anos depois, ainda não tiveram, sequer, a capacidade de iniciar. Por outro lado, confirma que as opções PS/PSD deixam de fora, por opção própria, investimentos essenciais e prioritários para o Concelho. ---------

É por essa razão, que este é o Orçamento que confirma que Loures perdeu uma oportunidade única para avançar na resolução de problemas e que aquilo que teremos, é o agravamento da situação em diversas áreas. ----------

É assim, nas urgentes respostas à situação social e económica vivida pela população do Concelho, onde se continua a dar mais, a quem mais tem, esquecendo aqueles que, neste momento, precisavam de uma política fiscal do Município, mais justa para todos, o que seria alcançada por uma descida robusta do IMI, e não pela devolução do IRS a quem mais tem.----------

Onde a fatura da água aumentou dezoito por cento, em dois anos, para aqueles que consomem até cinco metros cúbicos, e que são a população mais vulnerável do Concelho. ----------

O Orçamento, onde se continua a olhar para os projetos das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, para a criação de centenas de novos lugares de creches e lares, como um problema das IPSS e que o Município e o Governo, continuam a pôr em grave risco, a sua concretização. ----------

É assim na área da educação, onde o caminho que vinha a ser trilhado de uma clara aposta na resposta para a infância e primeiro ciclo, foi abandonado. Assim, se o Executivo atual conseguir terminar as obras das escolas do primeiro ciclo, totalmente da responsabilidade municipal, teremos a abertura de

três novas salas de Jardim de Infância em Loures e seis novas salas de primeiro ciclo, em quatro anos de mandato. Não esquecendo, que as obras da Flamenga do Catujal e Sacavém, foram iniciadas pela CDU, e que o PS se limitou, apenas, a terminá-las. ----------

Esta opção política, vai fazer regredir, em muitos anos, a qualidade do ensino em Loures, porque o aumento muito significativo de crianças dos Jardins de Infância e do primeiro ciclo, poderá ter que se recorrer a soluções indesejáveis, como monoblocos, ou os famigerados horários duplos. ----------

É também assim na área da habitação. Problema com contornos muito graves, onde também em Loures, o PS e o PSD, desperdiçaram uma oportunidade única, para aumentar, de forma eficaz, a oferta pública de habitação, preferindo-se entregar à especulação, a resposta neste domínio.----------

Por essa razão, foram abandonadas as quatrocentas e vinte novas habitações de carácter público, no Bairro do Zambujal. Está posto em causa, o novo bairro de habitação municipal da Quinta da Fonte, com oitenta e uma habitações. E a nova urbanização dos Terraços da Ponte dois, viram diminuir as novas habitações municipais, em noventa fogos. ----------

Em Montachique, foram, também, diminuídos em trinta, o número de fogos municipais. Em contrapartida, o PS entregou-se nos braços da especulação imobiliária, lançando uma OPA, que dificilmente será bem sucedida, para a aquisição de duzentos e setenta fogos aos privados, em vez do investimento público necessário, aproveitando, inclusivamente, financiamentos comunitários à semelhança do que outros municípios fizeram. ----------

É assim na cultura, onde o PS e PSD, enterraram, de forma definitiva, o Centro Cultural, peça chave para ser dado um passo firme e determinado, no sentido de Loures ser uma marca de referência, também na cultura, promovendo, em simultâneo, o território e as suas gentes, nas mais diversas áreas.----------

Este é também o Orçamento, que clarifica, finalmente, as obras e investimentos prometidos em campanha eleitoral, ou que são essenciais para o Concelho, mas que não são feitos em dois mil e vinte e quatro, simplesmente, porque o PS e o PSD, não querem. A título de exemplo, destacamos a remodelação da Escola de Frielas. A remodelação e ampliação da Escola da Apelação. O novo bloco de aulas da Escola Básica da Bobadela. O novo bloco de aulas da Escola Básica Gaspar Correia. A ampliação da Escola do Infantado. A ampliação da Escola da Mealhada. A remodelação da Escola de Vale Figueira. A ampliação

da Escola de Santo Antão do Tojal. A construção do pavilhão desportivo da Escola Luís Sttau Monteiro. A construção do pavilhão desportivo da Escola Secundária de São João da Talha. As obras de remodelação profunda da Escola Básica de Camarate, vulgo, Mário Sá Carneiro. A ligação de Sacavém à Segunda Circular. A variante a Bucelas. A remodelação da via que liga a rotunda de Á-das-Lebres à rotunda das Oliveiras, em Santo Antão do Tojal. A construção da variante ao Infantado. A construção do novo mercado municipal em Loures. A recuperação do espaço exterior da Quinta do Mocho. A recuperação do edifício quatro de outubro em Loures e a inexistência de construções de novas ciclovias.----------

São estas as razões, que nos levam a afirmar, que este não é um Orçamento a pensar no futuro de Loures, nem responde a problemas graves do nosso Concelho, mas leva sim, em muitos casos, ao seu agravamento.----------

Era necessário um Orçamento que não tivesse como objetivo, o ato eleitoral de dois mil e vinte e cinco, mas sim um Orçamento com condições únicas de financiamento, decorrente de uma situação saudável das finanças do Município, deixada pela CDU, e pelas muitas centenas de milhões de euros que seria possível aproveitar do PRR, se pensasse e se preparasse Loures, com perspetivas de futuro. ----------

Por estas razões, a CDU votou contra esta Proposta de Orçamento e Opções do Plano.----------

---

O VEREADOR, SR. VITOR CACITO: O Chega não acompanha este Orçamento, por achar que, o mesmo, poderia ter isso mais além. ----------

Existem encargos excessivos com o quadro de pessoal existente. Constatamos também, um excessivo endividamento do Município, que poderá colocar em causa, opções futuras.----------

Pensamos, também, que o PS e o PSD, poderiam ter isso mais além em termos fiscais, com uma maior redução do IMI, um imposto mais injusto para o cidadão comum e do IRS, dando uma folga aos lourenses, que sofrem com os elevados juros bancários. ----------

Podiam ter ido, também, mais além, em termos de acessibilidades, como, por exemplo, a ligação do concelho de Loures a Mafra.----------

Poderiam ter apoiado mais, o desporto e a cultura, instituições que fazem um trabalho de excelência. ----------

Fazerem mais zonas verdes, para trazer mais qualidade de vida aos lourenses e, assim, captar e fixar mais jovens no nosso Concelho. Jovens esses que, com a sua fixação, garantem o futuro, a sobrevivência e sustentabilidade do nosso Concelho.----------

Gostaríamos, também, de ver plasmado neste Orçamento, a resolução total das AUGIS, problema que afeta uma larga faixa da população lourense, envelhecida há várias décadas. Lourenses que vivem em suspenso há demasiado tempo e que será da mais elementar justiça, que se resolva este problema. Um problema que se arrastará às gerações futuras.----------

É um problema que é difícil resolver, mas que urge a sua resolução. Uma geração que poupou, que constituiu família e que merece que a sua situação seja resolvida. ----------

Em resumo, um Orçamento que poderia ter ido mais além.----------

---

O VEREADOR, SR. JOÃO COSTA: O PSD Loures, com responsabilidades na gestão dos destinos da Câmara Municipal de Loures, expressa o voto favorável, à aprovação do orçamento Municipal para o ano dois mil e vinte quatro, com base nos fundamentos que apresentámos. ----------

O mencionado Orçamento, reflete e concretiza, os compromissos estabelecidos no Acordo de Governação, assumido no início deste mandato. Este Acordo, que resulta de um entendimento estratégico para o desenvolvimento sustentável do nosso Município, delineou prioridades que constavam no programa do PSD, que agora se refletem de forma palpável, nas propostas enquadradas neste Orçamento.----------

Dos projetos de relevo que merecem a nossa aprovação, destacamos a construção da tão aguardada variante a Loures. Uma infraestrutura vital para a mobilidade e desenvolvimento económico da região.----------

Ou o compromisso para a construção do novo canil municipal que demonstra a responsabilidade e sensibilidade para com o bem estar animal. Uma causa que é cara aos cidadãos deste Concelho.----------

A inclusão no Orçamento, do novo quartel da Guarda Nacional Republicana, em Bucelas, a nova saída da A1, a construção da ponte de Palhais, o desenvolvimento do estádio municipal e os investimentos em pavimentações e melhoramentos nas ruas e parques verdes municipais, que refletem uma visão abrangente e integrada para o crescimento de Loures. ----------

Reconhecemos que este Orçamento, não abarca todas as necessidades, ideais do Município. Estamos conscientes de que ainda há desafios a superar e questões por responder. Este voto favorável, não representa, apenas, a aprovação de um documento orçamental, mas também um compromisso renovado em continuar a trabalhar para a concretização de uma visão mais completa e abrangente para Loures.----------
Sabemos que há mais a fazer e que o caminho para o desenvolvimento pleno do nosso Município, ainda requer atenção e ação contínua. Mas estamos certos, que a aprovação deste Orçamento, é um passo significativo, na construção de um futuro mais promissor para o nosso Município e estamos convictos de que estamos a agir em consonância com os anseios e necessidades da comunidade, que julgamos representar. ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: A minha intervenção de apresentação do Orçamento, constitui a declaração de voto do Partido Socialista. ----------

---

--- **Eram vinte horas e vinte minutos quando o Vereador, Sr. Gonçalo Caroço se ausentou definitivamente da reunião**. ----------

---

PONTO QUINZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 802/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2024, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

"Considerando que: ----------

A. *O Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão de recursos humanos, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;* ----------
B. *A proposta de Mapa de Pessoal tem em conta as atividades a desenvolver pelas unidades orgânicas previstas e os recursos financeiros disponíveis;* --
C. *De acordo com o artigo 29.º da referida Lei, o Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários à prossecução das*

atribuições do município, bem como (…) os perfis de competências transversais aos cargos dirigentes e às carreiras gerais;----------

D. A caracterização dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal obedece ao disposto no referido artigo; ----------

E. A distribuição dos postos de trabalho, segundo as diferentes modalidades de vinculação, encontra-se expressa da seguinte forma:----------

Vínculo de Emprego Público	*Não Ocupados*	*Ocupados*	*Total*
Designação em Comissão de Serviço	*82*	*10*	*92*
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado	*725*	*2930*	*3655*
Contrato de Trabalho por Tempo determinado/determinável	*0*	*1*	*1*
Total	*807*	*2941*	*3748*

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, delibere submeter à Assembleia Municipal, a aprovação do Mapa de Pessoal para 2024, (…) à presente proposta e da qual faz parte integrante.----------

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E DA SENHORA VEREADORA E DOS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. ----------

VOTOU CONTRA O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO DEZASSEIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 803/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO

DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO A VIGORAR NO ANO 2024; - A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E A DELEGAÇÃO DE PODERES NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA DESENVOLVER O PROCESSO DE CONSULTA ----------

---

"Considerando que: ----------

A. *De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito;----------*
B. *Nos termos do n.º 2 do preceito legal supra invocado, os empréstimos podem ser a curto ou a médio e longo prazo;----------*
C. *Face ao disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 50.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria; ----------*
D. *Ao abrigo do estipulado quer no n.º 2 do artigo 49.º, quer na segunda parte do n.º 1 do artigo 50.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os empréstimos de curto prazo têm maturidade até um ano, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados;*
E. *Os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, visto que até lá terão de ser integralmente amortizados, ficando balizados à sua função "gestão de tesouraria", devendo-se, portanto, na fixação do seu montante atender à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando-se, sempre, a necessidade de garantir, ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;----------*
F. *Importa criar condições para uma eficiente gestão de tesouraria, através da contratação de um empréstimo a curto prazo a celebrar em 2024 e com vigência apenas durante esse ano, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município definidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro;----------*
G. *Nos termos do n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com a alínea f) do n.º 1 e com o n.º 4 do artigo*

25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, autorizar a contratação de empréstimos, devendo a proposta de autorização ser obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;----------

H. *Contudo, o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula que a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento; ----------*

I. *O Município de Loures pretende contrair um empréstimo de curto prazo, até ao montante de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), para vigorar durante o ano de 2024, com a finalidade prevista no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em cumprimento dos limites da dívida total do Município (vd. Anexo I da presente proposta de deliberação);----------*

J. *É premente que no início do próximo ano estejam reunidas as condições para a celebração do contrato de empréstimo referido na alínea antecedente;*

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, conjugada com alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquela mesma Lei e com o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente, submeter à Assembleia Municipal de Loures: ----------

1. *A autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), a celebrar e a vigorar no ano de 2024, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município (vd. Anexo I da presente proposta de deliberação), observando-se:----------*
   a) A consulta/convite às seguintes instituições financeiras:----------
      - *Caixa de Crédito Agrícola ----------*
      - *Caixa Geral de Depósitos, S.A.----------*
      - *Banco Santander Totta, S.A. ----------*
      - *Novo Banco, S.A.----------*

- *Banco Comercial Português, S.A. - Millennium BCP.* ----------
- *Banco Português de Investimentos, S.A.* ----------
- *Banco Montepio.* ----------

b) As condições constantes na ficha técnica (condições do empréstimo a curto prazo), junta como anexo II, que farão parte do convite a efetuar às instituições financeiras supra identificadas. ----------

c) A constituição da Comissão de Análise das Propostas, que assegurará o acompanhamento processual e análise das propostas, com os seguintes elementos: ----------

- *Membros efetivos: Dra. Maria do Carmo da Graça – Diretora do Departamento Financeiro e Controlo de Gestão; Dra. Sandra Paiva – Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão e Dra. Carla Pinela – Chefe da Divisão de Gestão Financeira;* ----------
- *Membros suplentes: Dra. Helena Candeias – Técnica superior de Gestão da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão e Dra. Vânia Pina – Técnica superior de Contabilidade e Administração Pública da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão.* ----------

2. A concessão de poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures, para desenvolver o processo de consulta aqui em causa. ----------

(…)" ----------

--- Neste ponto foi proferida a seguinte intervenção: ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, este é um empréstimo a curto prazo e tem a ver com uma questão de precaução, pela fraca receita, em particular, no primeiro trimestre de cada ano.----------

O empréstimo que solicitámos para o ano vigente, em período homólogo do ano passado, dizer que dos seis milhões, só utilizámos dois milhões de euros. Portanto é uma mera questão de precaução e que só se utiliza em caso de necessidade.----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR

DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ----------
ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. ----------
VOTOU CONTRA O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO DEZASSETE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 804/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU À SUA REPROGRAMAÇÃO ----------

---

"Considerando que:----------

A. *O n.º 1 e o n.º 6 do artigo 22.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece o Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, repristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem a prévia autorização conferida pelo órgão deliberativo, salvo quando: resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ----------*
B. *Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que a prova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, vulgarmente designada por Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos*

de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal, quando envolvidas entidades da administração local; ----------

C. *De acordo com o disposto no artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação vigente, que estipula as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação nela prevista, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, com exceção dos casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa; ----------*

D. *Ao abrigo do artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, a Administração Pública está vinculada ao princípio da boa administração; devendo pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade; -*

E. *Por motivos de agilização, simplificação e celeridade processuais de atuação quotidiana da Câmara Municipal de Loures, afigura-se premente que a Assembleia Municipal de Loures emita uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação nos termos dos preceitos legais supra invocados; ----------*

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, do artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, submeter à Assembleia Municipal de Loures a presente proposta para:----------

1. *Emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação, nos seguintes casos: --*
   a) *A assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação resulte de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou ----------*
   b) *Os encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não seja superior a três anos.----------*

2. *Que a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação ao abrigo da autorização prévia que ora se propõe só possa fazer-se quando, para além das condições previstas no ponto anterior, sejam respeitadas as regras e os procedimentos previstos quer na LCPA, quer no DL n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais da execução de despesas,* ----------
3. *Que o regime de autorização ora proposto se aplique a toda a assunção de compromissos ou à sua reprogramação, desde que respeitadas as condições constantes nos pontos anteriores, com efeitos a 1 de janeiro de 2024;* ----------
4. *Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Loures, seja presente uma informação, na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ou reprogramados ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.* ----------

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ----------

ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO DEZOITO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 805/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS FREGUESIAS DE FANHÕES E DE LOURES, NO ÂMBITO DOS TRANSPORTES ESCOLARES ANO LETIVO 2023/2024 (SETEMBRO DE 2023 A JUNHO 2024) ----------

---

"Considerando que: ----------

A. *Conforme o disposto na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, é competência do Município, assegurar, organizar e gerir os transportes escolares;* ----------
B. *Para além das competências autárquicas decorrentes da legislação sobre esta matéria, o Plano de Transportes Escolares do Município de Loures regulamenta a atribuição de transportes concedidos pela Câmara Municipal;*
C. *De acordo com o Plano de Transportes em vigor, as Juntas de Freguesia procedem ao pagamento dos subsídios de transporte aos alunos após transferência das verbas para esse efeito;* ----------
D. *As Juntas de Freguesia, os valores das verbas a transferir, para cada uma, e plano de pagamentos encontram-se descritas na Informação n.º 590/DE-DASE/LM, de 24 de outubro de 2023.* ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea gg) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a transferência de verbas, para a Junta de Freguesia de Fanhões e para a Junta de Freguesia de Loures, relativas ao ano letivo 2023/2024 nos moldes previstos na informação n.º 590/DE-DASE/LM, de 24/10/2023, que faz parte integrante da presente proposta. ----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO DEZANOVE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 806/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS ENTIDADES PARCEIRAS, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES, ANO LETIVO 2023/2024 (SETEMBRO A JUNHO) - ACERTOS ANO LETIVO 2022/2023----------

---

"Considerando que:----------

A. *No âmbito do Serviço de Apoio à Família, existem algumas entidades parceiras que, em colaboração com o Município, fornecem o serviço de*

refeições escolares das crianças e alunos que frequentam os respetivos os jardins de infância e escolas do ensino Básico; ----------

B. *No âmbito da referida colaboração há que proceder à transferência de verbas com o objetivo de suportar as despesas efetuadas com as refeições servidas/a servir nos meses de setembro de 2023 a junho de 2024, do ano letivo 2023/2024, bem como acertos referentes ao ano letivo 2022/2023;* ---

C. *A presente proposta de transferência de verba corresponde a um valor estimado, tendo por base a assiduidade registada na aplicação SIGA no mês de outubro do presente ano letivo;* ----------

D. *As entidades parceiras, os valores das verbas a transferir, para cada uma, e plano de pagamentos encontram-se descritas na Informação nº 615/DE-DASE/LM, de 07 de novembro de 2023.* ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a transferência de verbas às entidades parceiras num total de 391.824,40€ (trezentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e quatro euros e quarenta cêntimos), nos moldes previstos na informação n.º 615/DE-DASE/LM, de 07 de novembro de 2023.----------

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 807/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS ENTIDADES PARCEIRAS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMILIA (AAAF) E COMPONENTE DE APOIO À FAMILÍA - ANO LETIVO 2023/2024 E ACERTOS ANO LETIVO 2022/2023 ----------

---

"Considerando que: ----------

A. *No âmbito do Serviço de Apoio à Família, existem algumas entidades parceiras que, em colaboração com o Município, asseguram as Atividades de Animação e de Apoio à Família - AAAF das crianças que frequentam os respetivos Jardins-de-Infância;* ----------
B. *No âmbito da referida colaboração há que proceder à transferência de verbas com o objetivo de suportar as despesas efetuadas com as AAAF no mês de setembro de 2023, do ano letivo 2023/2024, bem como acertos referentes ao ano letivo 2022/2023, tendo como referência as candidaturas registadas na aplicação SIGA no mês de novembro do presente ano letivo;*
C. *As entidades parceiras, os valores das verbas a transferir, para cada uma, e plano de pagamentos encontram-se descritas na Informação nº 630/DE-DASE/LM, de 08 de novembro de 2023.* ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a transferência de verbas às entidades parceiras num total de 247.285,29€ (duzentos e quarenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco euros e vinte e nove cêntimos), nos moldes previstos na informação n.º 630/DE-DASE/LM, de 08 de novembro de 2023.----------

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E UM - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 808/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS ENTIDADES PARCEIRAS, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA - ACOMPANHAMENTO ÀS REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO - ANO LETIVO 2023/2024 (SETEMBRO A JUNHO) ----------

---

--- A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO MANTÉM-SE AGENDADA, A FIM DE SER ANALISADA EM PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA. ----------

PONTO VINTE E DOIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 809/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESCOLARES CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLA NÃO AGRUPADA E A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS ----------

---

--- A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO MANTÉM-SE AGENDADA, A FIM DE SER ANALISADA EM PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA.----------

---

PONTO VINTE E TRÊS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 810/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR O PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO INFANTADO----------

---

"Considerando que: ----------

A. *No âmbito do Serviço de Apoio à Família, existem entidades parceiras que, em colaboração com o Município, asseguram o fornecimento de refeições às crianças e alunos que frequentam os jardins de infância e escolas do ensino básico; ----------*
B. *No ano letivo 2020/2021 foi celebrado um Protocolo de Colaboração com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Infantado com o objetivo de fornecer refeições escolares às crianças e alunos que frequentavam a escola, cuja minuta foi aprovada na 70.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 9 de setembro de 2020; ----------*
C. *Na presente data, a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Infantado manifestou que apenas reúne condições para assegurar o fornecimento de refeições (almoço e piquenique); ----------*
D. *É assim necessário proceder à revogação do protocolo celebrado no ano letivo 2020/2021 e celebrar novo protocolo por forma a assegurar o fornecimento de refeições (almoço e piquenique) às crianças e alunos que frequentam a Escola Básica do Infantado. ----------*

Tenho a honra de propor: ----------

1. *Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 165º e artigo 169.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual, aprovar a revogação do protocolo celebrado no ano letivo 2020/2021;* -------
2. *Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Loures e a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Infantado, que (…) faz parte integrante da presente proposta.* ----------

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E QUATRO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 811/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR O PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, CULTURAL E DESPORTIVA DE VILA DE REI E A TRANSFERÊNCIA DE VERBAS - ANO LETIVO 2023/2024

"Considerando que: ----------

A. *Cabe ao Município o desenvolvimento do Serviço de Apoio à Família, em colaboração com diversas entidades;* ----------
B. *O Município de Loures e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Vila de Rei pretendem celebrar um Protocolo de Colaboração com o objetivo de formalizar a cedência de instalações para o serviço de apoio à família/refeições escolares para as crianças e alunos da EB de Vila de Rei.*

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar: ----------

1. *A minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Loures e a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Vila de Rei, que se anexa e faz parte integrante da presente proposta;* ----------
2. *A transferência de verba no valor de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros) para a Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Vila de Rei, destinada a suportar os encargos desta cedência de instalações, no ano letivo 2023/2024, nos moldes previstos na informação nº 628/DE-DASE/SI, de 07 de novembro de 2023 (E/180075/2023).* ----------

(…)" ----------

--- Sobre a Proposta de Deliberação, foram proferidas as seguintes intervenções: ----------

---

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, dizer que, excecionalmente, vamos votar este ponto, embora ele tenha sido distribuído, apenas, na segunda feira passada. Exatamente ontem. E isso, naturalmente, não é prática que deva existir. ----------

Compreendemos a necessidade de ressarcir a entidade, pelo esforço financeiro que foi fazendo e temos essa compreensão. Não é a primeira vez que acontece e a nossa compreensão não é infinita. ----------

---

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, agradeço a sua compreensão e peço desculpa pelo atraso na distribuição do ponto.----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E CINCO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 812/2023 - SUBSCRITA PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR A MINUTA DE CONTRATO PROGRAMA, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DE SÃO JULIÃO DO TOJAL ----------

"Considerando que:----------

A. *Decorrente da candidatura PRR-RE-C03-i01-02-776 apresentada pela Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal, foi estabelecido entre esta entidade o Instituto de Segurança Social, I.P., um Contrato de Comparticipação Financeira, cujo o encargo financeiro total se traduz no valor de 2.371.584,20€.----------*
B. *A Proposta de Deliberação n.º 495/2023, aprovada na 9ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Loures, ocorrida a 16 de agosto de 2023, na qual o Município decidiu definir a atribuição de apoio financeiro em 20% do investimento total contratualizado entre as instituições sociais e o Instituto de Segurança Social, I.P., para a remodelação e construção de equipamentos sociais, que se perspetiva ser no valor global de 2.584.887,96€, a ser distribuído ao longo de três anos, no âmbito das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência, referentes à Componente 03 – Respostas Sociais, no seu investimento RE-C03-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio; 2º Aviso de Abertura de Concurso - N.º 02/C03-i01/2022), ----------*
C. *O apoio municipal será concretizado por meio de Contrato-Programa, o qual tem por objeto a atribuição de apoio financeiro pelo Município à Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal, no montante global de 334.584,00€ (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e oitenta e quatro euros) para exclusiva aplicação nas obras de construção do equipamento social sito na Rua Bartolomeu Dias, Bairro do Tazim, em São Julião do Tojal, com a resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade para 60 utentes. ----------*
D. *O apoio financeiro será concedido mediante a apresentação por parte da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal dos respetivos autos de medição e faturas correspondentes, e obedecerá ao seguinte plano de pagamentos:----------*
   - *durante o ano de 2023 uma verba no valor de 59.464,00€----------*
   - *durante o ano de 2024 uma verba no valor de 137.560,00€; ----------*
   - *durante o ano de 2025 uma verba no valor de 137.560,00€; ----------*

- *durante o ano de 2025 serão efetuados eventuais acertos, caso a as verbas de apoio previstas para os anos de 2023 e 2024 não tenham sido executadas na totalidade.----------*

E. *Os Municípios dispõem de atribuições no que diz respeito a promoção e salvaguarda dos interesses das suas populações, no domínio da educação e ação social e (artigo 23º da Lei nº75/2013, de 12 setembro).----------*

F. *Compete às Câmaras Municipais apoiar atividades de natureza social, incluindo a prestação de apoio a pessoas em situações de vulnerabilidade, em parceria com as instituições particulares de solidariedade social alínea u) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro). ----------*

Propõe-se:----------

Que a Câmara Municipal de Loures, ao abrigo do disposto da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atual em vigor, delibere aprovar celebração do Contrato-Programa com a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos de São Julião do Tojal no montante global de 334.584,00€ (trezentos e trinta e quatro mil quinhentos e oitenta e quatro euros) para a construção da resposta social de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com capacidade para 60 pessoas.----------

(…)" ----------

--- Sobre a Proposta de Deliberação, foram proferidas as seguintes intervenções: ----------

---

A VEREADORA, SRª. FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, tanto quanto sabemos, parece que irá haver, por parte da Segurança Social, uma revisão dos valores a comparticipar neste tipo de projetos, com este tipo de financiamento, em cerca de vinte por cento.----------

E o que gostaríamos de saber, é que, concretizando-se essa revisão, se o Município irá acompanhar, posteriormente, a revisão da comparticipação dos valores que dá, dado que os valores não serão exatamente, os que aqui estão.

A SENHORA VICE-PRESIDENTE: Senhora Vereadora, neste momento ainda estamos numa fase de tentar aferir quais são as entidades que vão ou não,

avançar com as suas candidaturas. Por isso, essa é uma questão que, no todo, ainda não foi colocada, para nossa apreciação e decisão. ----------
Neste momento, as instituições, sabem que contam com vinte por cento, por parte do Município, desde a primeira hora, do valor global do investimento. É com isso que podem contar e é nesta base que estamos a trazer esta proposta à Reunião de Câmara. ----------

---

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E SEIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 813/2023 - SUBSCRITA PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR A ALTERAÇÃO DO PREÇO DE VENDA DAS REFEIÇÕES SERVIDAS NO REFEITÓRIO MUNICIPAL, COM EFEITOS A 1 DE JANEIRO DE 2024 ---------

---

"Considerando que: ----------

A. Os preços atualmente praticados para as refeições servidas no Refeitório Municipal, são os seguintes: ----------

Tipo de refeição/destinatário	*Preço*
Refeição completa – Trabalhadores da CM Loures, dos SIMAR e das Juntas de Freguesia, e cônjuges de aposentados ou reformados	*4,10 €*
Miniprato com fruta – Trabalhadores da CM Loures, dos SIMAR e das Juntas de Freguesia, e cônjuges de aposentados ou reformados	*2,30 €*
Refeição completa – Trabalhadores do CCD e Empresas Municipais	*6,15 €*
Miniprato com fruta – Trabalhadores do CCD e Empresas Municipais	*3,45 €*
Refeição completa – Aposentados ou reformados e cônjuges sobrevivos dos trabalhadores da Administração Pública titulares de pensão de sobrevivência que não aufiram rendimentos de trabalho	*2,05 €*

C. *Estes preços foram aprovados ao abrigo da Portaria n.º 421/2012, de 4 de setembro, entretanto revogada pela Portaria n.º 306/2023, de 26 de junho, que "procede à atualização do preço de venda das refeições a fornecer aos trabalhadores da Administração Pública nos refeitórios dos serviços e organismos da Administração Pública, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 57-B/84, de 20 de fevereiro, na sua redação atual", com entrada em vigor a 01 de julho de 2023;* ----------

D. *A Portaria n.º 306/2023, de 26 de junho, determina, no seu artigo 2.º:* --------
   - *O preço de 4,90€ (quatro euros e noventa cêntimos) para a "refeição tipo" (n.º 1);* ----------
   - *O preço de 2,45€ (dois euros e quarenta e cinco cêntimos) "a pagar pelos aposentados ou reformados e pelos cônjuges sobrevivos dos trabalhadores da Administração Pública titulares de pensão de sobrevivência que não aufiram rendimentos de trabalho" (n.º 2);*----------
   - *"nos refeitórios cujas condições de funcionamento o permitam podem ser fornecidos minipratos e refeições com composição selecionada pelos utentes, sendo o preço de venda da respetiva refeição determinado em função do preço de cada um dos seus componentes" (n.º 3);* ----------

E. *O Subsídio de Refeição atribuído aos trabalhadores das Empresas Municipais (GesLoures - Gestão de Equipamentos Sociais, E.M. e LouresParque - Empresa Municipal de Estacionamento, E.M.) e do Centro de Cultura e Desporto do Município de Loures (CCD), também utilizadores do Refeitório Municipal, encontra-se fixado em 9,00€ e 7,63€ (este, pago através de cartão refeição), respetivamente;*----------

F. *Foi articulada com os responsáveis pelo Refeitório dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) a necessidade de se proceder à atualização dos preços de venda das refeições servidas, conjunta e harmonizada entre as duas entidades, por forma a fazer aplicar o regime legal vigente;* ----------

G. *A aplicação dos preços determinados pela Portaria n.º 306/2023, de 26 de junho, implica um aumento de cerca de 20% sobre o atual preço da "refeição completa" para os trabalhadores no ativo.* ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual

redação, aprovar a alteração do preço de venda das refeições servidas no Refeitório Municipal, com efeitos a 01 de janeiro de 2024, nos seguintes termos:

Tipo de refeição/destinatário	*Preço*
Refeição completa – Trabalhadores da CM Loures, dos SIMAR e das Juntas de Freguesia, e cônjuges de aposentados ou reformados	*4,90 €*
Miniprato com fruta – Trabalhadores da CM Loures, dos SIMAR e das Juntas de Freguesia, e cônjuges de aposentados ou reformados	*2,75 €*
Refeição completa – Trabalhadores CCD e Empresas Municipais	*7,35 €*
Miniprato com fruta – Trabalhadores CCD e Empresas Municipais	*4,15 €*
Refeição completa – Aposentados ou reformados e cônjuges sobrevivos dos trabalhadores da Administração Pública titulares de pensão de sobrevivência que não aufiram rendimentos de trabalho	*2,45 €*

(…)" ----------

--- Sobre a Proposta de Deliberação, foram proferidas as seguintes intervenções: ----------

---

A VEREADORA, SRª. FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, com esta Proposta apresentada pelo Executivo Municipal, assistimos aqui, pelo segundo ano consecutivo, a uma subida do preço da refeição que é servida no refeitório municipal.----------

No conjunto dos dois anos, estamos a falar de um aumento no valor de cerca de trinta e cinco por cento. Não estamos a falar de um valor despiciendo, podem parecer uns cêntimos, mas para os trabalhadores municipais que recorrem ao refeitório, é um valor significativo. ----------

Todos sabemos como é que está a situação social. Já no ano passado ela estava complicada e tem-se vindo a complicar ainda mais. Aliás, ainda há pouco assistimos a uma munícipe a dizer que grande parte do rendimento familiar era para pagar a casa. ----------

Neste momento temos pessoas, incluindo trabalhadores municipais, que estão em risco de perder a sua casa, porque deixam de conseguir fazer face aos empréstimos, porque, como sabemos, os empréstimos bancários, nalguns casos, aumentaram para mais do dobro da prestação.----------

Por isso, não acompanhamos, de todo, este aumento. Estamos a falar de um aumento, só este ano, de dezanove e meio por cento, como já não acompanhámos o ano passado. ----------
Sabemos, por experiência, que aquilo que o trabalhador paga, não é o valor real que custa a refeição. Mas entendemos que este é um apoio social que o Município pode e deve dar aos seus trabalhadores e que passa, também, pelo não aumento do valor que é pago nos refeitórios. ----------
É verdade que o subsídio de refeição subiu um pouco, mas continua a ser insuficiente para aquilo que é a vida do dia a dia. Também todos nós conhecemos casos de trabalhadores municipais, sobretudo, quem tem mais dificuldades financeiras, que a refeição que usufruem no refeitório municipal, de excelente qualidade, por sinal, por vezes, é a refeição melhor do dia. E que, muitas vezes, têm que recorrer a outros meios, para terem outro tipo de refeições, noutras alturas do dia. ----------
Por isso, não vamos acompanhar esta Proposta, por entendermos que ela não se devia verificar e que o Executivo Municipal, no mínimo, já que o ano passado aumentou os valores das refeições, independentemente deste aumento ser suportado por uma portaria, não deveria proceder a um novo aumento, ainda por cima, nos valores que aqui estão previstos. ----------
---
A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, estamos aqui num exercício de funções públicas e estamos obrigados a determinados princípios. E um dos princípios a que estamos todos obrigados, é o princípio da legalidade. ----------
O que a senhora Vereadora está a dizer, é que, apesar de haver uma portaria, a trezentos e seis, de junho, de dois mil e vinte e três, é para nós não cumprirmos aquilo que está determinado nesta portaria. ----------
Nós compreendemos e acompanhamos as preocupações da senhora Vereadora, que são as nossas, acredite. E é por isso que noutra área, naquilo que é a ação social e o acompanhamento aos trabalhadores, estamos empenhados em minimizar problemas que, eventualmente, possam surgir noutra esfera pessoal da vida dos nossos trabalhadores. Mas não podemos misturar uma coisa com a outra. Nós não podemos fazer tábua rasa dos normativos legais, e dizer que não cumprimos, porque não concordamos. Bem sei que isso era apanágio dos senhores. Falamos nisso já em relação à habitação, e agora estamos a falar no que a esta matéria diz respeito. ----------

Mas senhora Vereadora, esta portaria, aplica-se à Administração Pública Local e Central. Aliás, vários refeitórios da Administração Central, aplicaram-na de imediato, com efeitos imediatos. Mas nós entendemos por bem, e considerando, inclusivamente, que tínhamos feito uma alteração muito recentemente, que era razoável fazê-la aplicar, apenas, no início do ano seguinte. E é isso que estamos a fazer. ----------

Agora, a senhora Vereadora, de microfone aberto, dar aqui uma informação contrária àquilo que devemos todos fazer, que é zelar pelo cumprimento do princípio da legalidade, acho que não é propriamente a melhor justificação.----

---

A VEREADORA, SRª. FERNANDA SANTOS: Senhora Vice-Presidente, a portaria fala numa refeição completa. Mas, tanto quanto eu sei, no refeitório municipal, nós servimos o equivalente a meias doses. Portanto, já em tempos, o Partido Socialista, que agora se arroga, como o fez no ano passado, o grande defensor da legalidade e, com isso, aumenta os custos a saírem dos bolsos dos trabalhadores, vem agora aqui dizer que estão obrigados a uma portaria. Mas em tempos os senhores também não cumpriram a portaria. Aliás, estiveram muito pouco preocupados com a legalidade. ----------

Eu também estive a ler a portaria senhora Vice-Presidente. E na portaria não diz que o Executivo não possa, no mínimo, manter o preço que lá está. Porque uma refeição completa, que eu saiba, é um bocadinho mais do que aquilo que é servido no refeitório municipal. Podemos estar aqui a falar de minudências, no seu entender, mas isto pesa na carteira de todos os que utilizam o refeitório municipal.----------

Também estranhamos, e deixo aqui esta nota, o facto de, no ano passado, a informação ter vindo acompanhada de um estudo comparativo entre o número de refeições servidas em anos anteriores, a verba que deu entrada nos cofres do município para pagamento dessas refeições por parte dos trabalhadores, e, também, que valores é que foram gastos pelo município nestas refeições, com o devido diferencial. Porque é diferente entrarem cem e gastarem-se duzentos, do que entrarem cem e gastarem-se cinquenta. ----------

E esse estudo não vem aqui. Mas era útil que viesse, para que todos aqui tivéssemos uma noção, até porque o mesmo fazia uma comparação com dois anos muito atípicos, que foram os anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, em que não só a capacidade do refeitório municipal foi, claramente, diminuída,

devido às regras do Covid, como, também, muita gente deixou de frequentar o refeitório municipal por causa disso mesmo, passando a trazer a sua refeição. Também muita gente passou a trazer a sua refeição para o seu local de trabalho devido às dificuldades financeiras. Portanto, era útil que esse estudo tivesse vindo aqui. Mas não veio. Mas, se calhar, até é útil não vir, para que não se perceba qual é o impacto.----------

Mas senhora Vice-Presidente, o que eu disse, e volto a repetir, é que para lá da portaria, temos formas de contornar a portaria, sem ferir qualquer legalidade. E nunca me ouvirá defender a prática de qualquer ilegalidade, seja de microfone aberto, seja de microfone fechado. Portanto, volto a referir, que existem formas de contornar a portaria, de forma a não prejudicar os trabalhadores, sem que o município entre em qualquer ilegalidade.----------

E é essa questão que nós aqui trazemos. E volto a repetir, nós estamos contra este aumento, uma vez que, com esta medida, sai dinheiro do bolso dos trabalhadores, de onde já está a sair o aumento da prestação da casa, de onde já está a sair o aumento dos transportes, de onde está a sair as refeições que têm em casa, para além de todos os outros custos associados, como a água, e não vamos falar agora dos aumentos dos SIMAR, a luz, o gás, etc..----------

E se o Partido Socialista tem preocupações sociais, como já aqui disse, inclusive o ano passado, a senhora Vice-Presidente, já o disse aqui, então demonstrem-no perante os trabalhadores. Porque aquilo que os trabalhadores veem é mais um aumento da refeição que é paga no refeitório municipal e mais um aumento que está aqui a embolsar a Câmara Municipal, à custa dos seus subsídios de refeição. Mas, depois, não nos admiremos que hajam situações complicadas do ponto de vista social. ----------

Podem dizer que são só mais dezassete euros por mês. Pois, mas dezassete euros podem fazer muita diferença. Dezassete euros podem ser a diferença entre pagar mais uma parte da prestação, comprar mais uns litros de leite para quem tem filhos, o que for.----------

Isto que eu estou a dizer não é miserabilismo. É realidade. E já falámos, aqui, nesta Câmara, de situações sociais muito complicadas, que também afetam os trabalhadores municipais. ----------

---

A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhora Vereadora, quero deixar aqui dois esclarecimentos. Um primeiro, relativamente ao estudo que aqui troucemos na

outra proposta de atualização dos valores do refeitório, foi porque a proposta de atualização do refeitório, decorria de uma portaria de dois mil e doze. Portanto, tendo em linha de conta aos anos que já deveria de ter sido feito aquele processo de atualização, foi nosso entendimento, que deveríamos de revestir a proposta de maior número de elementos.----------
Neste momento, aquilo que estamos a fazer, é a aplicar o valor tal e qual como ele está.----------
Dizer, também, à senhora Vereadora, que os trabalhadores têm uma opção, que foi introduzida na tipologia de refeições, inclusivamente, pela gestão do Partido Socialista, que é o miniprato, que custa dois euros e setenta e cinco cêntimos. É uma das tipologias utilizada diariamente, bem como o prato vegetariano, bem como o prato de dieta ou o prato principal, com o valor que aqui está previsto e que é "*ipsis verbis*", o valor que está previsto na portaria.-
Senhora Vereadora, a interpretação que a senhora está a querer conduzir, é para um instrumento que não está na letra da portaria. Portanto, senhora Vereadora, acho que não vale a pena criarmos aqui um fantasma na sala, quando, efetivamente, esse fantasma na sala, não existiu. Porque esse fantasma na sala, para os senhores, já tinha existido, quando fizemos a última atualização do valor da portaria, em que os trabalhadores perceberam que era decorrente da atualização do valor que estava na portaria então em vigor. Assim como, neste momento, também sabem que foi aumentado, em função da portaria. Felizmente, também foi aumentado o subsídio de refeição. Bem sabemos que pode não ser suficiente, mas é substancialmente superior, ao valor que estamos a cobrar da refeição.----------
E a senhora Vereadora também sabe, porque, para além da informação que disponibilizámos anteriormente, nem a refeição completa, nem o miniprato com fruta, saem para a despesa municipal, igual ao valor que estamos a cobrar. Portanto, aqui, já existe, efetivamente, vontade do Executivo atual e de todos os que por aqui têm passado, em ter esta importante resposta.----------
É porque o refeitório não é para dar lucro. Aliás, não dá lucro, absolutamente, nenhum. Não é autossuficiente. Sabemos que não é. Outros municípios aqui à nossa volta, optaram por outras soluções. Não ter, é uma opção. Outra opção, é terem acordos com restauração, com valores bem superiores a este, mais próximo do valor do subsídio de refeição. Outros municípios, concessionaram

entidades externas, sendo que a qualidade é muito inferior àquela que nós temos no refeitório municipal.----------
Portanto, para conseguirmos conjugar todos estes fatores e para cumprimento daquilo que está na Lei, trazemos esta Proposta.----------
---
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhora Vice-Presidente, o que eu lhe quero dizer, é o seguinte: com estes dois aumentos, os trabalhadores municipais, com a refeição completa, em vinte e dois dias, vão pagar mais vinte e quatro euros e vinte cêntimos. ----------
Depois, vejo a senhora Vice-Presidente, muito preocupada com o cumprimento da legalidade. É engraçado. É porque quando se trata de distribuir o mal pelos trabalhadores ou pelo povo, isso aí paguem todos. Se é da portaria, vamos defender aqui a portaria a ferro e fogo. A portaria é que nos rege. ----------
Agora, encontrar soluções para minimizar os impactos, na carteira de quem menos tem, isso esquecemo-nos. É da Portaria! Eu só vejo a senhora Vice-Presidente a agarrar-se à portaria. De microfone aberto. Repito, de microfone aberto!----------
Portanto, senhora Vice-Presidente, nós vamos votar contra. E vamos votar contra, porque consideramos, que, para quem mais necessita, este é um valor alto e o Executivo em funções, devia de ter a responsabilidade de encontrar outras soluções dentro da Lei. Havia soluções dentro da Lei. ----------
E já agora, senhora Vice-Presidente, a alteração do miniprato, foi proposta do PS, mas na gestão CDU. Só para corrigir as palavras que afirmou. ----------
---
--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SRª VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA. ----------
VOTARAM CONTRA, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SENHOR VEREADOR DO CHEGA ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E SETE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 814/2023 - SUBSCRITA PELO SR. VEREADOR NUNO DIAS, PARA APROVAR A ISENÇÃO PARCIAL DO CUMPRIMENTO DE 1 (UM) LUGAR DE ESTACIONAMENTO, EXIGÍVEL POR VIA DO REGULAMENTO DO PDML E DO RMEU ----------

(PROC.º Nº 73.184/URB_IP_E/2023 – POSITIVO E PECULIAR- SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA.)----------

---

"Considerando que:----------

A. *Positivo e Peculiar - Sociedade Imobiliária Lda., efetuou um pedido de informação prévia sobre obra de edificação de construção nova, com recurso à demolição total do existente, sita no Largo de Pirescoxe n.º 1ª, 1 e 2, em Santa Iria de Azóia, na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela;*----------
B. *A presente proposta tem por objeto a construção de um edifício com 261,71m² de área de implantação, 633,70m² de área bruta total, e 3 pisos acima da cota de soleira, sendo um deles semienterrado comum às 2 frações e destinado ao estacionamento de 4 veículos ligeiros, a 2 áreas de arrumos, e 2 pisos acima da cota de soleira onde se desenvolvem 2 frações habitacionais autónomas, com tipologia t3.*----------
C. *Face à pretensão, verifica-se que a presente proposta contempla 4 lugares de estacionamento, o que cumpre o definido em sede de PDM, não cumprindo, no entanto, a dotação de 1 lugar de estacionamento público, o que se justifica face à impossibilidade de contemplar mais estacionamento na área da propriedade, e dadas as características da malha urbana.* --------
D. *Sendo solicitada a isenção dos lugares em falta, na Memória Descritiva e Justificativa (BU/95364/2023), pode a mesma enquadrar-se nas exceções previstas no n.º 6 do artigo 33.º do RMEU.* ----------
E. *Realizada a consulta à União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, esta emitiu parecer favorável à isenção mencionada (E/38819/2023);*----------
F. *Pelo teor da Informação dos serviços municipais, com o registo n.º E/118618/2023 e respetivos despachos, é manifestada a concordância com a mesma.*----------

Tenho a honra de propor: ----------
Que a Câmara Municipal delibere, (ao abrigo das disposições conjugadas do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 23.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, estabelecido pelo Decreto–Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação vigente): ----------
Aprovar a isenção parcial da dotação de estacionamento, designadamente 1 lugar, ao abrigo da exceção prevista nos termos do n.º 3 do artigo 150.º do Regulamento do PDML conjugado com o artigo 33.º, n.º 1 alínea C) do RMEU, conforme pretensão instruída no processo 73184/URB_IP_E/2023, em nome de Positivo e Peculiar - Sociedade Imobiliária Lda., nos termos expressos na presente proposta. ----------
(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E OITO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 815/2023 - SUBSCRITA PELO SR. VEREADOR NUNO DIAS, PARA APROVAR; - O PROJETO DE LOTEAMENTO; - A ISENÇÃO DE CUMPRIMENTO DO NÚMERO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO; - OS PROJETOS DEFINITIVOS DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO, REFERENTE AO PROJETO DE EXECUÇÃO DO CONJUNTO HABITACIONAL DO EIXO NORTE SUL (PROCº Nº 71.401/URB.RU) ----------

---

"Considerando que: ----------

A. *Na sequência da deliberação de aprovação da proposta n.º 217/2022, na 14.ª reunião Ordinária da Câmara Municipal datada de 13 de abril de 2022, foi lançado o procedimento aquisitivo do tipo concurso público de conceção, desenvolvido sob o nº de processo 55582/DCA/2022, com vista à seleção de 1 (um) Trabalho de Conceção do Projeto do Conjunto Habitacional do Eixo Norte/Sul.* ----------
B. *Decorre a presente iniciativa municipal, da aprovação na 23.ª Reunião de Câmara datada de 31 de agosto de 2022, da proposta ordenada em primeiro*

lugar – Focus Group – Design & Consultancy, Lda., na proposta de deliberação n.º 581/2022, no âmbito da Estratégia Local de Habitação do Município de loures, sito na Freguesia de Camarate. ----------

C. *A proposta incide sobre os seguintes prédios:----------*
   a. *Prédio rústico, denominado de Quinta do Sandre, sito em Quinta do Galeão e Saúde, com uma área total de 77.360 m², inscrito na matriz n.º 25, secção E, Freguesia de Camarate, e descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 167/19860220, Freguesia de Camarate. Desta subtrai-se a área da DUP (expropriação para a construção do Eixo Norte/Sul) com um total de 17.534 m², e a área da Escola secundária de Camarate, com uma área total de 15.841,74 m², perfazendo uma área resultante total de 43.984,26 m². O loteamento terá lugar apenas na área da propriedade que se encontra a norte do Eixo Norte Sul, com uma área total de 33.022,6 m². ----------*
   b. *Prédio rústico, denominado de Chapéu do Clérigo, sito em Lugar dos Mucharros, com uma área total de 6.363 m², inscrito na matriz n.º 29, secção C (Parte), Freguesia de Camarate, e descrito na 2.ª Conservatória do Registo Predial de Loures sob a ficha n.º 253/19860701, Freguesia de Camarate. Desta subtrai-se a área da DUP (expropriação para a construção do Eixo Norte/Sul) com um total de 1.775 m², perfazendo uma área resultante de 4.588 m². ----------*

D. *Destes prédios, serão desanexados os lotes 1 a 8, cujas áreas perfazem a soma de 4.118,88 m², remanescendo as áreas de 12.501,8 m² a integrar no domínio privado municipal afeta a espaços verdes de utilização coletiva, 4.643,7 m² a integrar no domínio privado municipal afeta a equipamentos de utilização coletiva, 15.138,6 m² a integrar no domínio público municipal afeta a arruamentos viários e pedonais e estacionamento, e uma área remanescente de 1.207,63 m², respetivamente, num total de 37.610,60 m².*

E. *Os mencionados 8 Lotes, corresponderão a edifícios com acesso independente, sendo que o n.º máximo de pisos se estabelece nos 4 pisos, retirando desse modo a necessidade de uso de elevadores. O Loteamento apresenta assim, um total de 152 fogos propostos.----------*

F. *A proposta encontra-se em terreno limítrofe ao IP, estando sujeito ao parecer vinculativo das Infraestruturas de Portugal, que foi emitido favorável à pretensão (E/82846/2023).----------*

G. *Consultado o SIMAR, foi rececionado, parecer favorável condicionado (E/190235/2023). ----------*

H. *Consultada a ANAC, foi rececionado, parecer favorável (E/154550/2023). --*

I. *Consultada a União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação, emitiu aquela Entidade, parecer favorável (E/164972/2023).----------*

J. *A pretensão conforma-se com o disposto no PDM vigente, no entanto, no que concerne ao cumprimento da previsão de estacionamento afeto à habitação coletiva/serviços/comércio, que se fundamenta nos termos previstos nos artigos 140.º a 142.º e anexo IV do RPDM, a pretensão não cumpre com o n.º de lugares exigíveis afetos aos fogos, porém, a proposta do projeto de loteamento prevê a dotação de 174 lugares de estacionamento público, sendo que a percentagem de 30% para estacionamento público exigido (resultante dos cálculos referentes à pretensão urbanística), corresponde a cerca de 77 lugares, o que resulta num acréscimo de 125% relativo ao estacionamento público exigido para a pretensão. ----------*

K. *Atento ao número de fogos, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b, do n.º 2, artigo 22.º do decreto-lei 555/99 de 16 de dezembro, na redação aplicável, foi ainda promovida a consulta pública, à proposta de operação de loteamento do conjunto habitacional do Eixo Norte/Sul, sob edital n.º 188/2023, registo E/174738/2023, e não tendo obtido qualquer observação, sugestão ou reclamação, cujas respetivas certificações de afixação nos locais de destaque constam em anexo. ----------*

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, (ao abrigo das disposições conjugadas do disposto no n.º 1 do artigo 5.º e no n.º 1 do artigo 23.º e 26.º do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação vigente e no n.º 6 do artigo 33.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município de Loures):

Aprovar: ----------

a. O projeto de Loteamento - Conjunto Habitacional do Eixo Norte/Sul; ---------

b. A isenção de cumprimento do número de lugares de estacionamento;--------

c. Os projetos definitivos das obras de urbanização e decorrente emissão de alvará de licença administrativa de loteamento – Conjunto Habitacional do Eixo Norte/Sul, Camarate. ----------

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO VINTE E NOVE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 816/2023 - SUBSCRITA PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA, PARA APROVAR O PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA (AIP-CCI)----------

---

"Considerando que: ----------
1º - O Município de Loures, ao abrigo das atribuições que lhe são cometidas está apostado na concretização de uma política de apoio ao investimento, à competitividade e à inovação, geradora de uma nova dinâmica de apoio ao empreendedorismo e à criação de empresas; ----------
2º - A dinamização do tecido empresarial é, cada vez mais, um imperativo para o desenvolvimento da atividade económica do Concelho de Loures, sendo prioritária a criação de um enquadramento favorável à competitividade e ao investimento;----------
3º - A Câmara Municipal de Loures, encontra-se em posição privilegiada, através da Divisão de Economia e Inovação (DEI), no apoio, dinamização e promoção do tecido empresarial do Concelho de Loures, no sentido de captar o investimento e promover o desenvolvimento sócio económico; ----------
4º - É absoluta prioridade da política económica, minimizar as dificuldades com que se defrontam as empresas, perante desafios da competitividade num mundo cada vez mais global criando, para tal, um ambiente estimulante ao empreendedorismo e à eficiência empresarial; ----------
5º - Para progredirem, integradas num espaço económico alargado em que terão de contar com uma acrescida competição assente em permanente inovação e internacionalização, as pequenas e médias empresas (PME) necessitam de ter ao seu dispor as competências e os recursos adequados; --
6º - A AIP-CCI tem como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade de gestão e da competitividade das empresas portuguesas; ----------

Tenho a honra de propor que: ----------
Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea r) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a minuta de Protocolo de Colaboração entre a AIP – CCI e a Câmara Municipal de Loures. ----------
(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO TRINTA - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 817/2023 - SUBSCRITA PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA, PARA APROVAR O PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A AECSCLO - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DOS CONCELHOS DE LOURES E ODIVELAS ----------
---

"Considerando que: ----------

A. *A importância de dinamizar e promover o desenvolvimento da atividade económica, através de ações que incentivem as compras no comércio e serviços do concelho de Loures, incentivando hábitos de consumo locais e de satisfação acrescida na realização de compras no comércio local;*
B. *A quadra natalícia é favorável à realização de compras através do seu simbolismo emocional de dar e receber prendas;* ----------
C. *As atividades de animação são uma forma para atrair um maior número de consumidores ao comércio tradicional e local;*----------
D. *A AECSCLO - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas, nos termos dos respetivos estatutos é uma associação sem fins lucrativos que representa as várias atividades do comércio local de Loures e Odivelas;* ----------
E. *O Município de Loures e a AECSCLO pretendem criar sinergias com a finalidade de revitalizar a economia local e o comércio tradicional, sendo a época das festividades natalícias propícia à concretização de tal objetivo.* --

Tenho a honra de propor: ----------
Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea r) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere assinar o Protocolo de Colaboração, entre a Câmara Municipal de Loures e a AECSCLO - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures com a finalidade de fomentar a economia local e o comércio tradicional, na cidade de Loures, durante a época natalícia.
(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO TRINTA E UM - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 820/2023 - SUBSCRITA PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE VERBA, DE CARÁTER EXCECIONAL E ÚNICO, À CREVIDE – CRECHE POPULAR DE MOSCAVIDE, ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS, IPSS ----------
---
"Considerando que: ----------

A. *O POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas pretende ser um instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, em que as principais causas são estruturais, mas agravadas por fatores conjunturais. O Programa foi desenhado, tendo como foco os referidos objetivos, numa lógica de intervenção mediante apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo a sua inclusão. O Programa exige que cada território tenha uma organização, entre as entidades que se agrupam em candidaturas, que assegure a receção, armazenamento e distribuição, adequada dos vários tipos de alimento a fornecer às pessoas mais carenciadas, nomeadamente alimentos secos, frescos e congelados.* --------
B. *A CREVIDE – Creche Popular de Moscavide, Associação Sem Fins Lucrativos, como publicamente reconhecido, tem demonstrado elevada*

dinâmica para apresentação de novos projetos e desenvolvido um relevante trabalho social a favor da comunidade, nomeadamente a prestação de ajuda alimentar a famílias desfavorecidas.----------

C. *A CREVIDE desencadeou uma ação de mobilização junto das instituições sociais do Concelho de Loures tendo por objetivo a candidatura do território do Concelho de Loures nas duas fases do POAPMC _ Distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade. Para o efeito foi constituído um consórcio em outubro de 2017, mediante a celebração de um Protocolo de Parceria entre Instituições, integrando na segunda fase do Programa as seguintes:----------*

. Associação Luiz Pereira Motta ----------

. AMSAC – Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros -----

. CECSSAC - Centro Cultural e Social de Santo António dos Cavaleiros -----

. CREVIDE – Creche Popular de Moscavide, Associação Sem Fins Lucrativos ----------

. Instituição Social de Apoio da Freguesia de Bucelas ----------

. Jardim de Infância Nossa Senhora dos Anjos ----------

. START.SOCIAL - Cooperativa Sócio Educativa Para Desenvolvimento Comunitário, CRL.. ----------

D. *No referido Protocolo de Parceria, a CREVIDE é designada como entidade coordenadora, tendo a responsabilidade de coordenar a operação, proceder à articulação entre as entidades parceiras e com a Autoridade de Gestão, e receber, gerir e transferir o financiamento atribuído. Assume ainda a função de polo de receção, a qual implica o recurso à contratação de serviços logísticos a empresas reconhecidas na área e com armazéns em Loures, colmatando deste modo a insuficiência de recursos das entidades mediadoras no que se refere ao armazenamento e distribuição/transporte dos géneros alimentares.----------*

E. *A despesa mensal com a contratação dos serviços logísticos tem sido superior à verba atribuída pelos POAPMC e PAC (Programa de Apoio Complementar), pelo que a CREVIDE enquanto entidade coordenadora, dirigiu ao Município de Loures em ambas as fases do Programa pedido de comparticipação financeira para o efeito. ----------*

F. *O Município de Loures celebrou Contratos-Programa com a entidade coordenadora, para comparticipação do referido Programa alimentar, sendo*

o último com a vigência de janeiro 2020 a janeiro de 2023, no montante global de 156.000,00€. ----------

G. *O POAPMC foi excecionalmente prorrogado até novembro de 2023, tendo a CREVIDE mantido a execução da operação logística, e o consórcio assegurado o apoio alimentar ao número máximo de beneficiários estipulado para o território de Loures. ----------*

H. *A CREVIDE solicitou ao Município apoio financeiro para comparticipação nas despesas tidas com a operação logística de fevereiro a novembro de 2023. Este apoio não tem enquadramento legal no Contrato-Programa, uma vez que este se encontra findo.----------*

I. *Esta distribuição de produtos alimentares e toda a operação logística inerente à mesma revela-se essencial para mitigar as carências ao nível alimentar das pessoas mais carenciadas do território de Loures, contribuindo para o combate à pobreza e à exclusão social. ----------*

Propõe-se:----------

Que a Câmara Municipal de Loures, ao abrigo do disposto na alínea h) do nº. 2 do artigo 23.º e das alíneas u) e v) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibere aprovar a atribuição de verba no valor de 65.000,00€ (sessenta e cinco mil euros), de caráter excecional e único, à CREVIDE – Creche Popular de Moscavide, Associação Sem Fins Lucrativos, NIPC n.º 501 116 028, para exclusiva comparticipação no pagamento das despesas resultantes da contratação dos serviços de armazém e distribuição/transporte necessários para a execução dessa componente do POAPMC no período compreendido entre fevereiro e novembro de 2023. ------

(…)" ----------

--- Neste ponto foram proferidas as seguintes intervenções:----------

---

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, sem prejuízo da admissão que havíamos decidido, recebemos uma comunicação da entidade, que não tivemos a oportunidade de avaliar em tempo útil. Por isso solicitávamos que esta Proposta se mantivesse em Ordem do Dia para a próxima reunião. --

A SRª VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, nada tenho a obstar, a questão é que a entidade tem-nos vindo a solicitar, com veemência, este apoio financeiro. ----------
Tenho todas as condições de dar explicações, nomeadamente, como é que chegamos a este valor, no entanto, se for o entendimento de adiar para a próxima reunião, é como se sentirem mais cómodos. ----------
---
O VEREADOR, SR. VITOR CACITO. Senhor Presidente, o Chega também acha que este ponto devia de ser adiado, porque não tivemos tempo para de analisar o documento.----------
---
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, só para dizer que agradeço a disponibilidade da senhora Vice-Presidente, no entanto, não está em causa a explicação que possa vir a dar. Está em causa a nossa capacidade temporal de analisar a documentação que nos foi enviada e que não conseguimos ler atentamente.----------
---
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Muito bem, é compreensível, por isso mantém-se na Ordem de Trabalhos para a próxima reunião.----------
---
--- A PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO MANTÉM-SE AGENDADA, A FIM DE SER ANALISADA EM PRÓXIMA REUNIÃO DE CÂMARA.----------
---

PONTO TRINTA E DOIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 821/2023 - SUBSCRITA PELA SRA. VICE-PRESIDENTE, PARA APROVAR: - A ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO; - A MINUTA DO CONTRATO PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LOURES E A AMUA – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES UNIDOS DA APELAÇÃO----------
---
“Considerando que:----------
A. *A Associação de Moradores Unidos da Apelação apresentou à Câmara Municipal um pedido de apoio financeiro para comparticipação do projeto de CROCHET PARA TODOS no âmbito da ação «NATAL NA QUINTA DA*

FONTE» juntando memória descritiva, maquete e orçamento, devidamente anexados e que constam do registo n.º E/184684/2023, no valor total de 3.000,00 euros (TRÊS MIL EUROS); ----------

B. *A Oficina Social, promovida pela AMUA e onde se integra o grupo de Crochet, surge como um projeto dinamizador promovendo as relações interpessoais e intergeracionais, o espírito de entreajuda, a partilha, o sentimento de pertença e o combate ao isolamento, entre outros; ----------*
C. *A construção da Árvore de Natal de crochet, realizada em 2022, teve um impacto mediático e, sobretudo, social bastante positivo para a comunidade, contribuindo assim para o fortalecimento da autoestima da comunidade; ----*
D. *As autarquias locais têm competências próprias para o desenvolvimento de projetos e ações no domínio da cultura, recreio, desenvolvimento social e comunitário e outras de interesse local, podendo para o efeito estabelecer parcerias com as Entidades Locais tendo em vista a concretização da sua missão, como se conclui da leitura do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual;----------*

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar: ----------

1. *A atribuição de um apoio financeiro no valor total de 3.000,00 euros (TRÊS MIL EUROS) à AMUA – Associação Moradores Unidos da Apelação para comparticipação do projeto CROCHET PARA TODOS no âmbito da ação «NATAL NA QUINTA DA FONTE»; ----------*
2. *A minuta de Contrato-Programa, em anexo e que se dá por integralmente reproduzida, a celebrar entre o Município de Loures e a AMUA. ----------*

(…)" ----------

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

PONTO TRINTA E TRÊS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 822/2023 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A ASSUNÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS, REFERENTE À EMPREITADA "VARIANTE A LOURES - VIA URBANA INTERIOR"----------

---

"Considerando que: ----------

A. *Foi adjudicada na 44ª Reunião de Câmara, de 21 de junho de 2023, a empreitada "Variante a Loures – Via Urbana Interior" pelo valor de 3.251.861,78€ (IVA incluído), com a seguinte repartição de encargos: ano de 2023, no montante de 240.820,00 € e em 2024, no montante de 3.011.041,78 €, imputada à ação das GOP's 2017 I 33 – RO 07.06.05/07.01.04.01;* -------
B. *O Plano Plurianual de Investimentos 2023-2027 foi objeto de Alteração Orçamental e contempla, nas rubricas indicadas, dotação suficiente para a proposta de repartição de encargos aqui formulada;* ----------

Tenho a honra de propor: ----------

Que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, o envio à Assembleia Municipal, para que nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2013, de 21 de fevereiro, e do artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, bem como nos termos do artigo 22º do Decreto-Lei 197/1999 e artigo 46º-B da Lei 73/2013, de 3 de setembro, aprove a assunção dos compromissos plurianuais, nos termos dos considerando anteriores. ----------

(…)" ----------

--- Neste ponto foi proferida a seguinte intervenção: ----------

---

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Esta Proposta tem a ver com uma questão que o Tribunal de Contas solicitou, e que, desta forma, se resolve essa questão.

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE ----------

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO

--- Eram vinte horas e trinta e cinco minutos, quando foi aberto o Período de Intervenção do Público.----------

---

III - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: ----------

--- Inscreveu-se para intervir, o senhor Luís Adalberto Mendes Vaz Queiroz, residente na rua Comandante Sacadura Cabral, na Ramada, manifestando o seu descontentamento, para o facto de a Câmara, há alguns anos, ao fazer melhoramentos numa rua de Lousa, ter depositado muita terra num terreno do qual é proprietário, causando-lhe problemas, uma vez que ficou sem poder utilizar esse mesmo terreno. Por isso, solicita que a Câmara lhe resolva esta situação. ----------

---

--- Inscreveu-se para intervir, a senhora D. Filipa Azevedo Simões, residente na Rua Professor Luis Albuquerque, em Loures, manifestando o seu descontentamento para o facto de não ter sido atribuído o passe de transporte escolar ao seu filho, que frequenta um curso profissional fora da área de residência, por não pertencer nem ao escalão "*A*" nem ao escalão "*B*" e, por isso, não ter direito ao passe.----------

---

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Em relação à questão da senhora D. Filipa Simões, esclareceu, que a informação não foi a correta e que, de facto, o seu filho tem todo o direito de receber o passe, porque não há nada que impeça de o receber. ----------

Pediu desculpa à senhora D. Filipa Simões, pela má interpretação ou explicação, relativamente às Normas dos Transportes Escolares. ----------

---

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Relativamente à questão do Sr. Luis Queiroz, deu nota que já foram prestados esclarecimentos a essa questão. No entanto, referiu que está a ser avaliado pelo Departamento de Obras Municipais, quem foi o autor da deposição das terras e, caso se verifique que a deposição tenha sido da sua responsabilidade, será feito o levantamento dessas terras.----------

IV - ARQUIVO DE DOCUMENTOS: ----------

--- Nos termos do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, todos os documentos referenciados nas Propostas e não reproduzidos na Ata, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados, em suporte digital, na plataforma eletrónica "Acesso à Ordem do Dia", com exceção dos documentos a seguir identificados, que ficam arquivados, em suporte papel, junto às Propostas, em pasta anexa ao Livro de Atas:----------

---

- Proposta de Deliberação n.º 800/2023 – Ratificação da 13ª Alteração Permutativa ao Orçamento 2023 e Opções do Plano 2023/2027; ----------

---

- Proposta de Deliberação n.º 801/2023 – Orçamento Municipal para 2024 e opções do Plano 2024-2028.----------

---

--- SEGUIDAMENTE, POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, AO ABRIGO DO ESTATUÍDO NO N.º 3 DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO N.º 4 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, FORAM APROVADAS EM MINUTA, AS PROPOSTAS DELIBERADAS NA PRESENTE REUNIÃO, APÓS PRÉVIA DISTRIBUIÇÃO, EM SUPORTE DIGITAL, A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. ----------

---

--- Eram vinte horas e quarenta e seis minutos quando foram encerrados os trabalhos constantes da Ordem do Dia, nos termos que ficam descritos. --------

---

--- A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Gestão e Modernização Administrativa.----------

---

--- A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO, FEVEREIRO, SETE, NÃO TENDO PARTICIPADO NA VOTAÇÃO OS SRS.

VEREADORES NELSON CÉSAR GONÇALVES BATISTA, VASCO ANTÓNIO PINHÃO RAMOS TELES TOUGUINHA E BRUNO MIGUEL DE OLIVEIRA NUNES E A SENHORA VEREADORA VÂNIA ISABEL MARQUES PEREIRA CAMPANIÇO, POR NÃO TEREM ESTADO PRESENTES NA REUNIÃO. FOI DISPENSADA A SUA LEITURA UMA VEZ QUE A MESMA HAVIA SIDO DISTRIBUÍDA PELOS MEMBROS DO EXECUTIVO, COM ANTECEDÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 4.º DO DECRETO-LEI N.º 45 362, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963. ----------

O Presidente da Câmara,

O Secretário,